

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL**

EDNÉIA VIEIRA SERRANO

**O TRABALHO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESPÍRITO SANTO SOB O
PONTO DE VISTA DA ATIVIDADE: ANÁLISES ERGOLÓGICAS.**

**VITÓRIA
2019**

EDNÉIA VIEIRA SERRANO

**O TRABALHO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESPÍRITO SANTO SOB O
PONTO DE VISTA DA ATIVIDADE: ANÁLISES ERGOLÓGICAS.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial à obtenção do título de mestre.
Orientador: Ueberson Ribeiro Almeida

VITÓRIA
2019

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

S487t SERRANO, EDNEIA VIEIRA, 1981-
O TRABALHO DOS POLICIAIS MILITARES DO
ESPÍRITO SANTO SOB O PONTO DE VISTA DA
ATIVIDADE: : ANÁLISES ERGOLÓGICAS / EDNEIA VIEIRA
SERRANO. - 2019.

170 f. : il.

Orientador: UEBERSON RIBEIRO ALMEIDA.
Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências
Humanas e Naturais.

1. Atividade de Trabalho. 2. Ergologia. 3. Polícia Militar. I.
ALMEIDA, UEBERSON RIBEIRO. II. Universidade Federal
do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III.
Título.

CDU: 159.9

EDNÉIA VIEIRA SERRANO

O TRABALHO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESPÍRITO SANTO SOB O PONTO
DE VISTA DA ATIVIDADE: ANÁLISES ERGOLÓGICAS.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional.

Aprovada em ____ de _____ de 2019.

COMISSÃO EXAMINADORA

Drº Ueberson Ribeiro Almeida
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Drª Maria Elizabeth Barros de Barros
Universidade Federal do Espírito Santo

Drª Fernanda Spanier Amador
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

Ao meu Papai e minha mamãe que me ensinaram o valor da vida a partir dos pilares da humildade e da lealdade. Amo vocês.

Aos meus irmãos Walfredo, Wolmar e Evandro, por tanto companheirismo e carinho, às minhas cunhadas Renata e Julia e aos meus sobrinhos.

A minha queridíssima irmã Érica que me esperou pacientemente, trazendo consigo um dos meus amores, o nosso rapaz Danilo. Irmã, a cada dia que te reencontro vejo quão significativa tem sido para mim. Você é exemplo para minha vida. Obrigada Wanderley por cuidar de minha maninha.

A você, meu orientador e amigo Dr Ueberson Ribeiro Almeida. Por acreditar em mim, pelo apoio incondicional, por me ensinar a cada orientação e encontros da vida.

Às professoras Dr Fernanda Spanier Amador e Dr Maria Elizabeth Barros de Barros por compartilhar comigo esse percurso acadêmico e comporem a banca de defesa desta dissertação.

Ao Professor Rafael da Silveira Gomes a quem creditou o primeiro trabalho do PPGPsi com a temática “atividade de trabalho policial militar capixaba” a sua orientanda Janice em 2015, abrindo caminhos para que este nosso estudo continuasse.

Aos meus sobrinhos Layane, Higor, Juninho que nos últimos anos estiveram muito presentes em minha vida. A tia realizou mais uma etapa da vida. Vamos comemorar!!!

A minha pequenininha Mia, alegria, carinho e autonomia em uma só pessoa.

As minhas tias Maria e Dalzir, mulheres fortes, que me encorajam a cada dia.

As minhas primas Demilde, Beth, Bibi, Miriam e Regina, mulheres empoderadas.

A minha madrinha Tatá, pelo carinho comigo, mesmo quando estou distante.

A minha segunda mãe, Helena Ferri, pelo apoio e energia que se revigoram em nossos reencontros.

Aos meus amigos e amigas que estiveram sempre ao meu lado: Dean, Dilaine, Flávio Rafalski, Geórgia, Jaddh, Marcella Cacciari, Cindy, Estefane, Melaine, Nagila, Thuane e Klein. Vocês são muito especiais para mim.

Ao queridíssimo Felipe Demuner por tanta compreensão diante de cada momento desta dissertação que precisei estar em sua casa e dividir o seu lar junto a Janice.

A minha querida Letícia Garcia, nosso “olhar estrangeiro”. Juntas dividimos esse momento e criamos algo que, ousadamente, intitulamos “diário de campo compartilhado”. Obrigada por participar comigo desse processo.

Às minhas amigas oficiais Heloisa (PMAL), Juliana (PMGO) e Lilian (PMAM) apoio e amizade que se mantém na distância.

Aos camaradas da Força Nacional (INC 79) que durante esse trajeto de pesquisa dividimos 40 dias de muito sangue, suor e lágrimas. Foi duro, mas vencemos. Força! Brasil!

A minha amiga, Maj Félix, pelos momentos de companheirismo e motociclismo.

A minha terapeuta Marcilene, cada encontro uma reconstrução de minha identidade.

Em 2014, quando encerrava um outro momento acadêmico, fiz menção a três oficiais que são extremamente importantes para minha carreira profissional. São eles meus superiores hierárquicos e amigos: Ten Cel Holanda, meu pai profissional; Maj Nilda, minha inspiração de dedicação feminina policial e Cap Marcelo, força e entusiasmo dos meus dias de labuta. Agora, preciso acrescentar um ser humano, também

policial e oficial, exemplo para mim. É o Senhor, Major Callegario. Estar hoje ombreando ao seu lado tem sido motivo de orgulho para mim. Existem coisas em nosso mundo de trabalho policial que tendem a entrar nossa atividade, mas quando olho para o Senhor, e acrescento, quando olho para os senhores Ten Cel Hollanda, Maj Nilda e Cap Marcelo, sinto a *reviravolta do possível*, daquilo que chamamos de vida no trabalho sendo renormatizada como possibilidade de saúde. Ainda bem que crises ocorrem. Estamos juntos, sempre!!!

Ao Cmt Geral da PMES, Cel Moacir Leonardo Vieira Barreto Mendonça, instância maior de nosso corpo militar que tem, diuturnamente, demonstrado a nós, policiais, outras possibilidades para nos sentirmos vivos em nosso trabalho.

Ao Cel Douglas Caus, atual Diretor de Saúde da PMES, por ter permitido a defesa pública desta dissertação em um dos espaços da PMES, o nosso HPM.

Aos oficiais que de alguma forma fizeram parte desse percurso e que sempre lembrarei com carinho: Cel Azevedo (PMAL), Ten Cel Pires, Ten Cel Giovanio, Ten Cel R. Campos, Cap Almeida, Cap Rossetto, Cap Rebeca.

A uma mulher corajosa, Major Emília, chefe da Divisão de Pesquisa da Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa (DEIP) da PMES, a qual segue referenciada nesta dissertação como Alves (2004). É pela continuidade de pesquisas que estejam em aderência local que insistimos em *pesquisar com a Polícia*.

Mais uma vez retomo 2014 para lembrar de uma pessoa importantíssima para mim, hoje Ten Edilson, conhecedor de muitos saberes policiais, muitos mesmo. Vejo se materializando em Edilson a visibilidade desses saberes que compõem o dia-a-dia policial. E 30 anos se foram, como o tempo passa! Obrigada por ser meu camarada e dividir seus saberes comigo.

Aos meus camaradas policiais participantes do “encontro de encontros”. Cada um dos senhores tem a minha gratidão por compartilhar a atividade de trabalho de vocês e trazer para essas páginas parte de nossa vida castrense. Força e honra!

Aos homens e mulheres de Ortiz que compartilham tantos saberes comigo, Andrade (Piumbini), Paulo (Gomes), Adeziel, Morani, Arante, Livia, Riani, Patrícia, Suely, Grazi, Lúcia, Ailson, Felipe, Paulo, Jéssica, Munaldi, Marculano, Mariner, Bandeira, Morelato, Apolinário e Ivi. Muito obrigada mesmo!

Aos integrantes da CIMEsp, antigo Batalhão de Missões Especiais, em especial à equipe de negociação que levo com carinho em meus pensamentos. Os tempos são outros, as histórias vão compondo nosso livro, mas foi preciso virar a página e renormatizar minha vida. Sigam firmes!

E a você, Nice, minha querida Dr Janice do Carmo Demuner Magalhães. Esse trabalho sem você ao lado, certamente, seria completamente diferente. Cresci, mas com muita humildade lhe reconvoco a pensar que *nós* crescemos juntas. Mulher que ombreou comigo lado a lado entre dias e noites de estudos. Estivemos renormatizando nossas vidas, nossos saberes entre eventos, congressos e palestras, lutando para que nosso olhar não se esvaziasse diante das agruras da vida. Quantos desafios, quantas crises em tão pouco tempo enfrentamos. E seguimos, nos movemos, até brigamos, mas para que tudo isso se transformasse em uma vida nova. Principalmente, a minha. Janice, minha vida nova tem você ao meu lado e não acredito que nosso reencontro tenha sido apenas uma coincidência... Tenha certeza de todo meu carinho e amor por você. Obrigada por tudo!!!

E, sobretudo, a Deus por permitir que todas essas pessoas especiais estejam ao meu lado.

Amo todos vocês!!! Obrigado por existirem em minha vida.

RESUMO

Este estudo buscou realizar a análise coletiva da atividade de trabalho policial militar capixaba, tendo como objetivo compreender como os saberes produzidos no dia-a-dia policial balizam a gestão da vida desses trabalhadores. Para tanto, o percurso teórico metodológico foi pautado na perspectiva da Ergologia, permitindo a produção de conversas sobre a atividade de trabalho realizados por meio de cinco encontros com 19 policiais. Os dados produzidos foram registrados em um "Diário de Campo Compartilhado". Os resultados demonstram que há uma série de singularidades que conformam os saberes policiais e a vida desse "trabalhador 24 horas". A visibilização e o diálogo de saberes da atividade produz normas capazes de colocar questões aos modos de organização do trabalho e expressam "reservas de alternativas" primordiais ao enfrentamento das adversidades do dia-a-dia policial. O modo de fazer policial, portanto, se concretiza na lacuna entre o conhecimento prescrito e o trabalho real, convocando uma série de escolhas, estratégias que confluem com a realização da atividade. Concluiu-se que os saberes da atividade policial são da dimensão do trabalho vivo. Conhecê-los e analisá-los coletivamente (e de modo lateralizado) com os pm's é condição basal para renormatizar o trabalho, para produção de saúde.

Palavras-chave: Atividade de Trabalho; Ergologia; Polícia Militar.

ABSTRACT

This study aimed to perform the collective analysis of the military police work activity in Espírito Santo, aiming to understand how the knowledge produced in the police daily life guide the life management of these workers. To this end, the methodological theoretical path was based on the perspective of Ergology, allowing the production of conversations about the work activity conducted through five meetings with 19 police officers. The data produced were recorded in a "Shared Field Diary". The results show that there are a number of singularities that shape the police knowledge and life of this "24 hour worker". The visibility and dialogue of knowledge of the activity produces norms capable of posing questions to the modes of work organization and express primordial "reserves of alternatives" to cope with the adversities of daily police life. The way of doing police, therefore, materializes in the gap between the prescribed knowledge and the real work, calling a series of choices, strategies that converge with the performance of the activity. It was concluded that the knowledge of police activity is of the dimension of live work. Knowing them and analyzing them collectively (and laterally) with pm's is a baseline condition for renormatizing work for health production.

Keywords: Work activity; Ergology; Military Police.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI	ANÁLISE INSTITUCIONAL
APM	ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BME	BATALHÃO DE MISSÕES ESPECIAIS
BPM	BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR
BTL	BATALHÃO
CAO	CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
CFO	CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS
CFSd	CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS
CIA	COMPANHIAS
CMT	COMANDANTE
COTAM	CURSO DE OPERAÇÕES TÁTICAS MOTORIZADAS
DEIP	DIRETORIA DE ENSINO INSTRUÇÃO E PESQUISA
EMG	ESTADO MAIOR GERAL
ES	ESPÍRITO SANTO
OMS	ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE
OPM	ORGANIZAÇÃO POLICIAL MILITAR
PB	PONTO BASE
PM	POLÍCIA MILITAR
PMES	POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO
POG	POLICIAMENTO OSTENSIVO GERAL
pm's	POLICIAIS MILITARES
RDME	REGULAMENTO DA POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO
SESP	SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
UOp	UNIDADE OPERACIONAL

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Reportagem sobre processos a militares no ES. Fonte: FolhaVitória, fev. 2019.

Figura 2 – Manchete de reportagem sobre efeitos econômicos da greve da PM. Fonte: GazetaOnline, jun. 2017.

Figura 3 – Matéria sobre grupos de extermínio no ES. Fonte: GazetaOnline, mar. 2017.

Figura 4 – Manchete da reportagem sobre ligação de grupos de extermínio a mortes no ES durante as manifestações de 2017. Fonte: Uol Notícias, fev. 2017

Figura 5 – Manchete a respeito de investigação de ligações de PMs a ataques a ônibus no ES. Fonte: G1 ES, fev. 2017.

Figura 6 – Trecho da reportagem a respeito de investigação de ligações de PMs a ataques a ônibus no ES com *link* para lista de nomes dos trabalhadores policiais. Fonte: G1 ES, fev. 2017.

Figura 7 – Lista divulgada dos policiais acusados. Fonte: Diário oficial do estado do Espírito Santo, 14 de fevereiro de 2017.

Figura 8 – Manchete de reportagem sobre atendimento médico de policiais em Vitória-ES. Fonte: Folha Vitória, fev. 2017.

Figura 9 – Primeiro slide de apresentação ao grupo, em 07 de fev. 2019. Fonte: arquivo pessoal de Magalhães (2019).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
1 INTRODUÇÃO	16
2 A POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO: UM OLHAR A PARTIR DA CRISE DE SEGURANÇA PÚBLICA DE 2017	22
3 “UM TRABALHADOR 24H”: MODOS DE VIDA POLICIAL	38
4 ATIVIDADE E SAÚDE SOB A PERSPECTIVA DA ERGOLOGIA: DIÁLOGOS NECESSÁRIOS (E POSSÍVEIS) À PM CAPIXABA	49
4.1 TRABALHO E SUA RELAÇÃO COM A SAÚDE	56
4.2 O DEBATE DE NORMAS NO QUOTIDIANO DO TRABALHO POLICIAL MILITAR: PARA ALÉM DA ATIVIDADE ENTRAVADA?	64
5 PERCURSO METODOLÓGICO	68
5.1 PRIMEIRAS IMPRESSÕES	69
5.2 AS RELAÇÕES ESTABELECIDAS NO CAMPO DE PESQUISA: A CADA CAMINHO, NOVAS NEGOCIAÇÕES	72
5.3 TRAJETÓRIA DA DOCUMENTAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA	75
5.4 FUNDAMENTO ERGOLÓGICO PARA A CONSTRUÇÃO DA FERRAMENTA DE PESQUISA: POR QUE O ENCONTRO DE ENCONTROS?	79
5.5 AS ESTRATÉGIAS PARA A EFETIVAÇÃO DESSA PESQUISA: PISTA DA CONFIANÇA	82
6 “ENCONTRO DE ENCONTROS”: CONVERSAS SOBRE A ATIVIDADE DE TRABALHO POLICIAL MILITAR CAPIXABA	94
6.1 PESQUISAR COM A POLÍCIA MILITAR: UMA ANÁLISE SOBRE A PRODUÇÃO DO SABER POLICIAL	95
6.1.1 <i>O exercício da hierarquia e a comunicação necessária para se pesquisar a Polícia</i>	97
6.1.2 <i>Confiança: uma questão de normatividade para a pesquisa com a PM</i> ..	108
6.2 ATIVIDADE DE TRABALHO POLICIAL MILITAR: CONHECIMENTOS PRESCRITOS, EXPERIÊNCIAS COMPARTILHADAS, “HISTÓRIAS RENORMATIZADAS”	118
6.2.1 <i>Formação policial militar: entre o prescrito e o real</i>	123
6.2.2 <i>Uma bala na cabeça do policial: “também morre quem atira!”</i>	125
6.2.3 <i>O “corpo-si” PM: “o comer com olhos” e as economias do corpo</i>	131

6.2.4 <i>Um pouco de possível para ser vivível: atividade policial e saúde</i>	134
6.2.5 <i>O “tirocínio policial” como elemento da vida no trabalho</i>	137
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
8 REFERÊNCIAS	151
APÊNDICE A – PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	160
APÊNDICE B – FOLHA DE PARTICIPAÇÃO	162
APÊNDICE C – TCLE	163
APÊNDICE D – ACORDO	166
APÊNDICE E – DIÁRIO DE CAMPO COMPARTILHADO	167
APÊNDICE F – FOLHA DE AVALIAÇÃO	170

APRESENTAÇÃO

Corajosos, pioneiros que plantaram
a semente de missões especiais [...]

A frase acima é um pequeno trecho de uma canção militar: não de qualquer canção, mas daquela que me forjou como trabalhadora policial militar. Trata-se de parte do hino que por diversas vezes entoei, o Hino do Batalhão de Missões Especiais. Não por acaso escolhi esse fragmento como representativo deste outro percurso de minha formação, aqui assinalado pelo caminho acadêmico traçado como pesquisadora. Nesse contexto, talvez melhor seria dizer policial-pesquisadora, dado o território que se concretizou com e nesta pesquisa, marcada por uma série de pioneirismos: trata-se de um estudo envolvendo policiais militares capixabas e realizado por uma trabalhadora policial, em um programa de pós-graduação em Psicologia Institucional na Universidade Federal do Espírito Santo.

A menção aos termos “missões especiais” me instiga – após todo o percurso desta pesquisa – a considerar que viver é um desafio permanente que inclui debates infundáveis. Portanto, viver não está dado, não é um *a priori*, mas sim uma sucessão de acontecimentos recheados de muitas missões especiais, as quais somos convocados a desdobrar dia após dia e das quais o próprio trabalho faz parte. É por isso que aposto em uma construção de pesquisa que se faça no encontro com o outro; neste caso, com o trabalhador policial militar. Ao mesmo tempo, esse um “outro” é igual a mim, também policial. Portanto, esta dissertação se ancora na perspectiva de pesquisa em que campo e pesquisador se fazem juntos, no encontro. Para tanto, chamo atenção ao fato de que a elaboração deste estudo configurou-se no desafio permanente de analisar as implicações advindas das relações estabelecidas com o campo. Nesse sentido, o seu direcionamento teórico se alinha tanto às contribuições da Análise Institucional – a partir de conceitos como o de análise de implicação e campo de pesquisa –, quanto à Ergologia, nossa principal perspectiva de análise. Destarte, a sistemática em torno do percurso metodológico permitiu que a construíssemos ao longo da escrituração da pesquisa, situando-a no mesmo sentido que experimentávamos a atividade de trabalho policial militar.

Este estudo está construído em cinco capítulos, aos quais se somam os textos de apresentação e considerações finais. Na introdução, buscamos situar o leitor no campo de pesquisa, partindo de nossas experiências como policial militar e tendo o desafio de manter sob permanente análise esse lugar de pesquisadora que também é trabalhadora policial militar. No segundo capítulo, discorremos sobre um cenário de crise ocorrido em 2017 que envolveu a Polícia Militar do Espírito Santo e que também interferiu em nossas escolhas metodológicas. No terceiro, iniciamos uma discussão sobre a construção do saber da atividade de trabalho dos policiais militares capixabas, como essa constituição é atravessada pelo que denominamos de um modo de vida policial. No quarto capítulo traçamos algumas conceituações a partir da perspectiva Ergológica e das contribuições de Georges Canguilhem. Tal arquitetura conceitual nos auxilia a sustentar a atividade como a dimensão do debate de valores, renormatização e produção de saúde no trabalho. No quinto capítulo é estruturado o percurso metodológico cuja trajetória foi construída no “encontro de encontros”. Momento de muitas escolhas, muitas dramáticas, que culminaram em pistas, estratégias e técnicas para a realização da pesquisa. No capítulo seis trazemos análises dos dados produzidos nos encontros com os trabalhadores policiais. Por fim, apresentamos as considerações e as possibilidades que sobrevieram com esta pesquisa.

Esta apresentação tem como principal objetivo mostrar as motivações e sujeitos envolvidos no desenvolvimento da pesquisa que originou esta dissertação. Assim, embora mencione alguns dos conceitos utilizados, não é seu propósito explicá-los mais detalhadamente, algo que é feito durante os capítulos do texto.

Logo, esta dissertação de Mestrado, em compasso com as bases teóricas supramencionadas, tenta ampliar os espaços de compartilhamento das experiências de trabalho desses sujeitos e dar visibilidade aos saberes da atividade de trabalho policial militar de parte de uma tropa da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES) de forma contextualizada e situada com os arranjos sócio-históricos e político-econômicos.

1 INTRODUÇÃO

Os motivos para desenvolver esta pesquisa e seguir o desafio de dissertar sobre a instituição Polícia Militar do Espírito Santo (PMES), com seus mais de 184 anos de existência, e seus trabalhadores despontam a partir da confluência de vários elementos que partem da minha história de vida. Assim, apresento alguns aspectos que colaboram para situar o leitor sobre o percurso desta pesquisa e da pesquisadora que a realizou.

Ressalto que, como pesquisadora, também estou policial militar há mais de 15 anos de caserna¹. Nessa trajetória, pude experienciar duas diferentes formações: primeiro, ingressei na PMES a partir do Curso de Formação de Soldados (CFSd) em 2004; oito anos depois, já em 2012, por meio do Curso de Formação de Oficiais (CFO). Portanto, fui soldado e cabo dentro do quadro das praças² nessa primeira etapa de minha carreira profissional. Agora, já em outro nível funcional, fui Aspirante à oficial³, Segundo Tenente e estou Primeiro Tenente. Assim, passei a compor outro quadro, o da carreira de oficiais⁴. Tais informações são relevantes não apenas porque as diferenças existentes entre essas duas carreiras ajudam a compreender a forma como a Polícia se organiza, mas, sobretudo, as condições que o trabalho impõe a cada um desses integrantes (MINAYO; ASSIS; OLIVEIRA, 2011; MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008).

¹ Caserna, espaço que denominamos como quartel.

² As praças são o grau hierárquico conferido pelo comandante geral aos policiais militares que exercem as funções de soldado, de cabo, de sargento e de subtenente. O grau hierárquico da praça chama-se graduação, conforme o §2º do Art. 13 da Lei 3.196/78. As funções das praças, de forma breve, são: os subtenentes e os sargentos auxiliam e complementam as atividades dos oficiais e os cabos e soldados são elementos de “execução” dentro da organização da PMES.

³ O Aspirante a oficial é considerado uma praça especial que após cumprir um tempo de interstício e passar por uma avaliação de desempenho nesta graduação será promovido ao primeiro posto de oficial, ou seja, ao cargo de segundo tenente de Polícia.

⁴ Conforme o Art. 34 da lei supracitada, o oficial exerce a função de Comando, de Chefia e de Direção dentro das Organizações Policiais Militares (OPM). Na estrutura da PMES, os oficiais detêm o grau hierárquico denominado posto (§2º do Art. 13 da Lei 3.196). A lei estabelece três círculos de Oficiais, um denominado de círculo de oficiais subalternos (neste círculo estão inseridos os tenentes), outro de círculo de oficiais intermediários (neste inclui os capitães) e, outro, círculo de oficiais superiores (neste inserem-se os majores, tenentes-coronéis e coronéis). Aos oficiais é concedida a patente, que é uma honraria, ou seja, o título de “Oficial da Polícia Militar”, conferido pelo Governador do Estado e registrado em um documento denominado “Carta patente”.

Além dessas formações iniciais, pude realizar, na Polícia, também outros momentos formativos ao longo da carreira. Particpei, nesse contexto, tanto de cursos que são parte de uma formação continuada prevista para que o policial possa acessar as graduações e os postos de cada escalão, quanto de especializações técnicas que não tem esse condão de progressão de carreira, mas que permitem ao militar ser um especialista a partir do que ele almeja. Para exemplificar, no contexto da formação continuada realizei o Curso de Habilitação de Cabos; no contexto dos cursos de especialização, concluí três atividades: o Curso de Apoio Operacional, o Curso de Operações Táticas Motorizadas (COTAM) e o Curso de Negociação de Crises com Reféns Localizados. Cabe ressaltar que, no segundo deles (COTAM), realizado em 2007, fui a única mulher a concluir a formação, de uma turma de 26 que se formaram. Tal fato chama a atenção para as várias questões existentes em torno dessa mulher, policial, de uma tropa de choque⁵ – e agora pesquisadora – que se encontra em um universo predominantemente masculino e fortemente regido pelas relações de poder e de gênero (CAPPELLE; MELO, 2010).

Desses quinze anos de polícia, oito foram dedicados à carreira em uma tropa especializada, o Batalhão de Missões Especiais (BME)⁶ da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES). Nesse local de serviço, além de realizar minhas tarefas como integrante de missões⁷ especiais, também atuava como professora de Educação Física para o treinamento de parte daquela tropa, haja vista que minha outra formação acadêmica era nessa área. Foi a partir de um trabalho de Educação Física desenvolvido naquela unidade, posteriormente intitulado “Plano de Treinamento Físico Policial do Batalhão de Missões Especiais”, que visualizei a oportunidade para dar vazão a uma proposta de valorização da saúde do trabalhador policial militar. Nesse período, também seguiam em paralelo o “Plano Anual de Instruções” e o

⁵ De acordo com Fahning *et al.* (2012, p. 19) a tropa de choque é uma expressão para designar um grupo de policiais cujas características principais são o treinamento rigoroso e constante, uso de equipamento e armamento não convencionais, conhecimento de técnicas não convencionais e atuação em situações politicamente sensíveis e em ocorrências de maior complexidade. No Brasil, as tropas de choque são responsáveis pelas atuações envolvendo aglomerados de pessoas, tumultos, rebeliões e outros em que há grande concentração de pessoas e “quebra da ordem”.

⁶ Até fevereiro de 2017 o Batalhão de Missões Especiais (BME) era uma tropa especial da PMES, composto por subunidades especializadas de choque, uma companhia de operações especiais (COE) e uma companhia de operações com cães (COC).

⁷ Missões ou missão são termos genéricos que representam, para os policiais militares, as demandas ou encargos normais da profissão, bem como aqueles que surjam para além do que está definido aos atributos de nossas funções.

“Ciclo de Discussões Direcionado aos Aspectos de Saúde Mental” (MAGALHÃES; SERRANO, 2018), todos criados a partir dessa mesma demanda.

Para implementar essa proposta de trabalho no BME, foi realizado, no início do ano de 2016, um levantamento⁸ junto aos policiais daquele batalhão com pauta voltada para o planejamento das instruções daquele ano. Pensávamos que envolver os participantes por meio de uma aproximação e conversas sobre o que poderia ser incluído na formação continuada desses militares permitiria estruturar uma proposta de trabalho que, além de situada, fosse também compartilhada pela maioria. Abríamos, portanto, um canal de conversa, em uma espécie de escuta coletiva, para agir em torno das necessidades elencadas como importantes pelo grupo. Do total de efetivo que compunha a atividade operacional daquela unidade, isto é, 208 policiais, 121 participaram daquele levantamento⁹.

A metodologia dessa primeira iniciativa incluiu discutir de forma coletiva com os trabalhadores algumas das experiências de trabalho que pudessem ser compartilhadas e, assim, organizar o cenário de instruções e atividades para aquele biênio. Apesar de não termos, à época, seguido uma base teórica, pois não tínhamos o conhecimento de que os saberes da experiência do trabalhador eram um conceito sob a perspectiva da Ergologia, existia um desejo de aproximar o “conhecimento prescrito” às vivências experimentadas, os “debates de normas” às histórias atravessadas no viver daqueles trabalhadores policiais (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016; TRINQUET, 2010). De fato, estávamos incumbidos de organizar uma pauta de trabalho que, naquela ocasião, chamávamos de *integrada*, cujo desafio era articular os saberes, as vivências dos policiais e os conhecimentos historicamente acumulados (ZANARDI, 2016). Esse, portanto, foi um projeto do antigo BME, que tocava em pontos cruciais, como os saberes da experiência do trabalhador no exercício de sua atividade, mas que ainda não havia sido munido pelo conhecimento teórico sobre Ergologia (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016).

⁸ Os levantamentos realizados à época foram anotados em relatório e apresentados por essa oficial ao então chefe da seção responsável por instruções e serviço que, posteriormente, reapresentou os dados ao Comando do BME.

O plano de trabalho junto aos policiais possuía três frentes, a Educação Física, a formação continuada e questões sobre Psicologia, que buscavam aproximar a atividade de trabalho do policial com o próprio treinamento, assim como ampliar o olhar sobre a saúde desse trabalhador. Essa era uma demanda relevante porque havia algumas queixas dos policiais daquela unidade, dentre elas: a busca pela performance como fator de saúde; o fato de que algumas instruções estavam desvinculadas com a realidade operativa daqueles sujeitos; e o sentimento de que pouco se sabia sobre a importância da saúde mental e do cuidado com os aspectos psicológicos que constituem a vida do trabalhador. Portanto, questões apontadas que requeriam mudanças no modo de organização de trabalho no batalhão.

Porém, para efetivar a mudança de cenário no trabalho dessa unidade diante dessas queixas, foi necessário preparar os profissionais instrutores da unidade, o que requereu apoio de uma profissional psicóloga. Como a unidade não tinha nenhum psicólogo em seus quadros de trabalho, o batalhão precisou ser aberto a um profissional externo, para a condução desse trabalho.

Foi a partir dessa projeção de uma nova proposta de trabalho naquele batalhão que elaboramos o texto do projeto de pesquisa submetido ao programa de pós-graduação à época. Apenas após ser aprovada no processo seletivo do Mestrado em Psicologia Institucional, e, mais que isso, diante de cada orientação para a pesquisa, que compreendi que o objeto de estudo em análise seria o saber da atividade de trabalho do policial e não somente a saúde do trabalhador. Afinal, já ressaltava Canguilhem (2015) que a saúde é uma construção coletiva de normas e outras formas de viver que tornam a vida mais vivível.

Ao pensar a saúde como uma norma de vida (CANGUILHEM, 2015; SCHWARTZ, DURRIVE, 2016) dos sujeitos envolvidos, escolhi, então, pesquisar esse grupo de trabalhadores policiais militares capixabas, situando as experiências desses homens e mulheres e colocando em permanente análise minhas vivências como trabalhadora policial. Entendo ser possível ampliar a discussão sobre a atividade de trabalho desses policiais, pois, o público em geral tem uma visão superficial e mesmo distorcida do ofício dos trabalhadores policiais. Entretanto, é preciso reconhecer que esse campo de análise, embora seja um terreno rico e valioso, por

vezes não é tão acessível. O enfoque para aproximar o saber acadêmico e científico desse campo de pesquisa pressupõe conhecer quem é o produtor do serviço policial. Portanto, assim como apregoam Schwartz e Durrive (2016) a especialidade nos remete a uma aproximação – “estar em meio a” (AMADOR; BARROS, 2011, p. 18) – com os próprios trabalhadores policiais militares capixabas.

Esta dissertação não trata diretamente da condição¹⁰ de policial militar (LE GUILLANT, 2006). Antes, seus objetivos são: em primeiro lugar, analisar coletivamente a atividade de trabalho policial, considerando a produção de saber desse sujeito; em segundo, debater como a atividade de trabalho promove a saúde do trabalhador; em terceiro, entender quais sentidos coletivos são produzidos no seio desse contexto de trabalho que fazem com que os trabalhadores permaneçam nessa atividade entrecortada por constantes perigos.

Foi diante desse quadro que escolhi pesquisar o saber da atividade dos trabalhadores policiais de uma unidade da PMES, especificamente de uma UOp¹¹, localizada na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). Para situar previamente o leitor a respeito dessa UOp, porém sem quebrar o sigilo sobre a identidade dos participantes, destaco que não trabalhei nessa unidade pesquisada. Elegi pesquisar os trabalhadores daquela Unidade porque ela é uma das estruturas criadas pela Polícia Militar para atender a demanda pela qual a Polícia fora constitucionalmente regida, isto é, uma UOp é uma unidade que coaduna com o *mister*¹² da Polícia Militar no que mais representa o prescrito pela Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), concentrando, assim, as atribuições de polícia ostensiva.

Como parte do projeto de pesquisa, buscamos construir com esses trabalhadores um espaço para falar do trabalho, uma abertura para a análise – por esses mesmos

¹⁰ O termo condição foi utilizado nesta dissertação em referência ao que indica Le Guillant (2006): uma série de elementos indissociáveis, entrecortados de diversas facetas. É, portanto, uma forma de designar modos de vida, estados, circunstâncias comuns e as que surjam na situação envolvendo aqueles pertencentes à condição considerada de policial militar.

¹¹ UOp é uma sigla utilizada nas literaturas e normativas internas da Polícia Militar para representar a expressão Unidade Operacional de Área, conforme o Art. 13, inciso II, § 2º do Decreto nº 4070-R, de 01 de março de 2017.

¹² A função precípua da Polícia Militar, conforme delineado no art. 144, §5º da Constituição da República Federativa do Brasil é realizar “a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública”.

policiais – sobre a produção dos saberes, isto é, daquilo que é fruto da própria experiência vivenciada por eles, e, por fim uma indicação de caminhos metodológicos que pudessem ser úteis para se pensar o trabalho como um espaço de produção de normas de saúde. No serviço policial militar, as normas podem ser traduzidas como aquelas relativas aos procedimentos que orientam a atuação policial e seus desdobramentos. Também, pode-se indicar as normas nesse serviço como os regramentos que guiam a organização do trabalho. Ademais, chamamos atenção para as normas que são invisibilizadas, as quais são o mote dessa pesquisa. Tratam-se daquelas que representam o serviço policial *in loco*, sendo efetivadas pela ação policial em situações singulares que colocam em debate os valores do bem comum e os valores mercantis, ambos apontados pela Ergologia como dimensões da vida, da história humana, postos nas ações dos trabalhadores (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016).

Até onde se conhece, são poucos os métodos já experimentados e os conceitos instrumentalizados à disposição para, junto com os trabalhadores policiais militares capixabas, referendar uma pesquisa em que a experiência desses profissionais seja o tema central. Dessa forma, aquilo que fora trazido no espaço de conversa, ou seja, as experiências a partir das falas dos policiais, foram substanciais para as análises apresentadas a respeito dos saberes sobre a produção desse trabalho policial. Ressaltamos que as falas anotadas no diário de campo e na folha de avaliação foram trazidas para o seio deste texto e estão referenciadas, porém, mantendo o sigilo dos participantes.

Habitar o campo de pesquisa em torno da atividade policial militar também é entender esse espaço de atividade humana como repleto de singularidades, em que trabalho e vida são indissociáveis, como reforçou um contexto social surgido durante o processo de escrita desta dissertação: o panorama estabelecido com a crise da segurança pública de 2017 que afetou, sobremaneira, as relações interpostas por esses trabalhadores policiais capixabas.

2 A POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO: um olhar a partir da crise de segurança pública de 2017

Para o propósito deste capítulo, inicio uma discussão sobre a inserção da polícia militar no cenário da segurança pública capixaba a partir de um desiderato ocorrido em fevereiro de 2017. Após transcorrer um problema da ordem de segurança pública, o assunto se queda diante dos fatos perpassados na Polícia Militar do Espírito Santo. Desprendemos tempo para refletir sobre essa questão para não correremos o risco de os fatos sumirem da memória, ou serem desconsiderados diante desse acontecimento que marcou a PMES no cenário nacional. No caso de nossa pesquisa, essa crise também provocou algumas alterações, pois o campo que seria pesquisado deixou de existir. Pontuo que a discussão neste capítulo é apenas preliminar em torno da crise da segurança pública ocorrida no ES, haja vista que uma conjuntura orquestrada por diversos ramos como política, economia, cultura e outros também influenciaram tal acontecimento. Porém, vale salientar que a forma com que os fatos foram entrecortados atravessou os nossos pensamentos, infringindo embargos nas relações pessoais. Muitas questões já ficaram para trás, outras tantas continuam vivas em nossas memórias; são fatos acumulados como experiências em nossas vidas ou que sequer alcançarão a próxima geração.

A partir desse contexto de crise, inferi questões que pudessem ser somadas ao plano de experiências dos trabalhadores policiais militares. Seria impossível reunir toda a quantidade de informações contidas em minha experiência vivida de crise para serem reexaminadas aqui. Esse não é, no entanto, o objeto desta pesquisa. Porém, trazer questões que falam da experiência do trabalhador policial militar – o que inclui a minha – nesse hiato da segurança pública pode auxiliar a pensar a conformação de um modo de gestão por parte dessa organização policial, inclusive para cenários futuros. Trata-se de uma proposta de análise e, ao mesmo tempo, prospecção, pois acontecimentos semelhantes podem advir e algumas experiências já repensadas podem sugerir novos caminhos para enfrentar o “sofrimento no trabalho” (AMADOR, 2002; DEJOURS, 2004) vistos outrora. Tal procedimento pode possibilitar, assim, outros significados e produzir outros saberes.

Nas entrelinhas do dito acima, já aponto que houve sofrimento no processo de crise se segurança pública relacionado à PMES. E não foi algo escondido. Houve demonstração desse sofrimento mesmo no contexto midiático, apesar de todo o sensacionalismo criado em torno dessa questão. De fato, ações policiais difundidas pela mídia tendem a ser espetacularizadas e restritas aos fatos negativos, de modo que outros pormenores são negligenciados. Tal modo de apresentação acaba por influenciar na produção de uma opinião pública desfavorável sobre a Instituição. Desse modo, como aponta Bayley (2001), a mídia é um mecanismo de controle sobre a polícia. Mas, ao restringir as notícias apenas aos fatos negativos, muitas minúcias que compõem uma mesma situação deixam de ser apresentadas.

A narrativa a seguir ilustra parte de minha experiência a partir de atravessamentos ocorridos em torno da crise da Segurança Pública capixaba. São fatos que suscitaram debates, escolhas, que também é parte da atividade policial, porém uma atividade mais entravada, por muitas vezes difícil de ser colocada em palavras. Parte dos acontecimentos transcritos foi vivenciada, de fato, no meu dia-a-dia como policial militar, daí um grande esforço e uma tentativa de abster-me de julgamento ao apresentar as sensações, as minhas escolhas e tantos outros debates que falam desse si no trabalho.

Em fevereiro de 2017, estava diante de um novo cenário: um momento de Crise na Segurança Pública capixaba. Dias de muita instabilidade, palco de mudanças, cenário de transformação também para mim. Parecia não haver “equipamentos não letais”¹³ apropriados àquela ocasião, e, neste caso, estou pensando como policial de um batalhão de missões especiais cujos recursos operacionais são os melhores da PMES. Eram infrutíferas as negociações que pudessem dissuadir ou minimizar os efeitos transcorridos daqueles 22 dias de crise. Ao mesmo tempo, não havia

¹³ Os equipamentos “não letais”, que outrora já foram denominados “menos letais”, passam a ser definidos pelo legislador de forma mais adequada como “instrumentos de menor potencial ofensivo”. Observa-se o zelo do legislador ao conceituar essa nomenclatura, indicando adequação com as características técnicas e objetivos pelos quais se apontam como necessários ao uso do equipamento. Assim, no artigo 4º da Lei 13.060/2014, “consideram-se instrumentos de menor potencial ofensivo aqueles projetados especificamente para, com baixa probabilidade de causar mortes ou lesões permanentes, conter, debilitar ou incapacitar temporariamente pessoas”.

criminosos a “inabilitar”¹⁴. Mas, a missão exigia outra postura e outros esforços institucionais. Sabíamos como lidar com esse novo cenário?

O “coletivo social”¹⁵ denominado pelas mídias sociais como “Greve da PM” apresentou-se de forma tranquila no primeiro dia de manifestação e tomou maiores proporções, talvez além do esperado, ao longo do seu período de duração. Essa foi a sensação que tive, embora outros policiais compartilhassem dos mesmos sentimentos sobre esse evento. E foi deveras desafiador. À frente dos portões das Unidades policiais estava postado um cordão humano de isolamento formado por familiares de policiais, amigos e outros tantos anônimos simpatizantes das causas daquele grupo. As estratégias utilizadas por esses manifestantes acabaram por impedir a saída de viaturas policiais dos quartéis da Polícia Militar.

Em 15 anos de serviço na corporação experimentei, pela segunda vez, a iminência da morte. Era como se eu estivesse amarrada pelo calcanhar por um fino barbante, dependurada em um precipício e, num piscar de olhos, minha vida vista por um fio. Me recordo, como se estivesse hoje, no Morro da Cocada¹⁶ onde fui encurralada por criminosos armados. Me joguei no chão. Comi poeira. Procurei proteção onde sequer havia. Muitos disparos em minha direção. Zum.. zum...zum... O zunido do projétil na minha cabeça era estrondoso. Que sensação horrenda. O estampido saindo do revólver é silencioso ao se comparar com o zum zum do projétil do lado do nosso ouvido. Foram noites ouvindo o mesmo barulho, mesmo depois de tudo acabar. Era como se eu estivesse me apresentado para a senhora morte. E, agora, nos dias de crise, me vi diante desse mesmo fim. Agora, muito mais pelo receio e medo do que pelos fatos em si, como fora naquele dia no Morro da Cocada.

¹⁴ Os mecanismos institucionais de controle social do crime apresentados por Carneiro (2009, p. 248) indicam que há duas formas para tentar minimizar os efeitos dos atos criminosos: pela dissuasão, ou pela inabilitação. Enquanto a dissuasão tem um caráter preventivo, a inabilitação proposta pelo autor tem um caráter repressivo, ou seja, impedir o cometimento do crime com a ação policial técnica, legal e proporcional.

¹⁵ Coletivo social é um tipo de manifestação pública, se caracteriza como uma forma de comportamento coletivo, pautada em valores comuns, de estrutura horizontal, flexível e que não há uma única liderança (todos possuem voz) (WARREN, 2006).

¹⁶ O Morro da Cocada situa-se no bairro Oriente, no município de Cariacica, próximo aos bairros Itacibá e Itanguá.

No 9º dia de manifestação, precisei ir a minha casa. Afinal, já estava no quartel da PM desde o 3º dia de greve. Confesso que este era o local que me sentia mais segura (o quartel). Era o que alguns de nós policiais sentíamos. Pulei um dos muros do quartel, pois pelo portão ninguém entrava, ninguém saía. Era uma forma de os manifestantes evitarem que o movimento de alguma forma pudesse ser quebrado, assim impediam a entrada daqueles que não se manifestavam a favor daquela “greve”. Estava em trajes civis, porém, vestida com um colete à prova de balas embaixo da jaqueta, uma pistola na cintura, três carregadores, e um fuzil na mão. É isso mesmo! Fui para minha casa com um fuzil cruzado no meu peito. Era como se eu estivesse indo para a guerra, porém, sem o fardamento de guerra. Não era exagero naquele momento. Foi preciso. Era o meu modo de cuidar de mim mesma. E não fui a única. Não havia policiais de serviço nas ruas da capital capixaba.

A central 190 não dispunha de recursos operacionais para dar o suporte à sociedade. Minha proteção estava nas minhas próprias ações. E quando cheguei em casa? Um misto de alegria ao chegar e tristeza por ver minha família com olhos perplexos diante de mim. Sabemos dos riscos de nossa profissão, das incertezas que nos cercam. Ao mesmo tempo, uma força contrária, não sei bem explicar, nos trazia uma sensação que sempre voltaríamos para nossas famílias após nossas missões. Porém, naqueles dias, essa certeza fatídica fora, de algum modo, arrancada de nós. Chorei às escondidas, afinal, eu era a policial. Mas, nossos semblantes já prenunciavam a morte em vida. Os efeitos da crise estavam marcados em nossas frentes. Parecia que nossos governantes esperavam que a manifestação definhasse e, com ela, nós também sucumbíssemos. Perdemos o brilho nos olhos e nos sentíamos abandonados. A nossa percepção era de desvalorização¹⁷ e, nesse ínterim, a crise asseverou consequências danosas para todos nós, isto é, para a população em geral e para a comunidade policial.

¹⁷ Minayo e Souza (2003, p. 165) fazem uma reflexão sobre o termo desvalorização, um sentimento percebido por parte da categoria policial, quando duas questões se associam, ou seja, o fato de esses trabalhadores exercerem uma tarefa de repressão ao crime mais a opinião pública de que o policial é violento e corrupto. Esse sentimento de desvalorização acaba por produzir, “quase sempre, um certo afastamento dos grupos vicinais [...], indicando comprometimento das relações interpessoais ou até acirrando formas de isolamento social” (ibidem).

Não é à toa que trago para as páginas iniciais dessa dissertação a problemática em torno da crise da Segurança Pública capixaba. Afinal, esse evento foi palco de muitas mudanças institucionais, que apontaram uma nova etapa de organização policial militar e, conseqüentemente, mudanças em minha pesquisa. Com a crise da segurança pública em fevereiro de 2017 muitas questões relacionadas ao trabalho policial foram trazidas ao debate, em diferentes níveis e ciclos sociais. No contexto da minha vivência pessoal, por exemplo, esse debate ocorreu em sala de aula. Tanto nas aulas da disciplina de Metodologia da Pesquisa, quanto nas apresentações de trabalho de outras disciplinas durante o mestrado, nas quais busquei problematizar questões acerca do lugar que ocupo enquanto policial militar, fui, em todas as ocasiões, sem exceções, instigada a falar sobre esse fato, que abalou a estrutura de segurança pública do Estado no ano de 2017. O que fora noticiado à população, o que esse evento gerou para os capixabas durante os 22 dias de paralisação das atividades policiais e o que causou para os trabalhadores policiais, tudo isso produziu discursos que ainda são ouvidos, principalmente no meio policial.

No que se refere às causas das manifestações, o que veio à tona, inicialmente, como gerador desse acontecimento, conforme também noticiado pelas associações de classe policiais, foram questões de cunho trabalhista, como o arrocho salarial e a desvalorização profissional. Em um cenário de contingenciamento econômico brasileiro, vivenciado nos últimos anos, as proposições das categorias, não só a policial, mas dos demais órgãos públicos capixabas, não prosperaram frente ao governo.

Em se tratando dos efeitos da crise, à medida que os dias corriam, muitas informações veiculadas nos meios de comunicação em massa, pelos principais jornais capixabas, mencionavam o aumento exponencial de homicídios proporcionalmente atrelado aos dias de crise. A sensação de segurança nos meses que antecederam o evento deu espaço para a certeza da insegurança para uma parcela da população. Conforme dados da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SESP) (2015), o Estado do Espírito Santo, a partir de 2010, iniciou um processo de queda dos índices de criminalidade violenta, ainda que de forma lenta e gradual. Por essas fontes, a média de homicídios diários no estado

registrado era de 4 (quatro). Porém, em apenas um dia, especificamente no dia 06 de fevereiro de 2017, o quarto dia de movimento, 42 (quarenta e duas) pessoas foram fatalmente vitimadas, aumentando a média diária nesses dias em torno de 18,75 mortes. A sensação percebida por parte da população era de que nem a própria Secretaria de Segurança estava preparada para receber um número tão alarmante assim.

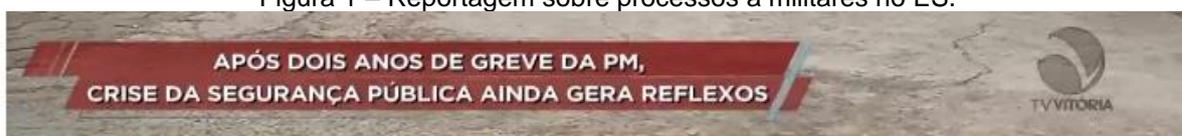
Quanto mais esses índices aumentavam, maior a preocupação social de os capixabas se tornarem estatísticas dessa vitimização por mortes violentas. Essa apreensão era fortalecida com a divulgação sensacionalista de parte da imprensa local. O impacto gerado, quando se trata de um dado como homicídio, imprime na sociedade o que os autores de sociologia definem como “imaginário do medo” (TEIXEIRA; PORTO, 1998, p. 52), caracterizado por provocar mudanças no comportamento dos sujeitos a partir de uma série de representações simbólicas. Uma dessas alterações é, por exemplo, o excesso de individualismo, que promove, ainda mais, o distanciamento entre os sujeitos, cuja consequência é um processo de aprisionamento das pessoas dentro das próprias casas, como se essa atitude tivesse um suporte real de proteção. Com esse enclausuramento, as pessoas passam a não dispor de comprometimento social, não se reconhecem como sociedade colaborativa e, assim, não cobram dos órgãos constituídos melhorias básicas no fomento de um bem comum. Não obstante, o crime também altera a dinâmica das cidades, como exemplifica o esvaziamento dos centros urbanos (BECKER, 1968) – locais de grande circulação financeira onde grande parte da violência urbana ocorre –, que culmina na explosão demográfica em seu entorno, também conhecida como “zonas de transição” (BURGESS, 1923), locais onde periféricamente estão os trabalhadores menos abastados desses centros. Nesses locais, os crimes tendem a ocorrer de forma incisiva, como aconteceu em meio à crise capixaba, afora outras consequências de cunho político-econômicas que, somadas ao componente crime passam, nessa conjuntura, a compor um cenário violento.

Apesar de o número de homicídios ter paulatinamente diminuído entre a segunda e a terceira semana de crise, o estado de alerta ainda era evidente. O movimento foi, então, perdendo número de adeptos e força ao longo dessas três semanas, dada a

intervenção de diversos vetores, governamentais, sociais, políticos e outros que infligiam certa pressão para que ele se encerrasse. Como resultado, o dia 24 de fevereiro ficou registrado como “o final da crise”. Contudo, isso não significou o retorno imediato do serviço ostensivo fardado, tanto que foi acudida pelo governo do Estado a intervenção da Força Nacional de Segurança com o fito de garantir o policiamento nas ruas capixabas por mais de um mês. O serviço da Polícia Militar foi pouco a pouco retomado, com bastantes ressalvas, pois muitos policiais ainda não estavam em condições para retornar ao serviço. Alguns estavam hospitalizados, outros sentiam-se acuados por conta do cenário instalado. A imprensa, nesse contexto, divulgava que grande parte da tropa estaria desmotivada para retornar ao serviço ativo.

Dois anos após a crise, algumas notícias ainda eram trazidas sobre isso pela imprensa. As manchetes no dia 04 de fevereiro de 2019 – mesmo dia em que se iniciou o movimento em 2017 –, apontavam que reflexos da crise persistiam. Dentre eles, foram destacados a continuidade das investigações referentes aos homicídios ocorridos à época (215 assassinatos), os infindáveis processos judiciais e administrativos que envolviam policiais militares (mais de 2.500), e o projeto de lei do atual governo para anistiar administrativamente os policiais supostamente envolvidos, processados e culpabilizados, conforme notícias abaixo:

Figura 1 – Reportagem sobre processos a militares no ES.



SEGURANÇA PÚBLICA

Mais de 2 mil militares ainda respondem processo por greve

04/02/2019 às 20:22:02

Fonte: FolhaVitória, fev. 2019.

O sentimento de insegurança era manifesto por parte da sociedade civil e também por uma parcela dos policiais, uma vez que ambos foram vitimados. Além disso, não é possível afirmar que a população civil em geral tenha sofrido mais do que os próprios policiais. Pela conjuntura firmada e anotada dia após dia nas semanas do movimento, os detalhes sentidos por aqueles que estavam no epicentro da

manifestação diuturnamente e pelos familiares que tiveram seus entes vitimados fatalmente são muito mais expressivos do que foi noticiado.

A sensação de insegurança reportada por parte da sociedade foi atrelada, ainda, aos prejuízos na economia estadual. Era este o ponto destacado nas mídias: sem policiamento, o resultado era comércio fechado, economia estagnada, e prejuízos financeiros. Por conta das estruturas capitalistas que “integram” o homem aos mecanismos de trabalho, essa insegurança surge nos meios de comunicação como um alerta de que era preciso fazer algo, não apenas porque pessoas estavam morrendo, mas porque os prejuízos da ordem econômica eram incomensuráveis. Nesse sentido, vale lembrar que o pensador liberal Adam Smith (2017) já dizia, em *A riqueza das nações*, que, em se tratando de economia, o mercado se autorregularia para realinhar os seus próprios interesses, como se uma “mão invisível” o coordenasse. A exposição dos ditos prejuízos noticiados pela mídia fazia esse papel do alerta: uma destreza do próprio sistema econômico, que, pela produção do medo e da insegurança, busca, em troca, que alguma solução seja oferecida e, assim, a “mão” não mais é invisível. Trata-se, portanto, de uma estratégia econômica que sopesa os bens materiais e individuais a um grau maior de importância, em um contexto em que os “valores dimensionados” ocupam seu espaço no território ante os “valores não dimensionados”¹⁸ (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016, p. 106 -107).

¹⁸ Para a Ergologia os valores são elementos presentes no contexto do agir humano e, assim, no trabalho. Dessa forma, os valores acabam por orientar os comportamentos dos sujeitos, as condutas sociais e as nossas escolhas. Nesse agir humano os valores são colocados em permanente debate, quando, por exemplo, confrontamos as exigências que nos são colocadas pelas prescrições das tarefas com nossos valores. Perante essa tensão constante, Schwartz e Durrive (2016) nos indicam que visibilizar esses dois polos de valores, os dimensionados e os não dimensionados, nos auxiliam a fazer uma reflexão ergológica sobre os diversos valores que compõem a vida dos sujeitos e as escolhas dos trabalhadores.

Figura 2 – Manchete de reportagem sobre efeitos econômicos da greve da PM.



Fonte: GazetaOnline, jun. 2017.

Outro ponto tensionado naquela ocasião era a especulação, por mídias, de que policiais estavam contribuindo para uma presumida matança, nunca vista na história do ES. O medo iminente de morte era tão intenso – fato suscitado também em mim – que as histórias contadas pelos meios de comunicação pareciam se encaixar no momento da crise. Tal narrativa ganhou força também porque o Espírito Santo havia tido uma história recente de atuação de supostos grupos de extermínio; portanto, não era difícil especular um retorno desses grupos por atuações de agentes policiais. Entretanto, não se escusa o fato de que os diversos desafios entrecortados por essa profissão policial militar redundam de um trato com a criminalidade violenta. Como argumenta Alves (2004) que “talvez por isso que com deveras frequência a Polícia Militar é remetida ao posto da instituição historicamente mais truculenta das forças de segurança pública. O trato com a violência, sem contar alguns desvios de finalidade, estereotipam ainda mais a Corporação”.

No que diz respeito à violência, em especial à violência urbana, a mídia é parcial. Os meios de comunicação não se limitam a informar. Tomam partido, julgam e condenam. Ao assim fazerem, aprofundam o temor e a ignorância do público que deveriam informar, usando mensagens e códigos profundamente estereotipados. O preconceito alimenta-se dos estereótipos e gera os estigmas (MELLO, 1999, p. 138).

O recrudescimento da violência e, de certa forma, da iminência de atos que se aproximavam à barbárie naqueles dias de crise gerava preocupação de parte da sociedade e se tornava, de acordo como o que teoriza Lazzarini (1991, p. 32), duplamente perigoso quando “dramaticamente explorados pelos órgãos de comunicação”. A questão posta é que violência, morte e tragédias constituem-se,

nesse tipo de contexto, como conteúdos “espetaculares”, capazes de reter a atenção do espectador e, assim, impulsionar a venda das imagens.

Figura 3 – Matéria sobre grupos de extermínio no ES.

Análise: seria o retorno dos grupos de extermínio no Espírito Santo?

A hipótese da atuação desses movimentos é levantada pelo doutor em sociologia Marco Aurélio Borges Costa, autor de livro sobre a história da violência no Estado. Segundo ele, execuções "perfeitas" apontam para a possibilidade

Fonte: GazetaOnline, mar. 2017.

Figura 4 – Manchete da reportagem sobre ligação de grupos de extermínio a mortes no ES durante as manifestações de 2017.



Fonte: Uol Notícias, fev. 2017

Decerto, a crise só asseverou para os capixabas o fato de que um dia, há muito tempo, fomos sequestrados pelo Estado. A sociedade civil abriu mão de sua liberdade para permitir que o Estado desse conta dela. Como resultado, fica à mercê desse mesmo Estado e é obrigada a sentir o incômodo de permanecer sem essa pseudoproteção estatal quando seu patrimônio vida é ameaçado. Entretanto, nesse sequestro não há o direito de escolher a forma de pagar o resgate. Não tenho de

volta a minha liberdade, portanto, entrego-a com medo da morte e, talvez, esse medo seja a possibilidade de luta e resistência.

Na situação vivenciada de transformação da corporação, os impactos negativos de ordem subjetiva foram observados nos trabalhadores. Em face dessa discussão, Bonomo *et al.* (2019) entendem que o policial militar se conforma como tal, considerando os aspectos subjetivos envolvidos, bem como a posição que ele ocupa nessa instituição, ou seja, também é desse modo que o policial militar se constitui e se vê constituído. Nesse ínterim, a reorganização institucional significou mudanças significativas a partir das quais os policiais tiveram que reformular seus *modus operandi* e as relações que estabelecem no e com o trabalho.

A maioria dos líderes de governo também parecia não compreender a dimensão que poderia alcançar aquele protesto. Por isso, acabaram por contribuir com a produção de um discurso inflamado, que só causou a indignação dos manifestantes, dos policiais e de parte da sociedade. A situação assumiu proporções tais que policiais foram acusados de cometerem vários crimes, a exemplo da queima de ônibus ocorrida nesse período, de formação de milícias, de assassinatos, dentre outros; acusações que foram noticiadas por órgãos de imprensa como verdadeiras.

Um detalhe importante nesse contexto é que um jornal local de circulação *on-line* apresentou aos seus leitores uma listagem, contendo nomes dos policiais militares sob a seguinte manchete “Lista dos policiais que respondem por envolvimento na paralisação”. Consta nessas informações que excessos foram provocados durante a crise, tanto de entes civis quanto de militares. Bastava clicar no *link* da manchete para ter acesso público ao nome completo de policiais militares, como se estes já tivessem sido condenados, sem direito a ampla defesa e contraditório. Não obstante, o trabalhador policial militar é instruído, desde a formação, de que todos e quaisquer tipos de excesso tipificados como conduta criminosa devem ser apurados para se confirmar autoria e materialidade dos fatos. Desse modo, é possível exercer os direitos constitucionais de se ver processar, de ampla defesa e do contraditório.

Quaisquer atos criminosos que não sejam amparados pelas excludentes de ilicitudes são penal, administrativa e civilmente rechaçados pelas instituições policiais militares, afinal, seria incompatível um operador da lei infringi-la. Tais afirmações não

são realizadas neste texto para ocultar que nas organizações policiais militares existam desvios de condutas, pois isso seria desdenhar da realidade. Desvios de fato ocorrem, tanto que a punição policial militar é efetivada com a intenção de ser um ato correcional dessas condutas tipificadas como delito. Assim, fatos ocorridos durante a crise e assim tipificados também seguiram os ritos procedimentais de apuração por parte das instâncias competentes.

Figura 5 – Manchete a respeito de investigação de ligações de PMs a ataques a ônibus no ES.

14/02/2017 12h28 - Atualizado em 14/02/2017 12h46

Força-tarefa investiga ligação de PMs em ataques a ônibus no ES

Informação é do Secretário de Segurança Pública, André Garcia.
Protesto de PMs levou a onda de violência que deixou mais de 140 mortos.

Fonte: G1 ES, fev. 2017.

A seguir, um dos trechos da reportagem a respeito de investigação de ligações de PMs a ataques a ônibus no ES com o seguinte comentário:

O secretário de Segurança Pública do Espírito Santo, André Garcia, anunciou nesta terça-feira (14) que uma força-tarefa vai investigar a participação de policiais militares em atentados contra ônibus. Nesta segunda-feira (13), dois coletivos foram incendiados, um em São Torquato, Vila Velha; outro em Campo Belo, Cariacica. Garcia destacou que, embora o movimento esteja perdendo força, há um lado que aposta em atentados. “Hierarquia e disciplina foram perdidas nos últimos dias, mas vamos reestabelecer a ordem. Radicalizar com quem quer radicalizar e conversar com quem quer conversar”, afirmou (G1 ES, fev. 2017).

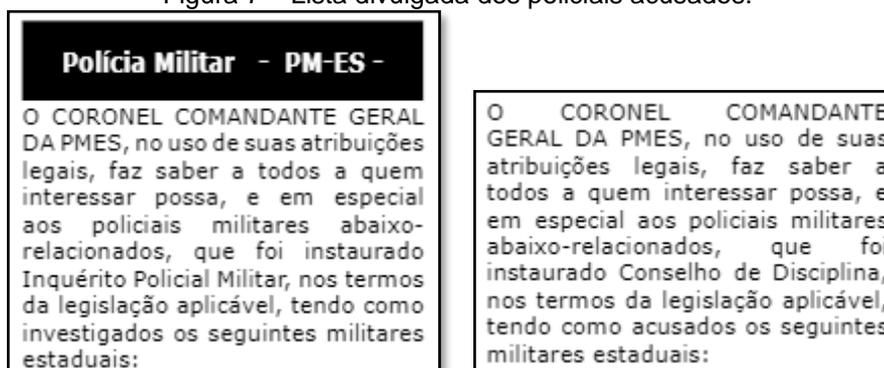
Figura 6 – Trecho da reportagem a respeito de investigação de ligações de PMs a ataques a ônibus no ES com *link* para lista de nomes dos trabalhadores policiais.

Processos administrativos
No Diário Oficial do Estado nesta terça, a Polícia Militar anunciou a instauração dos primeiros Inquéritos Policiais Militares (IPMs) e processos administrativos que podem terminar na demissão de 155 militares envolvidos no aquartelamento.

Veja lista dos policiais militares que respondem por envolvimento na paralisação

Fonte: G1 ES, fev. 2017.

Figura 7 – Lista divulgada dos policiais acusados.



Fonte: Diário oficial do estado do Espírito Santo, 14 de fevereiro de 2017.

Os efeitos da crise na segurança pública sentida por parte da sociedade capixaba e, principalmente, a forma com a qual isso ficou latente com o recrudescimento do número de homicídios registrados nos 22 dias de paralisação revelaram, naquele momento, a dependência de parte da sociedade em relação a apenas um órgão que compõe o complexo emaranhado chamado segurança pública: a própria Polícia Militar. Esse órgão estadual de segurança pública era, até então, notado socialmente como violento, repressivo e coercitivo. A partir de tais eventos, todavia, de um lado, um apelo social faz com que parte da sociedade olhe para esse movimento de modo diverso daquele que considerava a PM opressora; de outro, outra parte dessa sociedade percebe essa manifestação por uma via bem semelhante a que geralmente é observada em outros movimentos reivindicatórios, ou seja, com certo desprezo.

O excesso de expectativas produzido pelos policiais diante das causas e das reivindicações da categoria causou, ainda, maior descontentamento com a não abertura do diálogo por parte do governo. Como resultado, nada referente aos anseios dos protagonistas da greve foi alcançado. Ao contrário, após 22 dias de crise, mudanças estruturantes ocorreram no seio da PMES. Houve a criação de unidades operacionais, como Companhias Independentes, Companhias Especializadas; outras foram extintas, como o antigo Batalhão de Missões Especiais (BME) e o Batalhão de Ronda Ostensiva Tática Motorizada (ROTAM); nova redação de lei foi atribuída para as promoções dos oficiais e das praças; transferências de militares para outras unidades foram realizadas, enfim, uma série de medidas tomadas em caráter de urgência. Todos esses fatores que fizeram e fazem parte dessa atividade entrecortada por “dramáticas” (SCHWARTZ, 2010, p. 45) incidiram,

sobremaneira, no trabalhador policial militar que, por derradeiro, foi convocado a “reconfigurar seus modos de vida” (MAGALHÃES; SERRANO, 2017, p. 125). Em Ergologia, Schwartz e Durrive (2016, p. 38) fazem um uso desse termo, demonstrando que viver é arbitragem, é gerir dramáticas:

A utilização da palavra “dramática” não significa dizer que está acontecendo um drama pavoroso. Isso significa dizer que alguma coisa está acontecendo. No sentido etimológico, dramática quer dizer que uma história está acontecendo, história que não estava prevista na partida, mas que não é necessariamente uma história trágica. Dramática quer dizer que nunca vai deixar de acontecer alguma coisa, porque ocorrerão sempre esses debates, e ninguém vai poder escapar deles. É por isso que falo de um “destino a ser vivido”. Qualquer que seja a situação de trabalho, não se pode escapar a esse destino permanentemente. Eis o porquê da dramática [...]

Sobre a ordem da saúde mental, é pertinente registrar dois pontos importantes. Durante os dias de crise, muitas baixas policiais foram registradas. Imagens de policiais ocupando os corredores do Hospital da Polícia Militar foram veiculadas.

Figura 8 – Manchete de reportagem sobre atendimento médico de policiais em Vitória-ES.



Fonte: Folha Vitória, fev. 2017.

Segue trecho do comentário jornalístico sobre a manchete acima:

Policiais militares lotaram o pronto socorro do Hospital da Polícia Militar (HPM), em Vitória, no último final de semana. Segundo os familiares, a pressão para que eles voltem ao trabalho é tanta que alguns policiais não aguentaram e estão tendo surtos psiquiátricos. Eles deram entrada no pronto-socorro em sintomas de crise nervosa (Folha Vitória, fev. 2017).

O quadro de exposição psicológica dos trabalhadores policiais acabou atraindo a atenção, que se voltou para as questões de saúde/doenças. Importa registrar, no entanto, que a PMES não possui um quadro de policiais psicólogos. O que existia, até então, eram policiais com formação em Psicologia e que, por conta desse atributo profissional, compunham alguns programas de apoio e amparo psicológico

dentro do HPM. Um dos programas mais conhecidos é o PRESTA¹⁹. Trata-se de um programa formado por profissionais qualificados em diversas áreas, que atuam com o objetivo de fazer a prevenção e oferecer tratamento ao dependente químico, visando sua reintegração à família e à sociedade. O programa também realiza consulta de orientação e palestras informativas. O PRESTA, portanto, foca seus esforços no toxicômano e alcoolista, questões diferentes das trazidas no momento de crise.

Assim, um grupo de psicólogos voluntários fez uma intervenção para prestar a assistência imediata aos policiais que procuravam o pronto-socorro do Hospital da Polícia Militar (HPM). Esses profissionais assinaram um convênio de permanência e apoio até o último bimestre de 2017 ao HPM. A gestão da época entendeu que era importante a continuidade desse trabalho, tanto que os psicólogos seguem atuando até hoje, prorrogando as atividades.

Mais de dois anos se passaram desde a crise de segurança pública no Espírito Santo e foram observadas algumas mudanças institucionais, inclusive no olhar da organização sobre os assuntos atinentes à área da Psicologia. Vários eventos, como palestras sobre Psicologia e áreas afins, foram realizados na sede do HPM e também fora desse espaço hospitalar. Ocorreu a inclusão de representantes da PMES em evento capixaba das forças de segurança pública para se pensar intervenções sobre suicídio, assim como participação da PMES em Congresso Nacional sobre Trabalho e Psicologia na UFES. Não se pode negar que um campo de estudo foi aberto na instituição, como exemplifica a recente problematização, nas pesquisas do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) de 2017 e de 2018, de algumas temáticas antes não estudadas na PMES como objeto de pesquisa. Exemplos desse movimento são os trabalhos intitulados “Análise de estresse em policiais militares do Espírito Santo” (MAIA, 2018) e “Suicídio: uma avaliação histórica e sua abordagem pelos órgãos de segurança pública no Espírito Santo” (LESSA, 2018). Um novo passo foi dado e uma abertura para se pensar temáticas que também afligem o cotidiano policial militar.

¹⁹ Programa de Reabilitação do toxicômano e alcoolista realizado no Hospital da Polícia Militar do Espírito Santo (HPM).

Seria bem mais audacioso, porém, se as medidas para alcançar o cuidado com os sujeitos policiais fossem tomadas pela perspectiva da produção de saúde do trabalhador, não de correção da doença. Ademais, seria ideal que as medidas dentro da organização do trabalho fossem gestadas considerando a fala dos policiais sobre ela. Nesse mesmo sentido, as ações deveriam prover a construção de políticas de trabalho sobre a saúde desses policiais de forma preventiva e o cuidado para com esses sujeitos para quem o perigo de morte é iminente.

3 “UM TRABALHADOR 24H”: modos de vida policial

Diante dos fatos suscitados em torno da crise da PM de 2017, há diversas experiências, que ainda são narradas, que marcaram escolhas e, portanto, constituíram alguns modos de vida policial e compuseram suas histórias. Não obstante, naquele momento também se produziu atividade, trabalho. A atividade é, neste texto, entendida como o esforço de viver, apresentada pela perspectiva Ergológica como o movimentar-se a partir do encontro entre as normas antecedentes e as renormatizações que “fazem histórias” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016, p. 113). Quanto ao trabalho, Schwartz e Durrive (2016) afirmam que este é uma forma da atividade humana, porém em uma versão mais formal: “O trabalho é o campo da atividade em que o entrecruzamento das normas é provavelmente o mais pesado. É exatamente por isso que ele apresenta muitos problemas para nossas sociedades modernas” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016, p. 62).

Nesse sentido, os casos advindos da crise de 2017 que compuseram situações reais de trabalho policial abriram reflexões para se pensar em outras formas de atividade humana que compõem a gestão da vida dos trabalhadores em um espaço que também há desgastes. Nesse contexto, também há produção de saberes pelos próprios trabalhadores policiais.

[...] é no cotidiano de trabalho que se convocam os saberes que emergem da atividade, tendo a compreensão do trabalho como um lugar de permanentes escolhas e arbitragens, de debates de normas e valores, que possibilitam aos trabalhadores a formalização de suas experiências. (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p.[?])

Porém, nem sempre a produção desses saberes é considerada; com efeito, majoritariamente, ela permanece invisibilizada. Talvez se possa considerar que falta conhecimento sobre a produção de saberes dos trabalhadores em meio a essa organização do trabalho, ou, de outra forma, seja possível pensar numa conjuntura que escamoteie os saberes que emergem da atividade desses sujeitos. Se os trabalhadores estão sendo pouco solicitados nessa produção dos saberes, as relações produzidas nesse meio podem desvelar as circunstâncias que impedem a própria realização da atividade de trabalho. Já problematizavam Schwartz e Durrive

(2007, p. 326) que a gestão das dramáticas que compõem o trabalho faz parte de um processo de escolhas em um ambiente de debate de valores e normas.

Todavia, nem sempre gerir dramáticas resulta renormatizar, ou seja, produzir uma escolha que possibilite alternativas para agir. Algumas escolhas podem dificultar ou diminuir a capacidade de o sujeito gerir a própria vida e, talvez aí, possa se falar em arbitragens que diminuem a capacidade normativa. Assim, provocar a retomada dessas experiências em diversas conjunturas segue como um passo imprescindível para, junto à perspectiva ergológica, se pensar em uma produção do saber que possa ser coletivizado a partir do envolvimento da história do sujeito e das dramáticas diante das relações produzidas pela organização do trabalho no contexto social vivenciado.

Adentrando as questões em torno da atividade de trabalho policial e os modos de vida desses sujeitos, frutos das relações dessa organização do trabalho, são apresentadas a seguir trechos que falam desse debate, dessas escolhas, dos riscos, enfim, das dramáticas de si enfrentadas no dia-a-dia desse trabalhador 24H e que, na ocasião, fora enfrentada por mim. Diante dessa conexão, importa reforçar que determinados acontecimentos singulares à vida dos trabalhadores policiais militares acabam por solicitá-los a gestarem outras situações da vida, mesmo fora dos seus locais de serviço, por serem pm's. Vejamos:

Numa manhã típica de verão, em janeiro de 2011, no caminho da praia de Setiba, um homem que conduzia uma moto, num sobressalto, me travou, vindo ao meu encontro. Não havia escolha a não ser parar o carro naquela região. Apesar de estar em plena luz do dia, o local era ermo, não havia pessoas na rua, sequer outros veículos ao meu alcance. Interessante que, antes dessa abordagem, pressenti algo estranho. Essa sensação sobreveio no exato momento que adentrei aquela rua. Na condução do automóvel optei por deixar a via principal e segui direção a essa estrada menos movimentada. Não havia, até então, nenhum veículo atrás. De modo surpreendente, uma moto começa a me seguir. Após olhar o retrovisor e ter a sensação que estava sendo acompanhada, saquei, imediatamente, a pistola e passei a dirigir com uma mão no volante e outra na arma. A arma era um objeto do meu trabalho policial, uma extensão do meu corpo mesmo fora do serviço. Continuei

seguindo naquela via à baixa velocidade. Não existiam meios de fuga e o carro que dirigia também não me permitia isso. De repente, o motociclista interrompe a minha passagem, indicando com a mão um gesto de “pare”. Hesitei, mas freei logo que o motoqueiro me fechou. A moto dele, na posição em diagonal, próximo ao retrovisor esquerdo do carro, não me permitiu abrir a porta. Ele permanecia sentado no banco da motocicleta. Em nenhum momento ele tirou o capacete. Manteve a viseira aberta, segurando o guidom da moto. O olhar dele era diretivo ao banco do carona do meu carro, ou seja, onde estava outra pessoa (o carona). O motociclista sequer me olhou. Fez algumas perguntas estranhas pelo contexto daquela situação. “Que ano de fabricação era o veículo?” “Qual o valor de venda dele?” “Quanto tempo o carro me pertencia?” Sem muito pensar, respondi o que me vinha à cabeça. Ainda angustiada por me sentir acuada, só tive tempo para agir da seguinte forma: aponto o cano da pistola por trás da porta do carro, digo mais, encostado na porta. Mantive o vidro do carro à meia altura (como possuía uma película de proteção solar escura o indivíduo não conseguiria ver a arma de fogo do lado de dentro do carro). Engatilhei a pistola e aguardei o momento da reação. Enquanto o motoqueiro só olhava na direção da pessoa que estava ao meu lado, imóvel ali permaneci. Eu não tirava os olhos das mãos do motoqueiro. Uma rápida ação dele poderia determinar uma reação minha. Depois dessa “eternidade” e, sem mais, o motoqueiro adiantou a condução da moto. Também comecei a dirigir o veículo após olhar todos os lados. Desloquei uns 200m, na mesma direção tomada pelo motoqueiro, porém, retornei abruptamente, voltando na reta oposta. A estrada ainda levaria uns 12km a ser percorrida até o destino pretendido. Além disso, aquele percurso era bastante deserto, assim, pouco movimentado. Outro fato é que minha percepção policial me fez imaginar que aquele indivíduo, quando parou, teve a possibilidade de olhar o que tinha no carro, confirmar quantas pessoas estavam dentro e visualizar outros detalhes ali existentes, formando, assim, uma convicção para um “suposto roubo”. Intuí no sentido de que mais à frente do local que fui abordada, ou seja, após aquela curva, poderiam existir outras pessoas em conluio com aquele motoqueiro na espreita para o cometimento do assalto. Resolvi enfrentar aquela situação do meu jeito policial. Meu corpo ainda dando sinais de alerta, minhas mãos como se esmagassem a pistola e o volante. A sensação inexplicável de perseguição. Bem, não houve nenhum assalto naquele momento. O motoqueiro seguiu em frente e eu

tomei outra direção. Acelerada e sem muito pensar, voltei. De qualquer forma, um pouco mais aliviada fiquei.

Como é convocada a sensação de um assalto? Por que a reação de pegar imediatamente a pistola? Como se dá esse gesto de apontar a arma e deixá-la engatilhada na direção da porta? O que provoca a escolha dessas atitudes e não de outras? Quais disposições constituem esse corpo que disparam tais modos de agir?

O modo de vida que é produzido a partir dessas experiências policiais, principalmente diante de situações peculiares, causa sensações que acredito serem diferentes da forma com que outro indivíduo que estivesse ocupando o mesmo veículo poderia perceber. A minha maior aflição, diante da certeza de ser assaltada, reside no fato de que, em frações de segundos, tenho que decidir a melhor escolha a partir dos aspectos prescritos durante minha formação policial no sentido de evitar um mal maior. Naquele curto lapso temporal, essa escolha resumiu-se numa série de ações da experiência da atividade policial que me fizeram permanecer com o dedo no gatilho o tempo todo. Certeza diante da incerteza. E se o motoqueiro tentasse pegar algo na cintura? E se esse objeto que ele tentasse pegar não fosse uma arma de fogo? Eu atiraria? Tudo isso já consistia em muitas aflições naquela ocasião. Mesmo antes de qualquer ato daquele indivíduo e independentemente do que ele pudesse fazer, várias *dramáticas* estavam postas ali.

Situações concretas como a narrada acabam por relacionar experiências que perpassam o que fora ensinado no treinamento policial. Os saberes produzidos no dia-a-dia policial também partem de um *conhecimento prescrito* (SCHWARTZ, 2007) que compõe a vida do trabalhador. Decerto que esse modo de viver a partir de uma condição policial militar produz percepções outras diante das circunstâncias que, supostamente, colocam a vida em perigo. Ora, entendo que, enquanto trabalhadora de um órgão militar de segurança pública, mulher e, agora, pesquisadora, experimento e produzo outros saberes que compõem essa condição de vida policial que me provocam a agir de uma forma diferente do que a de um indivíduo que não tem a necessidade de jurar a própria vida em defesa de outrem.

Sem dúvida, toda essa solicitação de saber diante do imprevisto me faz agir a partir de um conjunto de normas que me atravessaram e que me possibilitaram criar outras. Essas normas, todavia, não antecipam todas as ocorrências de uma situação. Como diriam Schwartz e Durrive (2016, p. 30), “consequentemente, não se trata de agir com astúcia para contornar, trata-se de normalizar²⁰ quando não há normas”. Tal fato me convoca à responsabilidade de agir conforme os elementos apreendidos no contexto da formação militar, como, por exemplo, tentar zelar por uma atitude idônea e resguardar a integridade do outro ao meu lado. Ao mesmo tempo, de fazer escolhas outras, conforme citam Schwartz e Durrive (2016, p. 35), fazer o “uso de si²¹”, para, talvez, salvar a minha vida também.

Diante desse quadro e a partir da narrativa anteriormente citada, melhor seria se a ação escolhida fosse menos violenta para o carona do veículo que eu dirigia, para o próprio motociclista e para mim, respectivamente nessa ordem. Não recorro de algum treinamento realizado na formação inicial do policial que ensine a pensar um modo de agir com tanta especificidade que seja capaz de antecipar todas as particularidades da atividade policial. Schwartz e Durrive (2016, p. 26 e 27) já afirmavam que, onde houvesse postos de trabalho, por mais rígidas e preditas que as normas fossem, ali haveria reorganização de gestos em relação ao que havia sido prescrito; portanto, o trabalho nunca é pura execução e jamais essas reorganizações são inteiramente antecipáveis. Recordo-me de um modo de agir policial ensinado pelo viés das prescrições, fomentado, assim, por princípios genéricos como o da legalidade e da técnica. É a partir desse ponto que talvez seja possível entender porque o ensino policial seja fundamentado mais no treinamento e menos na formação.

²⁰ Apesar de as traduções brasileiras das obras de Ergologia de Schwartz trazerem a palavra “normalizar”, já está anuído com o próprio autor, após conferência em Minas Gerais em 2016, que melhor seria a tradução pelo termo “renormatizar”, ainda que seja necessário pensar esse conceito como uma possibilidade de criação e não só de retorno à norma, como indicaria o prefixo “re-” da palavra renormatizar.

²¹ Para exemplificar o conceito de uso de si, Schwartz e Durrive (2016, p. 36) começam pela definição do que é viver. Para os autores, “Viver não pode jamais ser reprodução, pura execução e, ao mesmo tempo, porque, de toda maneira, isso não é possível, há sempre uso de si por si. Trata-se de uma afirmação ergológica fundamental. Não se pode imaginar qualquer atividade – de trabalho ou outra – que não seja sempre também uso de si por si, isto é, que leva a essa substância enigmática que chamei de si”.

Pedagogicamente, isso faz toda a diferença entre “formar” e “treinar”, segundo uma distinção de Maria Inês Rosa (2004), entre um treinamento que se baseia unicamente na hipótese da antecipação dos encontros pelos protocolos e uma formação que prepara para o encontro com os usos de si, algo nunca precisamente antecipável, diante dos usuários. (SCHWARTZ, 2011, p. 26)

É a par desse saber balizado pelos conhecimentos prescritos, mas também considerando a experiência policial do lidar com a própria atividade de trabalho, e, em especial, o que é produzido nesse corpo a partir de tantas vivências que penso esta pesquisa. Esse jogo de regras prescritas e saberes do dia-a-dia compõem uma gama de elementos da atividade de trabalho policial que faz com que outras formas de agir sejam escolhidas, as quais ultrapassam uma ação, talvez mais óbvia, por exemplo, de efetuar um disparo com a arma de fogo diante da iminência de uma agressão. Por certo, esse é um saber produzido pelo trabalhador policial, que, sorrateiramente, atravessa-o no cotidiano e, por sua vez, compõe os valores que sustentam a vida. Schwartz e Durrive (2016, p. 29) denominam todo esse processo de debate diante dos “valores sem dimensão”:

Eu os chamo “valores sem dimensão”, porque, contrariamente a avaliações por resultados, a avaliações quantitativas da produtividade ou da rentabilidade, os valores sem dimensão, como, por exemplo, a saúde, a justiça, o bem-estar, o bem viver comum, não podem ser encerrados numa definição precisa e estável, que permitiria um recorte. Do mesmo modo, eles não são mensuráveis, nenhuma unidade de medida permite compará-los uns com os outros.

Em que medida o saber da experiência policial que constitui a atividade de trabalho desses sujeitos sustenta a vida? O dia-a-dia de trabalho oferece aos policiais uma série de possibilidades que conformam os modos de vida desses sujeitos. De acordo com Canguilhem (2015, p. 121), “a partir do momento que várias normas coletivas de vida são possíveis em determinado meio”, elas passam a ser escolhidas. Por isso, nem sempre se pode falar de uma escolha explícita e consciente e, ao mesmo tempo, em uma escolha ao bel-prazer. Há uma “plasticidade funcional do homem, ligada, nesse homem, à sua normatividade vital, mas não se trata de maleabilidade total e instantânea, nem de maleabilidade puramente individual” (CANGUILHEM, 2015, p. 121), que garante que as escolhas desses trabalhadores sejam feitas em conformidade com suas normas de vida. Portanto, existe um conjunto de normas que sustentam o modo de viver policial militar. Essa normatividade é fruto da

atividade de trabalho. Nesse passo, são os saberes cotidianamente construídos e reconstruídos das experiências policiais, diante desse “debate de normas” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016), que possibilitam esse viver. Portanto, a atividade de trabalho, que, segundo Schwartz e Durrive (2007), nunca é estática, implica tantas mudanças, seja nos trabalhadores, seja nas relações de trabalho, que tornam vida e trabalho inseparáveis.

O modo de vida policial e os atravessamentos provocados nesses sujeitos têm sido analisados por alguns autores que estudam o trabalhador policial militar. Para Minayo e Souza (2003, p. 164), por exemplo,

O ‘ser policial’ diz respeito a uma identidade específica que a diferencia da peculiaridade de outras categorias profissionais. Certos processos identificatórios produzidos pelo trabalho de determinadas categorias profissionais são tão marcantes que constituem ‘um modo de ser’, que se expressa num *ethos* próprio, personificado na mesma maneira de vestir, no modo de falar, na qualificação de pares como iguais e na definição de assuntos considerados ‘interditos’ aos não pertencentes ao grupo.

Ainda, dos trabalhos acadêmicos que reconhecem esse modo de ser, destaco a dissertação de mestrado, defendida no contexto do PPGPsi/UFES, intitulada “Entre amarras e possíveis: atividade de trabalho e modos de viver dos policiais militares capixabas em análise”, que reflete a relação entre a atividade de trabalho dos policiais militares do Espírito Santo e a produção de modelos de policial militar. Nessa pesquisa, Magalhães (2015), utilizando os pressupostos teóricos das clínicas do trabalho e o método da cartografia, conclui que há uma “condição de policial militar” atravessada naquele sujeito que se conforma diante de todas as relações de trabalho determinadas pela dualidade hierarquia e disciplina da PMES. Apropriando-se também da perspectiva ergológica e de contribuições de Foucault, Magalhães (2015) afirma a necessidade de mais estudos que considerem o saber dos próprios trabalhadores policiais. É esse o aspecto que pretendo aprofundar nesta pesquisa, debruçando-me sobre a temática que me atravessa como trabalhadora policial: os saberes aderentes na atividade de policiais militares de uma Unidade Operacional da PMES.

Como ressaltado por Magalhães (2015), esse modo de ser policial é entrecortado por questões decorrentes das relações de trabalho da Polícia Militar, sobretudo, a

hierarquia e a disciplina, mas não apenas elas. É preciso considerar a história de organização dessa instituição, que é perpassada por uma conjuntura de uso da força pelo Estado.

Tradicionalmente, o Estado é definido como o detentor do monopólio do uso legítimo da violência e da coação física²². Essa definição gera uma série de controvérsias, principalmente quando se abre espaço para admitir discricionariedade desse uso. O que ocorre, por exemplo, quando o modo de vida policial acaba por exorbitar nesse uso da força em uma tentativa equivocada de legitimar a ação do Estado? Daí surge uma situação em que a escolha de uma norma de vida nem sempre é positiva. Quando casos assim deixam de ser exceção, admite-se até uma violência institucionalizada e, mais uma vez, modos de vida podem ser geridos a partir dessas situações.

A PMES, organismo estatal com seus 184 anos de existência, também é perpassada por esses tensionamentos. Os desafios existentes para a PM capixaba circundam a constituição de uma polícia com a comunidade, uma vez que um dos objetivos²³ da PMES, descrito em seu plano de ação, é "promover, em parceria com a comunidade capixaba, o policiamento ostensivo" (ESPÍRITO SANTO, 2019). Cabe questionar, porém, nesse contexto, que modos de vida policial estão implicados nessa construção com a comunidade. Ora, existe um processo histórico que precisa ser retomado para se pensar na produção de uma PM com a comunidade. Decerto, saber quem é essa polícia brasileira e como ela foi construída são pressupostos salutarres para compreender que polícia está sendo produzida nas comunidades.

Há alguns fatores que são atributos da identidade organizacional de PM que corroboram com a construção desse modo de vida da categoria policial. Por

²² Essa concepção de Estado tornou-se notória pelos textos de Max Weber (1967, p. 56; 1999, p. 34).

²³ Em termos de identidade corporativa, a PMES elegeu como missão "promover, em parceria com a comunidade capixaba, o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública no Estado do Espírito Santo"; em termos de visão, "ser reconhecida como referência nacional em qualidade de serviços de polícia ostensiva e polo de soluções inovadoras na gestão da Segurança Pública"; e, em termos de valores, ser pautada pelos seguintes atributos: "Comprometimento Organizacional, Disciplina, Ética, Hierarquia, Interação Comunitária, Interesse público, Legalidade, Promoção dos Direitos Humanos, Comprometimento Organizacional, Disciplina, Ética, Hierarquia, Interação Comunitária, Interesse público, Legalidade, Promoção dos Direitos Humanos" (ESPÍRITO SANTO, 2019).

exemplo, pelo direito positivado tem-se que as PM's são órgãos encarregados da "preservação da ordem pública²⁴". Há, porém, nessa afirmativa, limites não muito claros sobre o que possa vir a ser, de fato, essa atribuição policial, diante da expressão genérica "preservação da ordem pública". Como resultado disso, o órgão Polícia Militar, responsável por essa questão e diante das dúvidas entre o que é ou não é abrangido pela expressão, acaba direcionando ao PM tal demanda, ficando este incumbido de solucionar as situações que surjam na prática.

Nesse passo, questiona-se: que usos fazemos, enquanto policiais, dessa "ordem"? Demandas não esclarecidas também podem fomentar modos de vida para uma categoria profissional? Diante de tais questionamentos, percebe-se que o termo "ordem" é genérico demais, de modo que não consegue apontar as necessidades mais elementares. Isso se torna mais visível pela observação de que a PM faz o uso da expressão "ordem pública" em vez de "ordem governamental". Afinal, se considerarmos os aspectos conceituais, a inserção das Polícias Militares brasileiras se dá no exercício da governabilidade. Conforme citam Minayo e Souza (2003, p. 52), "governabilidade seria a resultante da articulação das tecnologias de poder no processo de construção histórica dos dois dispositivos requeridos, já mencionados [a *Razão do Estado* e a *Polícia*], para o controle e a preservação da incolumidade da população". Nem sempre uma ordem pretendida representa o bem comum, como exemplificam as ditaduras no mundo, que dizimaram a sociedade; similarmente, nem sempre certa desordem representa um estado de insegurança para a sociedade, a exemplo da manifestação popular por melhorias nas condições de saúde da população.

Ao retomar a discussão sobre as implicações que a hierarquia e disciplina²⁵ possuem na produção dos modos de vida policial, engendra-se, à primeira vista,

²⁴ A aplicação da expressão como um todo "preservação da ordem pública" para as polícias militares acaba por implicar um cuidado de caráter material – conforme citam Neves e Streifinger (2014, p. 633), "cuidando de evitar desordens visíveis", com o que concorda Lazzarini (1992, p. 282) – como se a ordem governamental pretendida fosse sinônimo de ordem pública. Tais fatos criam uma sensação de que apenas órgãos legitimados pelo estado são autorizados a "preservar a ordem".

²⁵ A hierarquia e a disciplina são consideradas os pilares de uma organização policial militar, consoante o Art. 42 da Constituição da República Federativa do Brasil. A partir da Carta Magna, cada força policial militar regulamentará esses dois preceitos. A PMES, nos §§1º e 2º do Art. 11 de seu estatuto – Lei nº 3.196 de 09 de janeiro de 1978 –, define como hierarquia policial militar a ordenação, por postos ou graduações e pela antiguidade nos postos ou na graduação, da autoridade em níveis

uma estrutura policial militar pouco flexível. Se se consideram apenas os aspectos normativos sobre esses dois pilares constitucionais, que por força de lei são especificamente prescritos por cada força policial militar, percebe-se pouca possibilidade de alterar o instituído. Nesse sentido, ações policiais mais endurecidas podem estar sendo produzidas. Em contrapartida, há que se ressaltar que sobre esses dois pilares, hierarquia e disciplina, há uma produção subjetiva expressa no discurso do dia-a-dia dos trabalhadores policiais, que imprime outras demandas. Com efeito, essa produção subjetiva e outros tantos simbolismos apresentados na fala dos policiais movimentam modos de agir, modos de fazer e modos de saber que compõem o serviço policial para além do que é prescrito e, assim, a vida do policial (SPODE, 2004, p. 29). É talvez aí, nesses diversos *devires*, como potência de mudança (DELEUZE, 1998), que surjam os “acúmulos de alternativas” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016, p. 232), criados e recriados a todo tempo pelos próprios policiais diante dos imprevistos da profissão. Por mais que ambas as expressões, hierarquia e disciplina, marquem relações de poder e controle, os outros usos que nós, policiais, fazemos desses pilares mobilizam outros modos de ser policial. Esses usos atravessam o cotidiano e colaboram na produção de saber peculiar da atividade de trabalho. É esse saber que interessa a esta pesquisa.

Quando se pensa nas diferenças entre as profissões, a ênfase dada à categoria policial militar está na disciplina. Não é que essa faculdade seja peculiar aos integrantes da vida na caserna, ou seja, aqueles cujas formações vêm das escolas e quartéis militares, até porque a disciplina faz parte do processo civilizatório de construção do ser humano como indivíduo dócil (FOUCAULT, 2004). Mas, em se tratando da vida militar, atribui-se à disciplina uma importância diferenciada, assim como um incisivo discurso de “obedecer”²⁶. Conforme cita Platt (1974, p. 41), a

diferentes dentro da estrutura Polícia Militar. A disciplina, por sua vez, é definida como a rigorosa observância e o acatamento integral das Leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo policial militar e coordenam seu funcionamento regular e harmônico, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes desse organismo.

²⁶ Desde a primeira constituição da República Velha do Brasil, ou seja, a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891 (BRASIL, 1891), há uma expressão que aponta o “obedecer” como uma ação não só pretendida, mas essencial à força armada. Assim diz o art. 14 daquele documento: “As forças de terra e mar são instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da Pátria no exterior e à manutenção das leis no interior. A força armada é *essencialmente obediente*, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos e obrigada a sustentar as instituições constitucionais” (grifo nosso). Ressalta-se que a organização das Forças Armadas é um parâmetro para a construção das polícias no Brasil. Dessa forma, quando se chama atenção para o termo

obediência acaba sendo fomentada como uma figura pretendida pela prescrição. Diante desse quadro, talvez seja mais adequada à ideia hodierna de sociedade uma mudança no discurso, de modo que se atribua ao conceito de disciplina uma noção de “observância de preceitos e normas” (SOUZA, 1991, p. 58-59) em lugar da expressão “rigorosa observância” (citada na nota explicativa n. 25). Ainda que essa noção não seja suficiente para expressar toda a constituição do termo, parece melhor do que o uso a partir da palavra “obedecer” ou “obediência rigorosa” que diminuem as possibilidades de normatizar no trabalho e, assim, acaba entrvando a atividade.

Considerando tal discussão, observamos que é no *entre*, ou seja, no espaço do prescrito ao fazer policial propriamente dito que encontramos uma série de “lacunas” onde se produz um saber peculiar, isto é, as experiências da atividade policial militar que transbordam modos de vida desses trabalhadores. Insta apontar que é a partir da palavra do trabalhador que buscamos adentrar o campo desses saberes, no “agir na aderência” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016, p. 58). Para tanto, foi preciso participar desses modos de vida, a fim de acessar esse patrimônio deveras pertinente à pesquisa, os saberes da experiência policial, por meio de conversas sobre a atividade de trabalho policial militar.

“obedecer”, destaca-se que, em algum momento, ele será reforçado no discurso dos policiais, mesmo depois de mais de um século. Para explicar essa organização policial pautada nas forças armadas, a Constituição de 1946 (BRASIL, 1946) é explícita ao dizer, em seu art. 183, que “As *polícias militares* instituídas para a segurança interna e a manutenção da ordem nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, são consideradas, como *forças auxiliares, reservas do Exército*” (grifos nossos). Já no art. 176, porém, o documento havia registrado as expressões hierarquia e disciplina para descrever essas mesmas forças: “As forças armadas, constituídas essencialmente pelo Exército, Marinha e Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes, organizadas com base na *hierarquia* e na *disciplina*, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei” (grifos nossos). Esses dois pilares, a hierarquia e a disciplina, continuam apontados em outras Constituições até a atual, a Constituição de 1988, na qual permanecem como alicerces tanto dessas organizações de forças armadas, quanto da organização Polícia Militar.

4 ATIVIDADE E SAÚDE SOB A PERSPECTIVA DA ERGOLOGIA: diálogos necessários (e possíveis) à PM capixaba

Para desdobrar uma reflexão que convocasse a pensar os saberes policiais, fruto das experiências da atividade de trabalho desses sujeitos, foi imprescindível retomar ao ponto de vista da Ergologia. Assim, considerar o trabalho como “uma forma de atividade humana” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016, p. 354) é compreender uma produção de singularidades que faz a mobilização gestonária da vida; como especificam Schwartz e Durrive (2007, p. 23), “a atividade como um impulso de vida, de saúde”.

Apesar de não termos estudos²⁷ sistematizados na PMES que se ancorem pela abordagem ergológica, a perspectiva mencionada se mostra profícua para pesquisar a atividade de trabalho nessa instituição, isso porque, ao aproximar os trabalhadores policiais militares desse diálogo possível entre o trabalho prescrito e o trabalho real, uma série de debates de normas suscitaram muitas renormatizações capazes de transformar os modos de fazer para além das limitações prescritas.

Tanto foi encorajador para essa pesquisa o uso de uma das ferramentas da Ergologia, ou seja, as conversas sobre a atividade de trabalho, que muitas falas foram produzidas nos encontros com os trabalhadores policiais e muitas experiências visibilizadas. Nessa atividade humana, em que as prescrições têm um caráter rígido, há, também, espaço de criação. Paradoxo? Certamente sim. Afinal, já indicava Deleuze (1998) que o paradoxo não possui uma conotação negativa, como o senso comum apregoa, nem mesmo uma negação de um fato para que o outro subsista. O paradoxo faz parte do viver, o desafio está em como os sustentamos.

²⁷ Na PMES, os trabalhos acadêmicos são apresentados: a) nos cursos de Formação de Oficiais (CFO), como parte de uma disciplina de Apresentação de Monografia; b) no curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO), também como parte da disciplina de Monografia e; c) na Revista institucional denominada “Preleção”, em que são publicados artigos científicos. As monografias estão impressas em capa dura e alocadas na biblioteca da Academia de Polícia (APM), localizada no bairro Tucum, Cariacica. As revistas “Preleção” são impressas e distribuídas gratuitamente dentro da Corporação, com uma versão digital disponível no site da PMES. Até 2018 foram publicadas 14 edições dessa revista.

Se se considerar a atividade policial em sua forma mais perceptível, isto é, a prestação do serviço de policial, nota-se uma série de criações realizadas que nem sempre são visibilizadas como uma produção de saber. Nem mesmo nós, policiais, percebemos facilmente que essa produção de saber é elementar para a realização de nossas missões. Sequer paramos para refletir que são essas experiências construídas em cada jornada de trabalho que nos dão vida. Agimos para além das prescrições ensinadas nos quartéis, mas retornamos a elas como se elas tivessem que ser capazes de abarcar tudo que envolve a vida policial. Por isso, frisa-se que, entre o que é pretendido pelo órgão e o que é o fazer policial propriamente dito, há uma série de brechas, nas quais se produz saber peculiar, isto é, a atividade policial militar que a abordagem ergológica ajudou a pensar.

Assim, esta pesquisa busca compreender a formulação desse saber peculiar tendo em vista, de um lado, os conhecimentos prescritos, e, de outro, aquilo que é produzido no contexto do “real da atividade” (CLOT, 2006, p. 116), ou seja, das experiências vividas pelos sujeitos e seu modo de lidar com a própria atividade de Trabalho. Nesse contexto, toma-se o conceito de “real da atividade”, utilizado por Yves Clot, para demonstrar que existem outras facetas da atividade de trabalho para além do que está prescrito e, simultaneamente, para além do que é realizado. Segundo tal autor, o real da atividade é:

[...] aquilo que não se faz, aquilo que não se pode fazer, aquilo que se busca fazer sem conseguir – os fracassos –, aquilo que se teria querido ou podido fazer, aquilo que se pensa ou que se sonha poder fazer alhures. É preciso acrescentar a isso – o que é um paradoxo frequente – aquilo que se faz para não fazer aquilo que se tem a fazer ou ainda aquilo que se faz sem querer fazer. Sem contar, aquilo que se tem a fazer ou ainda aquilo que se faz sem querer fazer (CLOT, 2006, p. 116)

Não basta, no entanto, apenas anunciar as ações individuais de cada policial – que, sendo numerosas, não caberiam nestas páginas –, mas sim garanti-las como integrantes do sistema policial como um todo e dos modos de vida policial, plasmando no cenário em estudo uma verdadeira teia de dispositivos que as promovam sob a forma de produção de saberes em torno dessa organização do trabalho. Essa teia, aliás, deve demonstrar que as experiências dos trabalhadores não se esgotam na própria atividade, mas projetam-se nas demais instâncias dessa corporação.

As vivências contidas em saberes não prescritos são bastante numerosas e, mormente, representam o modo de fazer policial militar, por isso objetivamos compreender como tais saberes produzidos no dia-a-dia policial balizam a gestão do trabalho e, conseqüentemente, da vida policial. A perspectiva ergológica auxilia a pensar sobre esse objetivo de estudo, na medida em que permite dar visibilidade às experiências desses sujeitos e, ao mesmo tempo, acessar o plano de atividade não dito desse “trabalhador (policial) 24horas”. Apostou-se, diante desse quadro, que reconhecer a produção de saberes a partir da atividade de trabalho policial capixaba era elemento potente para realizar análise coletiva dessa atividade com vistas a ampliar os canais de renormatizar o trabalho para produção de saúde.

Na caserna, existe uma série de regulamentos e outras tantas determinações que compõem os conhecimentos prescritos da vida policial militar. Algumas prescrições, como a hierarquização verticalizada, não são tão diferentes do que se nota em muitas empresas não estatais. Entretanto, o ponto de dissonância parece ser a disciplina militar, o temor reverencial e a certeza da punibilidade em âmbito interno. Especialmente esses últimos elementos restringem, por vezes, as possibilidades que os trabalhadores policiais têm para renormatizar suas vidas. É comum ouvir policiais afirmando que seguem regulamentos rígidos, que, de fato, têm papel relevante na formação da condição policial militar, seja direcionando condutas, seja imprimindo modos de agir ou infligindo atestado correccional. A gestão do trabalho, de forma impositiva, remete o trabalhador a esse modo de viver, que também passa pela aplicação dos protocolos que traduzem experiências capitalizadas, escolhas políticas e orçamentárias, conforme cita Schwartz (2010). Normas a respeitar, regulamentos a aplicar se configuram numa gama de percepções entrepostas em um emaranhado de elementos policiais, que fazem desse sujeito um ser “trabalhador (policial) 24horas”. Desse modo, parece ser essa a condição policial militar, isto é, diferente da maioria das outras profissões.

Minayo *et al.* (2008), cujos estudos contribuem com um diagnóstico da situação dos policiais que considera o olhar do próprio trabalhador, demonstram que o modo de vida e de atividade do policial militar brasileiro é bem singular, dadas condições de trabalho desses sujeitos. Com uma perspectiva similar a desses autores, Bonomo *et al.* (2019) também defendem a importância de considerar, em contexto de pesquisa,

o olhar do trabalhador frente à própria atividade, principalmente pela carência de estudos com essa concepção:

[...] considera-se pertinente discutir com os próprios membros dessa organização sobre si e seu trabalho, haja vista que as produções científicas apontam, via de regra, interpretações sobre o trabalho policial na perspectiva do olhar da população, sendo pouco expressivos os estudos que se atenam à percepção do trabalhador (BONOMO *et al.*, 2019)

Como asseverado anteriormente, temos que estar cômnicos de que pensar a atividade de trabalho policial militar, convocando os próprios trabalhadores para isso, provoca um “inconforto intelectual” permanente, em que a relação com o saber do outro no contexto de aprendizagem seria sempre questionada. Porém, como destacam Schwartz e Durrive (2016, p. 152),

Experimentar um desconforto intelectual significa se deixar perturbar por uma questão lancinante: o que é produzido no encontro entre o saber novo e aquilo que a pessoa já sabe? [...] compartilha-se [...] uma mesma experiência humana. Nessa perspectiva, o saber se torna uma provocação para todos, um desafio a enfrentar em conjunto, como pessoas ao mesmo tempo semelhantes e singulares.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, tal desconforto se apresentou bem do início do trabalho em campo, como será explicado nas páginas seguintes. Diante disso, também questionamos alguns trabalhos científicos cujos modos de análise parecem demonstrar a “sobreimplicação²⁸” (LOURAU, 2007) de autores diante de questões relativas aos modos de vida do policial, como é o caso da discussão sobre o *ethos* policial trazida por Nogueira e Moreira (1999). As tradições e normas pré-estabelecidas da caserna já eram apontadas como pano de fundo dos estudos desses autores, principalmente quando rediziam que a hierarquia e a disciplina refletiam modos de vida dos policiais, mas que se naturalizam. Nossos desafios,

²⁸ A análise institucional (AI) traz dois conceitos importantes para esta pesquisa, um deles é a implicação, o outro, a sobreimplicação. Sobre o primeiro, trata-se de aproximações (exatamente no plural) para designar as diversas relações com o campo. Estar implicado com o campo de pesquisa é conhecer, é estranhar, é adentrar, é discutir com, é poder se contrariar, é discordar, é desnaturalizar, enfim, um *devir* que permite analisar o conhecido e também o estranho em situação. Já a sobreimplicação é um certo modo de se afetar pelo objeto do campo de pesquisa, ou pelo próprio campo, ou pela pesquisa, de forma a limitar as análises das pesquisas por, talvez, apenas um ponto de vista. A sobreimplicação acaba por favorecer processos de institucionalização de determinadas práticas o que entrava as análises coletivas que poderiam estar sendo produzidas em diferentes grupos. Por fim, o que configura o modo de ação concebido pela AI é propor as implicações e sair do campo das disciplinas que propõem a objetividade e a neutralidade (RODRIGUES, 2013).

todavia, eram outros. Para além das discussões sobre os objetivos de nossa pesquisa, que já se desassemelhavam da pesquisa citada, colocávamos continuamente em análise o lugar de pesquisadora e também trabalhadora desse campo, dado que muitas implicações poderiam surgir a partir daí, o que inclui o desafio de falar do próprio trabalho.

Há na atividade de trabalho policial militar uma série de relações e práticas que diferenciam esses trabalhadores dos outros ofícios. Uma delas marca de forma singular a vida dessa categoria policial: o risco iminente da morte²⁹. Essa é uma sensação constante para nós policiais, cujo ofício e objeto de trabalho envolve a criminalidade, que, por sua vez, utiliza-se de artifícios violentos para obtenção dos intentos delituosos. Além desse, há sempre o risco visto por nós como deterioração de uma situação (FIGUEIREDO *et al.*, 2004, p. 37 e 38), que são as circunstâncias de perigo em que normas de vida são restringidas e a saúde deteriorada.

Há ainda, para além do labor cotidiano com a criminalidade e violência, outras muitas situações frequentes na realidade policial que podem operar várias outras tensões. Uma delas é, indubitavelmente, a convivência com as relações de poderes hierárquicos e disciplinares. Dos relatos de policiais, como o que aparece em Magalhães (2015, p. 68), “para o bem ou o mal, hierarquicamente o superior manda e o que está abaixo obedece” e em Minayo e Souza (2003, p. 154) “antiguidade é posto”, parece haver alguns efeitos subjetivos dessa relação aparentemente hierárquica que resultam em medo de punição, angústia e pressões para esses trabalhadores. Com efeito, as duras formas de imposição de poder e abusos no uso da hierarquia e da disciplina dentro da organização do trabalho policial pesam tanto ou quanto o enfrentamento à violência urbana. O “não falar” policial pode ser tão violento quanto o confronto policial *versus* bandido. Nessa ótica, algumas situações

²⁹ Conforme os índices apresentados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2016, 453 policiais civis e militares foram vítimas de homicídio. Em 2017, foram mortos 367 policiais. Um policial civil ou militar assassinado por dia em 2017. Em relação a 2016, houve uma redução de 4,9%. Com os registros dessa guerra urbana, o risco iminente de morte para esses profissionais aumenta sobremaneira. Todo cidadão, ao ingressar na Policial Militar, presta um compromisso, em uma solenidade marcada para este fim, chamado de “compromisso de honra” (art. 31 da Lei 3.196/78). Na ocasião, é a primeira vez que ele (o policial) passa a declarar de forma expressa o “risco da própria vida”, que melhor seria dito como o risco da própria morte.

que se conformam e que se naturalizam no trabalho acabam contribuindo para os desgastes e adoecimento desses trabalhadores.

Desses encontros e desencontros, percebe-se, em acórdância com Clot (2006), que o “real da atividade” de trabalho policial não é apenas o fazer, mas todas as outras facetas envolvidas nessa atividade humana. Posiciono-me no sentido de sustentar que o trabalho coletivo na instituição policial é capaz de produzir outros modos de gestão diversos da obediência irrestrita e determinada exclusivamente pelas prescrições técnico-científicas do trabalho. Reconheço-me como trabalhadora dessa instituição estadual que segue cercada de numerosos tensionamentos; ainda assim, em outro nível funcional, percebo possibilidades – não muitas, mas, certamente, algumas possíveis – para fazer diferente.

Em primeiro lugar, proponho-me a olhar para o outro como par importante nessa Instituição, numa confrontação que “pode nos levar a nos reconhecermos como semelhantes, através das diferenças sociais e culturais delineados na história” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016, p.336); em segundo, me disponho a somar o quão é imprescindível o saber investido de cada trabalhador na atividade policial. Vejo aí que as pluralidades ergológicas impulsionam a pensar a complexa atividade humana não apenas por um viés, mas, de outra forma, cria planos para compreender a atividade de trabalho do policial militar de maneiras menos estanques e mais refletidas pelos próprios trabalhadores.

Hegemonicamente a atividade na PM é concebida pelos próprios trabalhadores como execução de protocolos, numa “relação de trabalho juridicamente regulada” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016, p. 344). Talvez, porém, apenas ainda não é perceptível a todos e mais claramente que, nesse ambiente policial militar, é possível abrir um espaço de fala capaz de discutir atividade como criação no trabalho, como usos de si e compartilhamento de valores e que possam desenvolver mudanças nesse meio. Diante disso, Schwartz e Durrive (2016, p. 344) apontam que é necessário:

[...] criar, dia após dia, com seus colegas de trabalho, uma cristalização coletiva onde circulem, implicitamente, saberes e normas endógenas,

resultando em compartilhamento de valores, é a condição *sine qua non* tanto para uma certa eficácia quanto para uma vida aceitável no trabalho.

A execução dos protocolos entre policiais é tão impositiva que compreender a autonomia no serviço policial, às vezes, beira a indisciplina, para os próprios agentes. Ora, já dizia Monjardet (2012, p. 44), tecendo críticas a aceção mal-entendida de autonomia vista pela própria corporação, que “de algum modo ela seria testemunho de um enquadramento enfraquecido”. A abordagem desse autor (2012, p. 45) faz repensar sobre esse modo dominante das relações sociais de produção que também adentram o trabalho policial, principalmente, quando se atribui às tarefas prescritas policiais um modo taxativo de execução da atividade.

Comparando a esta, pois, tudo se baseia na identificação primeira da tarefa: sendo esta definida e delimitada, são-lhe destinados os meios humanos e materiais, dando origem a uma organização, a uma divisão e a uma especialização do trabalho e dos trabalhadores, ligados por sua vez a uma tecnologia e a uma forma dominante das relações sociais de produção. Em outros termos, o trabalho se analisa como produção, e o paradigma dessa análise permanece o da fábrica de alfinetes de Adam Smith, completando pelas críticas de Marx e utilizado, a partir de então, por toda a sociologia industrial. Esse modelo “industrial” demonstrou sua fecundidade em muitos outros setores de atividade além do ateliê de fabricação, especialmente nos serviços, hospitais, e até mesmo nas profissões liberais. Além da análise do trabalho concreto, ele orienta de maneira dominante o entendimento da qualificação do ofício e, portanto, da formação da aprendizagem. Ora, por falta de seu elemento fundador, ele se revela em larga medida inaplicável ao trabalho policial: não há uma delimitação – sequer grosseira – da tarefa a efetuar, da ‘produção’ a realizar. Em poucas palavras, não há, e de algum modo poderia haver, ‘delimitação do trabalho policial’ (MONJARDET, 2012, p. 46).

De todo modo, as normas antecedentes vêm primeiro, e aqui não convém falar da categorização de protocolos e numeração de itens de checagem em um determinado trabalho. Quando Schwartz e Durrive (2016, p. 155) atestam que a “vida, sempre em primeiro lugar” parecem fortalecer a ideia de que as normas antecedentes foram compostas por um conjunto de saberes que coletivamente foram formalizados – na aceção de terem sido captados pelos sujeitos – e aprendidos em determinado meio. Assim, seria muito impróprio pensar em uma atividade de trabalho que pudesse se limitar a enumeração de procedimentos e delimitação de instruções – estas não são as normas antecedentes –, mas, sobretudo, que esse trabalho fosse a jusante da “tarefa a cumprir, o serviço a prestar ou, então, o esforço a despendar” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016, p. 211).

Feita essa reflexão inicial, parte-se para os dois subitens seguintes. No primeiro, destaco como os estudos em Ergologia, pautados sobre os ensinamentos de Georges Canguilhem, têm apontado a relação entre saúde e trabalho. No segundo, abro uma discussão sobre os entraves que tornam o cotidiano do trabalho mais difícil e, ao mesmo tempo, que mobilizam os sujeitos para ultrapassar esses obstáculos.

4.1 TRABALHO E SUA RELAÇÃO COM A SAÚDE

Até o presente, para além do trabalho prescrito, para além do trabalho real, as reflexões em torno dos processos de trabalho implicam entender que o trabalho realizado se trata de uma atividade, de uma atividade humana que se reconstrói, que se renormatiza, que é vida, que, assim, é sempre singular. Nesse processo, analisar esse trabalho realizado a partir das relações sociais que ora o envolvem, ora são solicitadas por ele, também amplia o olhar sobre o trabalho e auxilia a compreender que a saúde do trabalhador aí também se opera.

O movimento da relação saúde/trabalho tem sido engendrado pela Ergologia para demonstrar que a atividade de trabalho, que é dinâmica, também pode desmobilizar os trabalhadores e ser fonte de adoecimento (FIGUEIREDO *et al.*, 2004, p. 93). O desafio ergológico nessa relação saúde/trabalho é contemplar o papel deste nas vidas das pessoas em “defesa da saúde” (FIGUEIREDO *et al.*, 2004, p. 107). Portanto, conhecer o lugar que o trabalho ocupa nas vidas dos trabalhadores é um passo fundamental para a Ergologia. Entender que se trata de um lugar de escolhas situadas em um “mundo de valores” – conforme citam os ergólogos –, pensar nas relações de trabalho produzidas no ambiente como recheadas de variabilidades, considerar, de fato, uma vida que ali é produzida e, mais, presumir o trabalho como “um destino a viver (devir)” (FIGUEIREDO *et al.*, 2004, p. 104), tudo isso conflui em uma relação saúde/trabalho de modo dialógico, cujas normas, ao serem (re)criadas, permitem ampliar a própria vida. Nesse contexto, a vida é uma atividade normativa (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016, p. 231).

Ao atribuir à atividade de trabalho um caráter de normatividade, entende-se essa normatividade como a capacidade de variação do organismo às mudanças do meio e habilidade do sujeito de produzir, ele mesmo, outros meios. Desse modo, tomamos como ponto de partida as ideias de Georges Canguilhem (2015). No entanto, com o objetivo de trilhar caminhos em direção à saúde do trabalhador e à medida que expandimos o lidar com as variabilidades e imprevisibilidades do meio (CANGUILHEM, 2015), além da Ergologia, outros intercessores intelectuais auxiliam a entender o trabalho como propulsor de saúde.

Sobretudo Minayo e Adorno (2013) têm auxiliado nessa conversação acadêmica sobre saúde e atividade de trabalho policial. Em uma de suas pesquisas, esses autores, baseados em conceitos como risco e segurança, tematizam a missão policial para compreender como a saúde do trabalhador é afetada nesses contextos (MINAYO; ADORNO, 2013). Nessas circunstâncias, ao considerar as relações sociais envolvidas no trabalho policial militar, as construções históricas, o aparato policial existente no Brasil, eles ressaltam que há numerosas precariedades nesse trabalho. Minayo e Adorno (2013) até mesmo comentam que essa atividade parece manter uma lógica arcaica, estando em constante crise. Tantos entraves e precariedades nesses processos de trabalho policial brasileiro podem estar contribuindo, de certo modo, com a diminuição das possibilidades de agir dos trabalhadores, causando sofrimentos ou, até mesmo, o “trabalho se torna patogênico”, como apontam Figueiredo *et al* (2004, p. 105).

Maria Cecília Minayo tem uma trajetória reconhecida de estudos sobre as polícias, principalmente a fluminense. Por isso, tem sido apontada em vários textos acadêmicos como autora de referência para se pensar os trabalhadores policiais. Em suas principais publicações, Minayo expõe as condições de trabalho dos policiais militares e civis do estado do Rio de Janeiro. A autora também realiza outras reflexões em torno desses trabalhadores, a exemplo da influência dos aspectos organizacionais nas relações de trabalho e dos processos de seleção e formação policiais. Além disso, ela situa as relações entre os próprios sujeitos trabalhadores; considera os aspectos logísticos como propulsores de uma imagem institucional mais positiva; estuda a saúde do trabalhador policial por meio dos relatos dos próprios policiais; e pontua os riscos inerentes à profissão policial. Essas

pesquisas referendadas por Minayo auxiliam a pensar o trabalho da Polícia, bem como reconhecer na profissão policial a condição de trabalhador brasileiro.

Há também uma análise relevante construída por Daniela Karina da Silva Ferreira (2009), que também trouxe à tona, a partir de seus estudos, os processos de trabalho policial brasileiro e as relações com a saúde desses trabalhadores. Em sua pesquisa, a autora focou seus esforços em compreender como os frequentes envolvimento dos policiais em conflitos e os riscos atinentes dessa profissão se configuram uma das principais vulnerabilidades à saúde desse trabalhador. Antes, porém, ela pondera outros elementos perceptivos que compõem os riscos para a saúde do policial, tais como a influência dos aspectos organizacionais do trabalho, sobretudo, as excessivas cargas horárias; a pouca realização de atividade física na Corporação; e a influência da idade, acima de 39 anos, como um fator de maior propensão aos problemas de saúde adquiridos com o acúmulo dos anos.

Portanto, ao se considerar os processos de trabalho policial, é perceptível que os modos atuais de organização do trabalho policial militar afetam a vida desses profissionais e, conseqüentemente, a sua saúde. Quando se busca compreender esses modos atrelados ao ambiente dos quartéis em relação aos seus efeitos para a saúde, o primeiro fato em que o pesquisador esbarra são os dois pilares constituintes dessa corporação: a disciplina e a hierarquia. Apesar desta pesquisa não focar sobre esses pontos, importa mencionar que uma análise mais apurada sobre esses parâmetros pode trazer questões e dados necessários para entender como a saúde do trabalhador caminha sobre tais bases.

Aqui reforçamos a mediação que nos flexiona, ou seja, pensar a atividade de trabalho em estreita relação com a saúde, sob a perspectiva de Canguilhem (2015). A noção de saúde, nesse contexto, pode ser definida como a capacidade de o indivíduo tentar “redesenhar parcialmente o meio em que vive, em função de suas próprias normas elaboradas por sua história” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016, p. 334). A ideia trazida por esses autores é que o sujeito cria constantemente possibilidades para agir, a partir de experiências construídas na atividade de trabalho, para expandir sua capacidade de viver. Quando essas possibilidades ampliam os modos de vida dos sujeitos, diremos, a partir das concepções de

Canguilhem (2015, p. 139) que a saúde estará intervindo como “uma margem de tolerância às infidelidades do meio”, logo, a saúde implica a capacidade de produzir normas, isto é, renormatizar. Ainda sobre esse olhar, acentua Canguilhem (2015, p. 140) que:

A saúde é um conjunto de seguranças e seguros [...], seguranças no presente e seguros para prevenir o futuro. [...] A saúde é um guia regulador das possibilidades de reação. A vida está, habitualmente, aquém de suas possibilidades, porém, se necessário, mostra-se superior à sua capacidade presumida. [...] Estar com boa saúde é poder cair doente e se recuperar; é um luxo biológico.

Essa visão perfila, à luz de Canguilhem (2015), o conceito de renormatizar no sentido de o indivíduo ser capaz de criar alternativas, de criar possibilidades para viver, isto é, de criar ou recriar normas de vida que signifiquem tornar o meio mais vivível. Trata-se de entender que o meio é mutável, passível de múltiplas variações e, portanto, provoca uma tensão constante no sujeito, a fim de que esse crie outras formas para viver, que transforme esse meio. Nesse meio mutável – “nisto que o meio é infiel”, como diria Canguilhem (2015, p. 139) –, para se estabelecer a saúde é preciso que as possibilidades de viver, ou seja, renormatizar, possam ser ampliadas; caso contrário, “uma redução da margem de tolerância às infidelidades do meio” (CANGUILHEM, 2015, p. 140) pode consistir em estabelecer-se doente. Diziam Coelho e Filho (1999, p. 24) que o “homem só é sadio quando capaz de muitas normas”. Não se pode considerar apenas uma adaptação ao meio, mas ver-se mobilizado para “seguir novas normas de vida” (CANGUILHEM, 2015, p. 141). A saúde não pode ser vista como um resultado apenas do ponto de vista da medicina, mas como um modo de vida

Ser sadio significa não apenas ser normal em uma situação determinada, mas ser, também, normativo, nessa situação e em outras situações eventuais. O que caracteriza a saúde é a possibilidade de ultrapassar a norma que define o normal momentâneo, a possibilidade de tolerar infrações à norma habitual e de instituir normas novas em situações novas. (CANGUILHEM, 2015, p. 138).

Para calcar a compreensão de saúde sob essa conotação, é preciso entender as nuances em torno das renormatizações que o corpo do policial faz em um cenário tão peculiar denominado segurança pública brasileira. Portanto, essa saúde que Canguilhem (2015) chama de normativa parece articular-se muito bem ao que projetamos pela perspectiva da Ergologia no seio da PMES. Canguilhem (2015)

ressalta que a saúde é uma norma de vida, porém, uma norma de vida superior que corresponde à capacidade dos vivos de superar a doença e as modificações do meio, criando parcialmente outras normas. Longe da concepção biologicista tratada por Ferreira e Sampaio (2013, p. 1) – ou da maneira com que a Organização Mundial de Saúde (OMS) apregoa – de saúde como ausência de doença –, está configurada, aqui, uma ideia de composição e tensão do homem com o meio, a fim de que essa condição possa ampliar a saúde do trabalhador policial militar.

Dado seu aspecto coletivo, a PMES pode e deve ser um ordenador de produção de saúde dos seus trabalhadores. É preciso considerar que em uma organização de trabalho caracterizada por relações estratificadas, a dinâmica instituída sempre colocará em debate os valores dos envolvidos. E essa condição não é especificidade da caserna. Há outras formas de trabalho – talvez todas as conhecidas no mundo capitalista – em que estão presentes as divisões hierárquicas. A problemática surge quando esses debates de valores são desconsiderados ou são silenciados pela cadeia de comando dessa mesma organização, impedindo, assim, a dinâmica alternativa da gestão, ou seja, a produção de outras normas para que o arranjo daquele trabalho seja perpetuamente reconfigurado com o aqui e agora. De outro modo, os conflitos de valores da categoria de trabalho acabam produzindo doenças ou alterações na saúde.

Em vista disso, parece conveniente e produtivo identificar aspectos dessa relação saúde/trabalho existentes na organização da atividade laboral, com vistas a ampliar as possibilidades de os sujeitos ali envolvidos (re)criarem suas normas de vida e novos modos de viver, mesmo que essa “gestão alternativa” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016, p. 349), ou seja, essa possibilidade de potencializar aspectos da saúde/trabalho esteja situada em uma organização hierarquizada como a PMES. A PM também é um lugar de trabalho e a saúde também é produzida nela. Portanto, se há atividade humana, há espaço para criação. Se há espaço de criação, por mais que haja um modo hierárquico de realizar a atividade, há produção de saúde. Por fim, a construção dos saberes advindos das experiências de trabalho desses sujeitos, ou melhor, a análise coletiva sobre a produção dos saberes é, por certo, potente para dinamizar a relação saúde/trabalho na atividade dos policiais militares capixabas.

Pensar nos pressupostos da saúde como norma de vida é entender que cada organismo humano preparará e constantemente recriará seu arcabouço de normas como uma necessidade de manter-se vivo. Se olharmos para o organismo humano na iminência de adoecer, talvez seja mais visual a compreensão de que, nesse estágio de vida, tanto o homem, quanto a mulher tendem, em sua maioria, a reproduzir algo semelhante ao ato de lutar para se manter vivo. Comportam-se, nesse contexto, como se enfrentassem, cotidianamente, aquilo que pode ser um obstáculo à sua manutenção ou ao seu desenvolvimento.

Canguilhem (2015) ressalta que o patológico não é entendido como ausência de norma, mas uma normatividade restrita, uma norma de vida inferior, uma redução da segurança biológica inicial. Nesse entendimento, a saúde é a ampliação dessas normas; assim sendo, a vida é uma atividade normativa continuamente abalada pelas condições possíveis e, por isso, normatizar é parte de uma posição inconsciente convocada pelo sujeito para dar vazão a seu próprio viver (CANGUILHEM; 2015, p. 80). De forma complementar, Schwartz e Durrive (2016, p. 351) afirmam que essas normas, historicamente construídas, somam-se a um compartilhamento de experiências, compondo um conjunto de normas denominada pelos autores de “reservas de alternativas”.

Ao falar sobre essas reservas, relembro uma das situações ocorridas em um dos encontros com os trabalhadores participantes da pesquisa em campo. À medida que os encontros com o grupo de policiais ocorriam, alguns conceitos eram operacionalizados a partir das conversas sobre a atividade de trabalho. Desse modo, a fala de um dos policiais, realizada no terceiro dia de encontro, exemplifica bem o que são as reservas de alternativas. Dizia um dos participantes:

O policial que mora no morro, na periferia, na favela tem mais sagacidade, vai aprendendo a lidar com os fatos que ocorrem no seu dia-a-dia. Ele, de certa forma, convive com o tráfico de baixo de sua janela e isso o prepara para que ele esteja sempre atento ao que ocorre, tanto ali onde mora, quando nas outras comunidades que ele atua em serviço. As escolhas dele, seja nas amizades, nos espaços frequentados, passam por essa expertise. O policial que mora na favela e tem que enfrentar os problemas da favela durante seu trabalho acaba estando mais preparado, porque isso é o dia-a-dia dele, é a vida dele. Assim, ele, para sobreviver, vai criando suas estratégias. (Policial “F” – diário de campo em março de 2019)

A forma com que o policial apresenta sua fala representa parte do trabalho realizado a partir dessas reservas de alternativas. Nesse exemplo, comparece na fala uma série de experiências de vida vivida de modo singular por esse sujeito que estariam disponíveis para que ele pudesse sacá-las em algum outro momento. Ainda, se somadas ao aqui e agora de outras experiências, permitiriam ao policial dispor de outros tantos saberes para melhor enfrentar as situações que comparecessem em sua vida e/ou em seu serviço, nos quais estão incluídas as relações saúde/trabalho. Assim, ele aproveita essas experiências do viver diário para reconfigurar sua vida e “isso com um olhar sobre aquilo que se pode antecipar a respeito das condições objetivas da vida da pessoa, levando-se em conta seus recursos, sua habitação, seu bairro, sua favela [...]” (SCHWARTZ, 2011, p. 25).

Como resposta necessária a esse compartilhamento de experiências, era preciso se revestir de um fôlego que pudesse tornar real e potente um canal de comunicação entre o trabalhador e a pesquisadora. Era também substancial acessar o plano de experiência do trabalhador, ou seja, daquele sujeito que desenvolveu estrategicamente um saber diante de um contínuo emaranhado de experiências que é a atividade de trabalho humana, para alcançar os objetivos de nossa pesquisa. Não se tratava apenas de representar um campo profissional, porque isso não significa fazer o trabalho ergológico da pesquisa (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016). Buscava-se adentrar os meandros das experiências dos policiais militares, as situações concretas da atividade de trabalho trazidas nas falas desses policiais, ampliando o olhar da pesquisadora – e também do próprio pesquisado – sobre o “real da atividade” de trabalho desses sujeitos.

Não raramente alguns policiais afirmavam não ter nada a dizer sobre o próprio trabalho. Portanto, mesmo que eles não tivessem a consciência tão clara sobre esse processo de transformação em que são protagonistas, era importante introduzir alguma ferramenta capaz de provocar neles questões sobre o próprio saber constituído. Essa era uma etapa a ser considerada em nossa pesquisa, pois o confronto com a própria realização de trabalho já produzia uma nova atividade para esses sujeitos (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016, p. 375). Não se pretendia, todavia, formalizar esses saberes da experiência do trabalhador, nem os formular de forma descritiva para serem inscritos em manuais ou similares.

O fato de que esse saber, fruto da experiência de trabalho dos policiais militares, não está descrito nos manuais não o deslegitima, haja vista que é perene, ainda que sempre em construção. Antes, o objetivo é visibilizar as experiências de trabalho, pois isso pode se tornar uma estratégia de “reconhecimento social” desse ofício (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016, p. 194). Para Faïta (2005, p. 22), “se o saber permanece não formulado, não é por causa da inaptidão dos trabalhadores envolvidos com o discurso científico, mas porque sua natureza resiste à formalização e, conseqüentemente, ao colocar em palavras”.

Essa foi, de pronto, uma das pautas deveras desafiadoras para se pensar no modo de fazer esta pesquisa. De antemão, era imprescindível ampliar os canais de comunicação, inclusive aqueles ignorados. Nessa lacuna, encontram-se as “experiências ignoradas” (FAÏTA, 2005, p. 20), que também devem ser entendidas como zonas produtoras de saber policial militar. Ampliar esses canais de comunicação ignorados remetia, então, a um compartilhamento de valores. Dada a relevância dessa produção por parte dos trabalhadores policiais militares e diante da perspectiva Ergológica, mote deste estudo, que reconhece o sujeito como construtor e transformador da atividade de trabalho, não era possível reduzir a investigação a uma aplicação da teoria para, por consequência, levantar hipóteses. Como afirmam Schwartz e Durrive (2016), era preciso ir a campo, reconhecê-lo, senti-lo junto aos trabalhadores pesquisados e, desses encontros de experiências, confrontar os saberes advindos dessa atividade, gerando nova produção de atividade e, quem sabe, transformar esses espaços de trabalho.

A partir das numerosas experiências compartilhadas pelos sujeitos nesses encontros, as questões possíveis da vida seriam operacionalizadas. As “condições objetivas”, conforme nomeadas por Schwartz (2011, p. 25), reservam espaço para o acúmulo dessas experiências que, por sua vez, reformulam outros saberes, convocados pelo sujeito para gestão da própria vida; “a vida não sendo indiferente a esses acontecimentos”, como cita Canguilhem (2015, p. 80).

Os aspectos da saúde colocados sob esse ângulo – saúde vista como normatividade nas relações de trabalho – reforço ainda, influenciando sobre os modos de vida, nessas relações cotidianas que se intercomunicam, postulam uma análise de fundo dessa

condição policial militar. Por esse viés, pensar os saberes investidos desses sujeitos em sua atividade de trabalho é, ao mesmo tempo, pensar a vida e a saúde desses policiais militares.

4.2 O DEBATE DE NORMAS NO QUOTIDIANO DO TRABALHO POLICIAL MILITAR: PARA ALÉM DA ATIVIDADE ENTRAVADA?

A perspectiva ergológica afirma que a atividade humana produz organizações de trabalho. Por ato sequente, onde há atividade humana sempre haverá debate de normas, como citam Schwartz e Durrive (2016, p. 74). Como já indicamos no subitem precedente, esse debate de normas produz uma série de situações. Dentre elas, as práticas de saúde no trabalho. De outro modo, esse mesmo debate gera também situações que se configuram os “entraves da atividade” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016, p. 85), que são “todas as espécies de situações que se traduzem por angústia, mal-estar, pelo insuportável e por crises maiores nos ambientes de trabalho” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016, p. 84).

A fala dos policiais que participaram do grupo de encontros conflui bastante com algumas pesquisas que apontam esses efeitos danosos de adoecimento a partir das relações estabelecidas no trabalho. Uma das afirmações dos policiais participantes, por exemplo, foi de que o modo de realização do trabalho policial militar afeta diretamente a sua saúde mental. De tal modo essa é uma questão para os trabalhadores que uma das demandas apresentadas por eles foi a “necessidade” de se ter, naquela UOp, um profissional que cuidasse da saúde mental dos policiais.

Nesse mesmo enfoque, o estudo de Paulino e Lourinho (2014) traz algumas considerações sobre o adoecimento psicológico do policial militar do Ceará. A discussão promovida por esses pesquisadores assinala que o trabalho policial, reconhecido por eles como uma atividade permeada de riscos constantes, pode ter como consequências inoportunas patologias, como os transtornos mentais. Também Silva e Vieira (2008) analisam que os efeitos advindos da organização do trabalho policial militar, a precarização deste e as projeções feitas pela sociedade contribuem para implicações danosas à saúde mental dos policiais. Outros autores, como Andrade (2011), Couto *et al.* (2012), Ferreira (2009) e Souza *et al.* (2012), apontam

o sofrimento psíquico dos policiais militares como um processo de adoecimento desses trabalhadores.

Minayo, Assis e Oliveira (2011), numa abordagem sobre o impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro, já alertavam que as relações sócio profissionais do policial militar associadas às pressões “do trabalhar mal” desdobram-se numa relação de sofrimento³⁰ para a vida desse trabalhador, interferindo nela como um todo. Nas palavras dos autores, O trabalho em turnos pode gerar distúrbios neuro-psíquicos, gastrintestinais, cardiovasculares e, o mais óbvio, alterações de sono. Além disso, a vida social e familiar também sofre alterações, uma vez que uma jornada de trabalho dessa ordem interfere no relacionamento com os familiares, visto que se dá um desencontro de horários, prejudicando particularmente os relacionamentos amorosos (MINAYO; SOUZA, 2003, p. 139).

Como a profissão policial está entre as mais perigosas do Brasil³¹, principalmente pelo contato do trabalhador com uma ferramenta letal, a arma de fogo, pelo enfrentamento diário das situações de violência e, também, por conta das jornadas de trabalho longas e desgastantes,³² muitos dos estudos e pesquisas sobre a profissão se debruçam sobre os fatores de risco da profissão e de doenças dos trabalhadores. Apesar de concordarmos com esses autores no que se refere aos riscos peculiares que a profissão de policial militar imprime, aqui insistimos em considerá-lo, antes de tudo, uma atividade humana, em que há entraves como qualquer outra. Portanto, reconhecemos as dificuldades em torno dessa atividade policial, contudo apoderamo-nos da construção de saberes da experiência visibilizados e compartilhados entre os trabalhadores para que nossas discussões adentrem possibilidades para se promover saúde. Como indicam Schwartz e Durrive (2016, p. 86), “se não houvesse entrave, não haveria atividade”.

Assim sendo, reforça-se a atividade como norma de vida, cheia de embates e escolhas. Tal como concebem Schwartz e Durrive (2016, p. 85), “se há atividade, é

³⁰ O sofrimento no trabalho, entendido pelos autores supracitados a partir do conceito formulado por Christophe Dejours – ou seja, sofrimento como embate com as práticas de trabalho em que o singular do sujeito se expressa, produzindo alternativas para lidar com as adversidades do trabalho (DEJOURS, 2004) – é apontado por eles como ponto de partida para entender a atividade de trabalho. Neste texto, todavia, entendemos a atividade de trabalho policial como normatividade capaz de produzir saúde (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016).

³¹ Dados do Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho, apontam que a profissão policial é a terceira no ranking das profissões mais perigosas do Brasil.

³² Os dados a respeito dessas condições de trabalho foram apontados pelo Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho (BRASIL, 2017).

porque a vida se encontra sempre num vaivém, presa nas contradições, em germe, entre normas antecedentes e tendências a renormalizar”. Esses autores fortalecem a defesa de que esse movimento repleto de arbitragens, debates e escolhas é o que possibilita a vida no trabalho. Nessa vida, também há entraves, por isso arbitrar, debater e escolher é produto dessa atividade, perpassada pela “ideia de debate de normas” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016, p. 89).

Impedir ou invisibilizar essas arbitragens, debates e escolhas diminui as possibilidades de renormatizar a atividade de trabalho e, portanto, pode tornar-se um gravame para o recrudescimento das causas de adoecimento no trabalho policial militar. E, como a atividade policial é estendida aos âmbitos mais pessoais da vida do trabalhador, ou seja, como uma condição que implica a constituição identitária desse sujeito de forma permanente, se não se renormatiza essa atividade de trabalho, a vida poderá ser reduzida a uma norma de adoecimento. Como cita Canguilhem (2015, p. 127), “a doença é ainda uma norma de vida, mas uma norma de vida inferior, no sentido que não tolera nenhum desvio das condições em que é válida, por ser incapaz de se transformar em outra norma”.

Já que a “atividade é sempre afrontamento, prova, esforço” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016, p. 86), a proposta Ergológica de visibilizar os saberes dos trabalhadores, propulsionar os debates de normas existentes, e compartilhar as experiências como uma construção constante, tem como finalidade tornar a vida desses sujeitos mais vivível.

Entender que esse trabalho faz parte de uma dimensão da vida e que a vida é gestão constante de normas também é compreender que, no espaço da atividade laboral, se vive para além de uma atividade entravada. Há outras formas de se renormatizar ali. Mesmo a partir dos embates, podem surgir conteúdos que permitam experimentar outras oportunidades para se promover saúde.

Ao se olhar para o trabalho policial, em que certas tarefas são realizadas com certo traço de prescritibilidade a partir de controle e modos de autoridade muito mais formais, parece desafiador enxergar a produção de saúde. Contudo, não se pode negar que a tarefa policial do dia-a-dia subsume esse modo aparentemente mais

objetivo da prescrição, pois, a todo momento se “inclui uma parte irreduzível de atividades que implicam atenção, julgamento, iniciativa e decisão” (MONJARDET, 2012, p. 82), ou seja, uma construção constante de outras normas para dar conta do próprio trabalho. Não são repudiados, neste estudo, os outros espaços onde são realizadas outras formas do trabalho policial, todavia entende-se que é na atividade do cotidiano operacional que acontece a maior parte da atividade policial capixaba. Assim, esse é um espaço repleto do que se pode transformar em termos de saberes e outras normas de vida do trabalho policial.

Diante disso, esta pesquisa investiu em um debate de normas num contexto de trabalho recheado de dificuldades, mas sem simplificar a atividade humana singularizada nesse espaço. A saúde do trabalhador policial deve ser fortalecida a partir de uma forma diferente de organização do próprio trabalho, na qual seja possível renormatizar a vida no cotidiano profissional, de modo que os sujeitos envolvidos possam “reconstruir o campo, em um certo momento, dessas criações de normas, que é, por vezes, um campo de batalha” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2011, p. 90) e, sobretudo, que possam ter nesse lugar de atividade humana uma dimensão capaz de transformar o próprio ambiente de trabalho e, assim, transformar vidas.

Para realizar esse debate analítico sobre tal organização a partir da fala dos policiais militares, construímos um espaço de conversa sobre a atividade de trabalho diante da perspectiva ergológica. Para tanto, algumas estratégias foram produzidas para acessar o plano de experiência policial. Nesse contexto, rememoro minha condição militar, a fim de lembrar o leitor de que esse espaço de trabalho trazido para análise é também o meu trabalho, portanto, muitos sentidos produzidos aqui também dizem respeito à minha experiência profissional.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

A construção metodológica e do *corpus* adotados nesta pesquisa foram realizados no período de março de 2018 a julho de 2019, isto é, desde a elaboração da qualificação desta pesquisa até a escrituração da dissertação. O percurso foi ancorado pela perspectiva ergológica, por isso as técnicas, as estratégias e os dispositivos foram “aproximados o mais perto possível da sua aderência local para apreender as configurações de saberes e de valores gerados pela atividade aqui e agora” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016, p. 379) dos policiais capixabas. Apostamos nessa perspectiva porque ela permite suscitar encontros com o outro, no intuito de provocar “trajetos possíveis, seus impossíveis, subtrair o que insiste e produzir com” (FONSECA; NASCIMENTO; MARASCHIN, 2012, p. 45). Afinal, nesse espaço em que a “pista da confiança” (PASSOS; KASTRUP; TEDESCO, 2014, p. 88) precisou ser parte da pesquisa, escolher um recurso metodológico situado no campo em que participantes se sentissem efetivamente inseridos e onde suas singularidades fossem compartilhadas e consideradas tornava-se imprescindível para acolher os imprevistos e as surpresas trazidas no espaço de discussão. O desafio foi ultrapassar a representação de um mundo dado, o que requereu colocar em análise os lugares de pesquisador e pesquisado, com o fito de dar conta da “riqueza da situação” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016, p. 225).

Desde o início, a proposta era produzir análises coletivas por meio de “conversas sobre a atividade do trabalho” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016, p. 211) com o policial militar capixaba. Tais diálogos foram orientados pela perspectiva ergológica, para que se pudessem alcançar as histórias vivenciadas por esse trabalhador no exercício da sua atividade e também nesse jogo que o atravessa como uma condição de vida específica. Assim, foram realizadas discussões compartilhadas, sistematizadas a partir das conversas com esses trabalhadores policiais. Em um diálogo com Stéphanie Mailliot, Durrive explica como deve ocorrer essa conversação:

Atenção, a conversação nada tem de improvisado! Não se trata de estender o microfone a alguém e deixá-lo falar... A conversa é, na realidade, guiada por uma preocupação precisa, que vai canalizar o fluxo das palavras: é *aproximar a atividade*, colocar em palavras os julgamentos de uma pessoa, o que supõe reconstruir com ela as situações que foi levada a escolher, os

momentos de sua vida. A **ancoragem** permite entrar na singularidade das escolhas, mas a **orientação** evita que se perca por causa de digressões sem fim (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016, p. 212. Grifos do autor).

As conversas foram uma fonte de produção de análises sobre a atividade de trabalho dos policiais e, encontro após encontro, os saberes da experiência emergiam. A análise, porém, não ficou adstrita a uma “coleta de dados” (vide nota explicativa n 42) das falas dos trabalhadores, tampouco se restringia a buscar um relato descritivo sobre as tarefas às quais eles eram submetidos, pois isso seria uma interpretação muito minimalista dos acontecimentos, o que não se pretendeu aqui. Efetivamente, fizemos o movimento de colocar esse relato de experiência no “retorno da atividade” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016, p. 213), isto é, em aderência, “ligada à situação vivida aqui e agora” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016, p. 375), em que essa experiência compartilhada “encontra seu lugar em uma sequência microscópica da vida social e, entretanto, trata-se de uma experiência normativa real, de um debate de normas [...]” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016, p. 215).

5.1 PRIMEIRAS IMPRESSÕES

No início da escrituração do percurso metodológico, mais precisamente, quando estava sendo refletida e detalhada a condução da pesquisa em campo, duas hipóteses foram levantadas. Naquela ocasião, pensava-se, primeiro, que um profissional psicólogo com conhecimento sobre o trabalho policial poderia fazer a condução da etapa de conversação. Julgava-se que os participantes não se sentiriam suficientemente à vontade para falar, dada a questão hierárquica estabelecida entre mim – pesquisadora, policial e oficial – e os próprios trabalhadores policiais. Intuíam-se que muitas experiências poderiam ser ocultadas por eles. À medida que as noções da Ergologia eram aplicadas, ficava mais claro que era preciso descartar especialismos e especialistas (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016). Portanto, eu, pesquisadora, era a mais indicada a conduzir, em campo, o que apresentei como um problema de pesquisa.

A segunda hipótese levantada era de que havia o risco de não existir nenhum voluntário para participar da pesquisa, exatamente diante da herança da crise de

fevereiro de 2017, que fortaleceu um cenário de muita desconfiança entre oficiais e praças. Essa relação, na verdade, já se colocava enviesada na Polícia Militar mesmo antes do período da crise. Spode (2004), Minayo (2008) e Magalhães (2015) apontam, em suas pesquisas, os embates nessas relações entre oficiais e praças, geralmente ocorridas pelo modo de organização do trabalho fortemente hierarquizado. Contudo, em outros espaços de trabalho, a exemplo das fábricas, em que o exercício da disciplina e a vigilância hierarquizada subsistem, também se observa as “separações estanques entre indivíduos” (FOUCAULT, 1999, p. 145). Portanto, não se trata de uma questão exclusiva das polícias. Certamente, alguns modos de efetivação dessa organização de trabalho podem contribuir para reprimir as relações entre sujeitos, daí a importância de se colocar em análise esses lugares, para que as “relações de poder” (FOUCAULT, 2004) ali existentes sejam uma força que mobilize os sujeitos em seu dia-a-dia. Situei essas duas hipóteses já como análise preliminar a partir do lugar que ocupo como policial e, sobretudo, reconhecendo alguns meandros que dificultam as relações entre os sujeitos no contexto de trabalho dessa Corporação.

Talvez contrariando, em parte, essas duas hipóteses, a pesquisa em campo foi realizada com a participação de voluntários e ocorrência de vários diálogos. Nesse caminho, a própria Ergologia foi frequentemente utilizada para desconstruir certas situações, reconstruir outros percursos, renormatizar as atitudes durante esse trajeto, e colocar em permanente análise o lugar de pesquisadora e policial, para tornar possível esta pesquisa.

Ainda no início da reflexão sobre percurso metodológico também foi pensada – mas posteriormente repensada – a possibilidade de estabelecer uma série de questões que serviriam como disparadoras na conversação. Até foi conjecturado estruturar uma pauta de conversa, baseada na tese de Ferreira (2009), sistematizada em quatro blocos de temáticas, as quais versariam sobre as características do sujeito, as condições de trabalho, a visão do pesquisado sobre as relações de trabalho na PMES e a visão do pesquisado sobre as práticas de trabalho do grupo no qual ele está inserido. No entanto, essa estratégia foi alterada. Conforme discutido desde o texto de qualificação, passou-se a questionar: que outros desafios poderiam comparecer durante o contato com o campo? Assim, perguntas relacionadas à

confiança entre pares e entre praças e oficiais foram levantadas, bem como outros questionamentos, mais ligados aos sentidos produzidos pelos pm's sobre o próprio modo de se fazer pesquisa na polícia: qual o sentido de pesquisar os saberes da atividade policial? O que a condição de vida policial militar impõe sobre as escolhas frente a atividade de trabalho desses sujeitos? Tais questões seguem discutidas nos tópicos do capítulo seguinte.

Os participantes dos encontros foram os policiais do setor operacional de um batalhão de polícia militar capixaba. Escolhemos esse grupo porque a maior parte do efetivo das unidades da PM concentrava-se na realização da atividade-fim, isto é, a atividade de policiamento ostensivo geral (POG), que é um tipo de policiamento que visa satisfazer as necessidades basilares de segurança pública inerentes a qualquer comunidade (pública ou privada) ou qualquer cidadão (Manual Unificado de POG da PMES, 2014, p. 9). Normalmente, em uma pesquisa dentro da PMES, sobre a própria polícia, a orientação metodológica seria delimitar um grupo focal, com detalhamento da função em que o policial pesquisado teria o seu emprego, isto é, do *processo de policiamento* – meio de locomoção para realizar as atividades de polícia, podendo ser a pé, motorizado, ciclístico, aéreo, etc – em que esses policiais pesquisados estariam atuando, e, além disso, seria necessário até mesmo indicar a modalidade de patrulhamento preventivo e/ou repressivo³³, ou seja, o modo como a atividade policial é desenvolvida durante o seu percurso pelos policiais que seriam o foco de pesquisa (Manual Unificado de POG da PMES, 2012, p. 11). No entanto, como apontado na metodologia, a função dos participantes não foi um fator de delimitação, pois havia necessidade de que houvesse participantes voluntários. Delimitar as funções ocasionaria o risco de ausência de inscrições voluntárias, o que devia ser evitado. Além disso, precisava-se garantir o sigilo dos participantes conforme o acordo estabelecido. Esse era um dos pontos acudidos em todo o percurso metodológico dessa pesquisa, pois era uma questão de confiança.

³³ Compreende-se por Patrulhamento a atividade de vigília ao cumprimento das normas que asseguram a segurança nas diversas relações da sociedade. Durante o patrulhamento preventivo, o policiamento ostensivo é desenvolvido por meio dos seus diversos processos visando à prevenção da violação da ordem pública. Já durante o patrulhamento repressivo, o policiamento ostensivo é desenvolvido por meio dos seus diversos processos visando ao restabelecimento da ordem pública, quando já violada, através da repressão imediata (Manual Unificado de POG da PMES, 2012, p. 11).

A partir dessas primeiras impressões, passo a reconstruir alguns posicionamentos, também porque sou a favor de que nós – a Polícia – necessitamos aprender a conversar com a própria Polícia e com as diferentes hierarquias existentes. Se esse diálogo entre pares não estiver aberto, é em vão qualquer tentativa de parceria³⁴ com a comunidade, que tem sido uma intenção frequente, cujo objetivo é gerar condições para uma atuação conjunta e permanente no ambiente social (FERNANDES; COSTA, 2012). Ou seja, como uma Polícia que não dialoga entre si conseguirá conversar com os outros e produzir relações de confiança em comum?

5.2 AS RELAÇÕES ESTABELECIDAS NO CAMPO DE PESQUISA: A CADA CAMINHO, NOVAS NEGOCIAÇÕES

Para seguir o caminho metodológico proposto nesta pesquisa, foi necessário contatar o comandante (Cmt) da unidade operacional escolhida, ou seja, o oficial gestor daquele espaço operacional que se pretendia pesquisar. As razões de realizar esse contato diziam respeito, de um lado, a uma questão hierárquica da relação entre superior e subordinado e, de outro, ao procedimento ético da própria pesquisa acadêmica. Enquanto policial, eu deveria me remeter ao comandante por uma ordem disciplinar prescrita. No Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Espírito Santo (RDME) (POLÍCIA MILITAR, 2000), há uma norma que ressalta a obrigação de me apresentar ao comandante da unidade a qual estou “visitando”. Como pesquisadora naquela unidade, era de bom alvitre demonstrar os planos de investigação e, de forma sucinta, os procedimentos pelos quais a pesquisa seria realizada. Afinal, era preciso saber se era viável realizar a pesquisa naquele espaço, e receber o aceite do comandante facilitava o acesso àquela UOp.

³⁴ Os órgãos governamentais, a partir de 2012, baseados em orientações de estrutura de gestão, criam documentos intitulados “planos estratégicos” para sistematizar o modelo de gestão participativa do órgão e sua prestação de serviço. Nesse passo, a PMES também passa a catalogar seus planos e ações, coordenando o planejamento de quadriênio em quadriênio. Assim, um dos objetivos da PMES descrito nesse plano estratégico é de “promover, em *parceria com a comunidade capixaba*, o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública no Estado do Espírito Santo.” (ESPÍRITO SANTO, POLÍCIA MILITAR. Plano Estratégico da PMES, 2016 – 2019. Grifo nosso).

Nesse contexto, outras negociações foram surgindo em meio às singularidades daquela unidade. Em um desses contatos, por exemplo, o Cmt da UOp apresentou um pleito: a urgente necessidade de um serviço especializado em Psicologia para aquela unidade. Muito embora esse não fosse o objetivo desta pesquisa, era preciso considerar e acolher a fala do Cmt, tanto que questões como essas surgiram no discurso dos participantes do estudo. Exemplo disso foi a fala de um dos participantes do encontro, que declarou que *“podem existir policiais lá fora que possam precisar”*³⁵ (Policial “P” – diário de campo em março de 2019) de um trabalho mais técnico e de um especialista em saúde mental.

No íterim dessa aproximação, era sabido que algumas mudanças estavam previstas para aquela unidade no terceiro trimestre de 2018, dentre as quais, que poderia afetar diretamente a pesquisa, seria a troca de comando da unidade. É bem verdade que a deliberação do comandante definiria se aquele campo escolhido seria pesquisável ou não. Porém, a decisão de um Cmt que finaliza o tempo de sua chefia em uma unidade não se vincula, necessariamente, à do novo Comandante. Portanto, era preciso estar aberta às novas negociações caso houvesse troca de comando. O que também remete a análise de que pesquisar nesse campo pode reconvocar o pesquisador a negociações recorrentes.

Mesmo com as mudanças previstas, optamos por continuar nesse campo de pesquisa e abrir o canal de conversa com outras instâncias da unidade, isto é, conversar e expor a outros oficiais sobre o que estava sendo realizado naquela unidade em termos da pesquisa. Isso foi feito porque uma série de questões envolveriam outros setores da unidade: a disponibilização do efetivo, por exemplo, dependeria de ciência do chefe da seção de serviços; a disponibilidade da sala onde ocorreria os encontros dependeria da ciência do chefe da seção de logística. Essa também era uma estratégia para visibilizar o trabalho de pesquisa que estava sendo desenvolvido naquele espaço, afinal algo estava sendo mobilizado naquele cenário. Abria-se um caminho. Existe uma máxima na Polícia Militar a qual diz o seguinte: “quem não é visto, não é lembrado”. Apesar da obviedade da expressão, há nela uma menção da ordem subjetiva que afirma a necessidade de se fazer presente nos

³⁵ Essa foi parte da fala do policial, entrecortada por questões que envolviam aspectos de cuidado clínico psicológico.

espaços em que se queira construir algo de novo e abrir os vínculos de confiança. Logo, se havia o desejo de produzir ali o campo de pesquisa, era preciso habitar aquele território (FONSECA; NASCIMENTO; MARASCHIN, 2012).

Como era previsível, foi necessário aguardar as alterações de comando para, depois, apresentar a proposta de pesquisa ao novo Cmt daquela UOp. Como citado anteriormente, a decisão do Cmt define o andamento dos processos durante sua gestão. Trata-se de uma medida prescritiva, visto que os planos de ação das unidades tendem a seguir uma norma bianual, momento que haveria troca de comando. Apesar dessa prescrição, uma decisão *personalíssima* poderia tanto permitir quanto indeferir uma intervenção, por meio de uma pesquisa acadêmica, na unidade. O termo *personalíssima*, nesse contexto, é destacado para demonstrar que também estamos suscetíveis a decisões de ordem pessoal que podem, inclusive, desconsiderar uma norma coletiva. Isso, porém, não é nada diferente dos procedimentos adotados por gestores da administração, de órgãos públicos ou privados, quando as normas criam essa margem discricionária. No entanto, é necessário atentar para quando essa discricionariedade desconsidera os outros envolvidos e inviabiliza outros modos de agir, causando sofrimento no trabalho (AMADOR, 2002; CANGUILHEM, 2015; SCHWARTZ; DURRIVE, 2016).

Nesse trânsito de possíveis mudanças, o retorno à unidade ocorreu na primeira quinzena de outubro de 2018. Entretanto, por causa da indisponibilidade de agenda desta nova gestão, na primeira semana de posse, não foi possível a exposição do projeto de pesquisa ao Cmt. Nessa mesma ocasião, me foi solicitado um meio de contato, a fim de que fosse incluída na programação da agenda da semana seguinte. Deixei anotado o meu número de telefone e a seguinte menção: “Projeto de pesquisa de Mestrado da Tenente Ednéia”. Essa foi uma medida estratégica enquanto pesquisadora e policial, pois utilizei o lugar de oficial para transmitir confiança ao Cmt daquela unidade, que já conhecia a “tenente”. Na mesma semana, fui contatada pela secretária do Cmt que, requerendo um contato pessoal comigo, repassou a informação de que a pesquisa seria autorizada. Na semana seguinte, fui à unidade e, entre uma agenda e outra, consegui falar com o comandante, que me recebeu bem e de pronto autorizou o início da pesquisa. A fala desse novo Cmt foi a seguinte: “O que eu posso te ajudar?” Percebi tacitamente a autorização simbólica

nessa fala a qual precisava para seguir os próximos trâmites para efetivação dessa pesquisa.

A partir da anuência do comandante dessa unidade, o projeto de pesquisa foi encaminhado à análise da Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa (DEIP)³⁶. Essa medida era importante porque o setor competente da PMES que delibera sobre pesquisas, a Divisão de Pesquisa da DEIP, está situado nessa Diretoria. Assim, a Divisão deveria se pronunciar sobre a intenção em realizar um estudo que envolvia os policiais militares capixabas. Portanto, foi encaminhada toda documentação ao órgão, a PMES, por meio do seu setor competente, para oficializar a proposta de iniciar a pesquisa em uma unidade da Polícia.

5.3 TRAJETÓRIA DA DOCUMENTAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA

A trajetória dessa documentação e seus anexos, ante o fato desta pesquisadora também ser policial, precisou seguir rigorosa e disciplinarmente o prescrito. Em parte, algumas medidas tomadas, por eu ser militar, eram diferentes dos caminhos a serem percorridos por uma pesquisadora civil. Para este último caso, a pesquisadora não militar encaminharia ao protocolo geral da PMES as documentações, requisitando autorização para a realização da pesquisa. Esse setor seria responsável pelo despacho à DEIP (MAGALHÃES, 2015). Considerando que existe uma burocratização na tramitação de documentos dentro dos órgãos públicos para controle, ciência e outras medidas decorrentes, a autorização de uma pesquisa também seguiria esse trânsito.

Não se trata aqui de uma crítica à tramitação dessa documentação, mas sim de demonstrar que existem regras que direcionam o caminho percorrido dentro da

³⁶ Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa (DEIP), órgão de direção do Comando Geral, é responsável pela gestão da formação inicial e continuada da corporação, por meio do planejamento, da supervisão, da coordenação, da fiscalização, do controle e da execução, por meio da Academia de Polícia Militar do Espírito Santo – Instituto Superior de Ciências Policiais de Segurança Pública da Polícia Militar do Espírito Santo. Além disso, as atividades do sistema incluem ensino, instrução, pesquisa e extensão, relacionadas com a formação, habilitação, aperfeiçoamento e atualização profissional dos militares estaduais. Fonte: Site oficial da PMES. Disponível em: <<https://pm.es.gov.br/diretoria-de-ensino-instrucao-e-pesquisa>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

instituição. Ao mesmo tempo, essas regras não são tão fixas assim, pois o caminho pode ser encurtado, a depender do entendimento de quem despacha. Esse encurtamento poderia ser uma medida tomada por um dos oficiais, que despacharia a documentação caso entendesse, por exemplo, a urgência nesse trâmite. De forma diversa, o trajeto também poderia ser encurtado se algum dos oficiais despachasse pelo arquivamento do mesmo projeto. De todo modo, foram seguidas as regras prescritas e a documentação tramitada desde o conhecimento de meu chefe imediato até alcançar a DEIP. Por esse caminho percorrido ter-se-ia maior transparência sobre a realização do estudo na PMES envolvendo os policiais militares, como, de fato, ocorreu.

Outro cuidado tomado durante a organização e realização desta pesquisa, para que ela pudesse ser aprovada para efetivação, foi a forma com que os dados seriam publicamente disponibilizados, pois era necessário zelar pela não exposição dos participantes. Ainda, como uma reflexão consequente, mas não menos importante, foi necessário destacar dois fatores que despertavam curiosidades imediatas sobre nossa pesquisa, a crise da segurança pública de fevereiro de 2017 e as questões atinentes à saúde mental dos policiais que fora noticiada no momento da crise. Até aquele momento, não se havia nenhum trabalho científico produzido sobre essas duas temáticas no contexto citado. Portanto, esses eram assuntos iminentes, que demandavam investigações. Todas as precauções tomadas na tramitação da documentação e dos anexos nele inseridos foram pertinentes, pois, seguindo todos esses passos, o projeto foi apreciado pelo órgão autorizador e, por fim, chancelado por ele, isto é, reconhecido e admitido para a realização.

Quando o projeto descrito na Plataforma Brasil foi submetido à apreciação da Divisão de Pesquisa da DEIP, duas informações contidas nele chamaram atenção dos oficiais daquele setor: os “riscos da pesquisa” e os “benefícios da pesquisa”. Essas duas dimensões temáticas não estavam intituladas como subtítulos no texto de qualificação desta pesquisa, porém estavam no esboço do projeto encaminhado à apreciação da DEIP, conforme o que fora submetido à Plataforma Brasil. O entendimento era que, com esses dois itens descritos para a apreciação do órgão autorizador, era possível desvelar alguns procedimentos iniciais a serem desenvolvidos pela pesquisadora, por exemplo, deixar evidente que seria requerido

a prévia autorização, tanto da Instituição a qual se queria pesquisar, quanto, posteriormente, na fase de produção no campo, dos policiais participantes. Paulatinamente, estes últimos, participantes diretos, seriam consultados e precisariam autorizar sua colaboração por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ainda, o projeto apontava que todos os dados analisados, os resultados finais e a formalização/apresentação da dissertação buscariam discutir os objetivos específicos da pesquisa, sem quebrar o sigilo e sem expor os participantes.

No caso dos benefícios, foi importante destacar que, ao se visibilizar a experiência do trabalhador policial militar e os saberes protagonizados por eles, primava-se pelo reconhecimento e valorização desses trabalhadores. Também se pretendia criar espaços estratégicos de reflexão e discussão por parte desse coletivo que pudessem operar como medidas para reconhecer e valorizar a atividade de trabalho e, por via conseqüente, produzir saúde para os sujeitos policiais. Essa entrada acadêmica no campo de pesquisa policial militar capixaba, com o objetivo de reconhecer a produção de um saber policial como uma medida potente de transformação para a própria instituição, foi, também, uma tentativa de aproximação desses dois campos: o acadêmico e a Polícia Militar do ES. Desse modo, seria possível fornecer ao público em geral parte do conhecimento dessa instituição responsável por uma parcela da segurança pública estadual (BRASIL, 1988).

Em ato contínuo, a DEIP fez uma convocação para alguns esclarecimentos sobre a pesquisa. Nessa reunião, estavam presentes o Coronel Diretor de ensino, o tenente-coronel adjunto e um Major chefe da Divisão de Pesquisa da PMES. Feito a discussão, foi solicitado o encaminhamento de todo o conteúdo do projeto de qualificação à Divisão. Além dos esclarecimentos, esse processo foi uma forma de demonstrar os cuidados de uma instância responsável pelas pesquisas realizadas na/sobre e para a Polícia, dando transparência sobre como a autorização deste ente segue vinculada a uma decisão coletiva de membros dessa Diretoria.

Algumas semanas após a análise do projeto por parte da DEIP, a documentação foi despachada, inicialmente, com um aceite autorizador por parte da Major responsável pela Divisão de Pesquisa, voto seguido pelos demais membros da reunião

mencionada. Contudo, o material ainda tramitou fora da DEIP, alcançando o Estado Maior Geral (EMG)³⁷ da PMES. Não era comum que solicitações para autorização de pesquisa fossem encaminhadas ao Comandante Geral da PMES, afinal havia um setor competente, a DEIP, para analisar o pedido e julgar o caso. De certo, o Comando Geral da Polícia seria informado sobre a decisão da DEIP. Porém, de acordo com o que foi escrito no último despacho, além de o Comando Geral ter tido ciência, foi ele que, de fato, decidiu pela realização da pesquisa. Enfim, todo o material de pesquisa, com seus anexos e despachos de cada seção administrativa da PMES, seguiu até a última instância hierárquica da Polícia. Em 15 de outubro de 2018, a pesquisa foi oficialmente autorizada pela Polícia Militar.

De posse do parecer favorável, outras medidas foram tomadas para a continuidade da pesquisa. Um novo contato com o Cmt da unidade a ser pesquisada foi realizado, até mesmo para alinhar como se efetivariam os encontros com os participantes do estudo. No meio de todo esse percurso, houve o anúncio de um novo Comandante Geral da PMES por parte do novo governador eleito. Fato esperado! Acontece que essa mudança poderia gerar alterações na gestão daquela unidade; assim, outro novo comandante poderia assumir aquela UOp, o que demandaria novos contatos para viabilizar o trabalho de pesquisa com as praças. Nesse interim, foi necessário aguardar o retorno das férias do, até então, comandante daquela UOp.

Desse modo, apenas em meados de janeiro de 2019, em contato com o Cmt daquela unidade, foi apresentada a autorização da pesquisa. Na ocasião, também foram deliberados alguns procedimentos para a condução deste estudo, como a definição de um local para os encontros, do que seria apresentado aos participantes e de como seria a condução do grupo de encontros. Dessa forma, apresentou-se um documento, contendo um resumo do percurso que se pretendia seguir (Apêndice A), entre outros detalhamentos.

³⁷ Conforme o Decreto nº 3032-R, o EMG da PMES é o órgão que tem a competência de assessorar o Comando Geral na elaboração e desdobramento do planejamento estratégico e nos assuntos de relevância para o desenvolvimento e cumprimento das atribuições da corporação (POLÍCIA MILITAR, 2012).

Toda deliberação do oficial comandante dessa UOp foi substancial para as ações de intervenção na unidade. Nesse contexto, tendo sido demonstrado ao comando que uma das ferramentas para realizar a pesquisa seria a realização de grupo de conversas com os participantes, foi acordada a necessidade desse grupo de conversação ser composto por policiais voluntários que a) compunham a atividade-fim e b) que fossem integrantes de um mesmo quadro hierárquico. Pela forma como se organiza o trabalho do policial militar, essa escolha tendia a ser um facilitador para disparar as conversas, uma vez que policiais que ocupam um mesmo círculo hierárquico estariam mais aproximados em suas relações de trabalho. Portanto, já se estariam estabelecidos entre eles alguns pressupostos para o diálogo.

O próximo passo do trabalho em campo foi manter contato com a seção de serviço dessa unidade. Em reunião com o oficial chefe desse setor, que também havia recebido o documento que fora entregue ao Cmt da unidade (Apêndice A), de pronto fui solicitada a dizer o que seria necessário para a efetivação dos encontros. Apenas nessa ocasião, tive ciência de qual grupo fora disponibilizado para a apresentação e convite da pesquisa. Essa foi uma estratégia para suscitar a participação das praças na pesquisa. O grupo de PM's participante era composto por homens e mulheres – aqueles como maioria –, todos praças voluntários, ou seja, soldados, cabos e sargentos, somando-se ao final, um número total de 19 trabalhadores. Desse encontro inicial, saí da unidade com a data agendada para o encontro, local e disponibilidade de pessoal, ação que finalizou toda essa trajetória da tramitação documental para realização desta pesquisa.

5.4 FUNDAMENTO ERGOLÓGICO PARA A CONSTRUÇÃO DA FERRAMENTA DE PESQUISA: POR QUE O ENCONTRO DE ENCONTROS?

As ações depreendidas para a efetivação dos encontros e, conseqüentemente, alcance dos resultados para esta dissertação, que é a visibilidade da experiência de trabalho policial, estão fundamentadas na perspectiva Ergológica. Não é surpreendente que, no universo policial, sequer se ouve falar dessa abordagem do trabalho. Afinal, trata-se de uma perspectiva/postura um tanto ou quanto recente. Desde o final dos anos 70, autores franceses, imbuídos pela primeira experiência de

“encontro de trabalhadores”, registraram o que viria a ser o paradigma ergológico: o “dispositivo dinâmico de três polos” (DD3P). Esse dispositivo é uma ferramenta da Ergologia que visa criar “lugares” em que o sujeito possa debater com outros o “distanciamento inventivo que ele mantém em face das normas existentes” [...], visto que “cada um se coloca em disponibilidade para aprender com os outros e para transmitir a outros o que a confrontação com o real lhe ensina” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016, p. 387). Os polos desse dispositivo são:

o polo dos saberes constituídos [...], o polo das atividades humanas [...] e o terceiro polo que sintetiza a dupla exigência de humildade (*imprentissage*) e de rigor (aprendizagem) e que é o polo fiador da dinâmica do encontro entre as duas esferas precedentes, uma dinâmica portadora de novidade, ‘processo socrático de mão dupla’. (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016, p. 387).

Contudo, é apenas em 1999, a partir da liderança do Prof. Yves Schwartz (ATHAYDE; BRITO, 2007, p. 5), que a Ergologia passa a ser nomeada na estrutura acadêmica, o que ocorre na *Université de Provence*, França, que mantém um Departamento de estudos de Ergologia.

Os trabalhos acadêmicos inspirados na Ergologia se multiplicam, inclusive no Brasil³⁸. O que o Schwartz e Durrive (2016) chamam de fio condutor dessa perspectiva ergológica é o “ponto de vista da atividade”, trazendo para a reflexão posicionamentos que, muitas vezes, foram invisibilizados no cotidiano do trabalho. Os saberes práticos sobre a atividade laboral, resultado da experiência desses profissionais, criam a possibilidade de tornar visíveis esses pontos de vista, introduzindo ideias e/ou reinventando outras tantas formas no mundo do trabalho.

Para que a pesquisa realize a análise de forma satisfatória, o rigor metodológico dessa perspectiva e os saberes dos protagonistas do estudo devem estar em “aderência (local e temporal)”, conforme citam Schwartz e Durrive (2016, p. 375). A Ergologia é também solo fértil à medida que auxilia a pensar os “saberes investidos” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016, p. 384) da atividade policial militar como elemento

³⁸ Na apresentação à edição brasileira do livro *Trabalho & Ergologia: conversas sobre a atividade humana* (SCHWARTZ; DURRIVE 2007), Athayde e Brito registram que, entre 2000 a agosto de 2007, já havia 20 teses e 23 dissertações inspirados na Ergologia em diversas instituições no Brasil, quais sejam: PUC/SP, UERJ, UFMG, COPPE/UFRJ, ENSP/FIOCRUZ, UNICAMP, UFES, UFMT, UFPb, UFPe, USP, UFSC (ATHAYDE; BRITO, 2007).

imprescindível à transformação das situações de trabalho. Reforçam Athayde e Brito (2007, p. 7) que a “Ergologia propõe uma análise situada, apostando na potência humana de compreender-transformar o que está em jogo, (re)inventando, criando novas condições e um novo meio pertinente – a si e à situação” (SCHWARTZ; DURRIVE 2007, p. 26). Para a Ergologia, compreender a atividade das pessoas que trabalham requer dos pesquisadores verem o real, ou, como explicam Schwartz e Durrive,

[...] esforço de ir ver de perto como cada um não apenas ‘se submete’ – entre aspas – mas vive e tenta recriar sua situação de trabalho, se não se faz esse esforço, então interpreta-se, julga-se e diagnostica-se no lugar das próprias pessoas e isso não pode produzir resultados positivos (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 26).

Para desvelar a *expertise* daqueles que realizam a atividade de trabalho policial para além do prescrito, foi necessário retomar algumas experiências dessa atividade sob um novo contexto, o da pesquisa. Conhecer a cultura dos atores do trabalho, para quem o fator “morte dos agentes” é um desafio cotidiano, não é tarefa fácil. Entender essa realidade para compreendê-la e quiçá contribuir com a transformação desse espaço organizacional exige do trabalhador e do pesquisador, no mínimo, o que Schwartz (2011, p.[?]) define como “humildade intelectual”. Diante desse desafio, alguns entraves apresentados pelos trabalhadores, em meio às falas registradas no diário de campo, precisaram ser consideradas, até mesmo para redirecionar estratégias metodológicas para esta pesquisa.

Nessa tônica, foi necessário considerar, por exemplo, a descrença de que o “testemunho” dos trabalhadores pudesse fomentar mudanças na organização do trabalho. Muitos desconhecem esse meio de produção acadêmica e negam-se a participar de pesquisas, principalmente por conta de atitudes de pesquisadores que se colocam em uma posição de “agentes da consciência e do discurso”, criticada por Foucault (2004), subjugando os outros saberes. Enfrentou-se, também, o medo de exposição e quebra de sigilo, que poderiam resultar em punição aos participantes, já que são regidos por estatutos próprios e nem sempre o falar é visto como medida potente pelos policiais, ao contrário, talvez o silêncio surja como uma estratégia protetiva. Já no primeiro encontro com os trabalhadores policiais, por exemplo, foi anotado pela segunda observadora que os policiais começaram o diálogo um pouco

“travados”, pois estavam meio receosos. Esse fato foi expresso na fala de um deles ao questionar: “*está sendo filmado?*”, “*posso falar?*” – Policial “C” (diário de campo em abril de 2019). Tais questões, por um descuido e despreparo de ambos lados, poderiam impossibilitar a pesquisa.

Como a produção dessa pesquisa esteve pautada por um movimento de provocar os próprios trabalhadores policiais militares a falarem do trabalho, era preciso reconsiderar algumas questões. Conforme dito nas páginas anteriores, as produções subjetivas por parte dos trabalhadores policiais militares em torno da disciplina e da hierarquia traziam uma suposta ideia da “obediência cega”, isto é, como se “o calar” fosse o direito e “o falar” a contravenção. Exagero? Talvez! Mas, certamente, esse é um discurso muito presente na fala dos policiais. Dessa maneira, produzir um campo de pesquisa em uma unidade da PMES e, mais do que isso, entender junto com os trabalhadores policiais as relações subjetivas protagonizadas por eles na atividade de trabalho viabilizou o *falar* sobre as experiências desses sujeitos e a produção de saberes nesse processo.

Com base na Ergologia, conforme citado no início desse percurso metodológico, os encontros foram realizados a partir de conversação, tendo questões disparadoras produzidas nas falas dos próprios policiais. A todo o momento, buscava-se facilitar o diálogo sobre as questões situadas, fruto de um processo social, para que fossem verbalizadas, expressas por meio da fala dos policiais, ou por outros signos linguísticos, a partir dos quais poderia incidir a análise da atividade do trabalho.

5.5 AS ESTRATÉGIAS PARA A EFETIVAÇÃO DESSA PESQUISA: PISTA DA CONFIANÇA

Levando em consideração uma das questões apontadas na qualificação do mestrado, qual seja, a de que poderia existir, de fato, uma dificuldade ali colocada de se expressar pela fala, tanto da pesquisadora, quanto dos participantes³⁹, foi

³⁹ Apesar de, inicialmente, apenas ter considerado a não fala dos voluntários, percebi, depois, que também estava posto um não falar enquanto pesquisadora. Além disso, dependendo do uso que eu fizesse da condição de oficial de polícia, poderia calar os demais. Nesse caso, não apenas no sentido

feita, então, a escolha de convidar duas participantes externas: uma psicóloga, que conduziu o primeiro dia de encontro com o grupo, momento que definimos como “grupo de apresentação-convite”; e uma graduanda em Psicologia, que foi a “segunda observadora”⁴⁰, participante de todos os encontros. Junto a aluna de psicologia optamos por identificar de “segunda observadora” porque a primeira observadora é a própria mestranda. Sobre esse ato de observação, Fonseca, Nascimento e Maraschin (2012, p. 163) destacam que “observar é, igualmente, perceber, olhar atentamente, chamar a atenção para algo ou ainda cumprir regras e expressar julgamento”. Porém, para além desse “observar”, a pretensão era contar com um “olhar estrangeiro” diferente do meu, sobre esta pesquisa, um olhar que pudesse ser compartilhado em análise.

Conforme citam Fonseca, Nascimento e Maraschin (2012, p. 171), “a possibilidade de um olhar estrangeiro é fundamental para o reconhecimento do que se faz, para o estranhamento em relação ao supostamente conhecido”. Reconhecia-se essa condição de oficial, reconhecia-se que esse lugar deveria ser colocado em permanente análise, até mesmo para não suscitar questões, enrijecidas caso esse lugar de oficial não permitisse “olhar o outro e ao mesmo tempo de fazer-se ver” (FONSECA; NASCIMENTO; MARASCHIN, 2012, p. 172).

Sobre a inclusão dessas pesquisadoras, as estratégias foram: primeiramente, trazer a psicóloga para demonstrar como uma possibilidade de “pesquisar com” a polícia pode ser realizada e; em segundo, inserir a aluna de psicologia para compartilhar as experiências de pesquisa nos encontros que se seguiriam. Em conformidade ao que citam Passos, Kastrup e Tedesco (2014, p. 68), o que se buscava era “[...] a constituição de um plano de experiência compartilhada”. Em ato conseqüente, juntas, a pesquisadora e a graduanda, nós, escrevemos um diário de campo, que foi denominado “diário de campo compartilhado”. Essa ferramenta de pesquisa permitiu que as falas dos trabalhadores policiais fossem trazidas como dado e, assim, as experiências do processo de pesquisar trouxessem as singularidades

de que o outro não falaria, mas pelo falar a partir de um determinado uso que faria de minha condição de oficial, isto é, fazer silenciar seria tão ruim quanto fazê-los falar o que a oficial quer ouvir.

⁴⁰ O uso do termo “segunda observadora” foi uma sugestão da própria graduanda, referenciada em Kleitsch, Whitman e Santos (1983).

partilhadas por ambas diante daqueles encontros e que, também, fossem validadas pelas praças. Foi uma aposta ética, portanto, focada nas “relações diferenciais”, nas singularidades dos modos de vida dos participantes (AMADOR; BARROS; FONSECA, 2016, p. 115).

Para se construir esse “diário de campo compartilhado”, usamos uma ferramenta do provedor da internet Google denominado “documentos google”. Trata-se de uma ferramenta de edição e formatação de textos semelhante ao processador de texto *Word* da Microsoft Office. Por esse “documentos google” foi possível trabalhar juntas e simultaneamente no mesmo texto. A ideia do compartilhamento permitia que as duas, pesquisadora e aluna de psicologia, visualizassem e editassem diretamente, ou fazendo sugestões de modo que pudessem ser aceitas ou rejeitadas durante a confecção. Outro facilitador era o fato de que as alterações eram salvas automaticamente à medida que uma ou outra digitava. Além disso, caso quiséssemos visualizar versões mais antigas, bastava usar o ícone de visualização do histórico completo de revisões, classificadas por data e com o nome de quem fez a alteração. Essa edição coletiva trouxe diversos “compartilhamentos de sensações”⁴¹. Como a ferramenta permitia fazer comentários e sugestões, muitas de nossas edições foram, na verdade, sugestões que poderiam ser aceitas ou não. Desse modo, a ferramenta também otimizou nossas horas de trabalho.

Todavia, para que muitas falas dos policiais não caíssem no esquecimento, ânimos, eu e a segunda observadora, que ela faria os apontamentos no caderno e, assim, disporíamos de algumas falas que julgássemos importantes para a pesquisa. Assim foi feito e, por isso, os trechos contidos no diário de campo compartilhado são fragmentos de falas dos policiais, minhas e também da aluna, que foram anotadas ou lembradas na hora que transcrevíamos esse diário.

Sobre a disposição em sala, eu escolhi um lugar para me assentar, e a aluna de psicologia sentou em outro ponto da roda, de forma equidistante, ou seja, sempre no visual, porém afastadas. Isso me deixou mais à vontade no transcorrer dos encontros, pois ter uma pessoa anotando ao meu lado seria representativo dessa

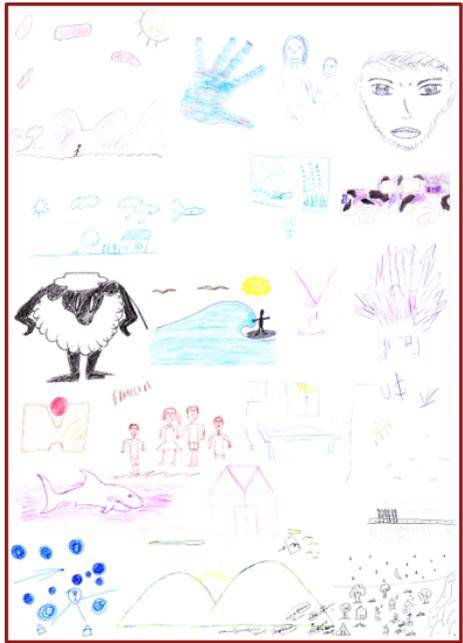
⁴¹ Esse foi o termo cunhado pela segunda observadora ao mencionar nosso diário compartilhado.

situação “a oficial com a prancheta, avaliando os demais” e, talvez, nada estratégico. Tais detalhes fazem a diferença se se considerar o público pesquisado, uma vez que nós policiais temos algumas questões com a confiança. Ainda sobre a disposição das cadeiras dos participantes, num dado momento do grupo de encontros, a aluna de psicologia me perguntou se eu não colocaria as cadeiras na disposição de círculo. Falei que seria ótimo, mas que eles fariam isso ao chegar. Eu queria mobilizar isso neles sem eu ter que colocar cadeira por cadeira naquele dispositivo. Estrategicamente, já deixei minha cadeira virada para o círculo e eles me perguntaram se era para virar as cadeiras deles. Assenti com a cabeça. Sem entrar em detalhes, eles viraram. A partir da minha atitude, imaginava que a ação de cada um, alterando a configuração inicial daquele dispositivo enfileirado de sala de aula, pudesse mobilizá-los nos próximos três encontros a fazer a alteração por eles mesmos. Na verdade, mesmo no terceiro encontro, quando ainda eles se ajeitavam na sala, o policial mais antigo daquele grupo, em pé, perguntou, “Ednéia, vamos colocar as cadeiras em círculo ou deixar assim mesmo?” E respondi: “vamos fazer como o último encontro, né?”. No quarto encontro, outro policial que perguntou: “Vamos sentar em círculo?”. Apenas no último encontro que eles colocaram as cadeiras em círculo, sem me perguntar se podiam ou não. Por mais residual que pareça ser colocar as cadeiras em círculo ou não, quis provocar uma mudança nos processos formativos, para que eles pudessem reconfigurar um dispositivo que se encontrava naturalizado em nosso meio; nesse caso, as cadeiras enfileiradas, que representam uma formação tradicional e talvez imutável. Esse é um detalhe que não negligenciei, pois poderia representar uma nova reconfiguração daquele espaço de trabalho.

As conversas foram distribuídas, didaticamente, em cinco momentos. O primeiro deles foi o já mencionado encontro de “grupo de apresentação-convite”, ministrado pela palestrante psicóloga. Depois, os participantes e as pesquisadoras realizaram quatro encontros de conversa, que ocorreram semanalmente. No primeiro desses momentos, para exemplificar a existência de um modo de fazer pesquisa sem expor os participantes – afinal, já havíamos conjecturado, a pesquisadora e a psicóloga doutoranda, que essa questão em torno de preservar o anonimato pudesse comparecer – optou-se por trazer, no grupo de apresentação-convite, a fala de um policial estudada por aquela psicóloga à época de sua pesquisa de mestrado. Com

isso, além de demonstrar o procedimento utilizado para não expor os participantes, a ideia era estabelecer um vínculo de confiança com o grupo que ali estava e, quem sabe, tê-los como voluntários. Já referendavam Passos, Kastrup e Tedesco, (2014, p. 67) que a “confiança na pesquisa contribuía para o seu engajamento. Esse é um caso analisador da qualidade da relação entre pesquisador e os participantes, e que ressalta o aspecto ético-político da prática de pesquisa”. Em meio a outros exemplos de como se trabalha um dado de pesquisa, trouxemos uma frase de um policial estampada logo no início da apresentação de slides. Na ocasião, também foi feita a leitura de um trecho da dissertação da palestrante, a fim de ter mais uma evidente informação prática de como eram expostas as falas dos policiais sem revelar os participantes. O *slide* apresentado e o trecho lido eram os seguintes:

Figura 9 – primeiro slide de apresentação ao grupo, em 07 de fev. de 2019.



Janice do Carmo Demuner Magalhães
Psicóloga – CRP 16/3181

“Enquanto a gente tiver
vida, os sonhos não
podem cessar... Nunca!”
(sargento)

Fonte: arquivo pessoal de Magalhães (2019).

“Sabe o que acontece, professora? Vai abrindo presídio, vai abrindo presídio mas, no fim das contas, eles colocam todo mundo junto. O cara que roubou uma galinha e o cara que é chefe do morro. Fim das contas o cara da galinha sai trabalhando pro chefe do morro”. (aluno-sargento)

“Isso quando ele mesmo não vira o chefe do morro” (aluno-sargento) – todos riem.

“Então você quer dizer que acha que tem que deixar como tá? O menino vai lá, mata, e nada acontece com ele. Porque você sabe que não acontece”. (aluno-sargento) (MAGALHÃES, 2015, p. 90 - 91).

Como já referendado nas linhas iniciais deste capítulo, eu não acreditava que apenas fazer o convite para participar de uma pesquisa fosse suficiente. Assim, todo o planejamento desse dia de grupo de apresentação-convite, finalizando com a entrega de uma “folha de participação” (Apêndice B), parecia situar a pesquisa e abrir o espaço para a construção de confiança. Corríamos o risco de não existir nenhum voluntário para participar dos encontros, portanto não podíamos ser simplistas nesse convite. Considerando a possibilidade de não haver participantes, a folha continha um espaço para que o policial justificasse a sua não participação, de modo que pudéssemos analisar aquelas respostas. Talvez acreditasse mais nessa justificativa do que no surgimento de algum voluntariado. Isso, antes de ter o contato com aqueles policiais. Porém houve voluntários. Senti um alívio, pois vi o estudo caminhando para o acesso à conversa, ao plano da atividade dos PM's.

Inicialmente, 10 participantes se voluntariaram. Foi feito o contato com cada um de forma individual, para agradecê-los tanto pela disponibilidade, afinal seu aceite era um grande passo alcançado, quanto pela confiança creditada à pesquisadora. A partir daí, o encontro seguinte foi agendado. Manteve-se o mesmo horário que havia sido disponibilizado para o grupo desde a apresentação-convite, assim aquele grupo esteve sempre disponível em seus dias de trabalho e nos horários de serviço, algo que fora solicitado pelo comandante da unidade, a fim de que aos trabalhadores não fosse subtraído seu dia de folga. E essa era uma preocupação também nossa, pois falar do próprio trabalho no horário de serviço também era trabalho, bem ressaltavam Schwartz e Durrive (2016).

O segundo encontro de fato se constituiu em um corpo a corpo, a fim de situar os trabalhadores policiais e a pesquisadora nesse espaço de pesquisa, bem como, sucintamente, demonstrar como se daria a condução do projeto, explicar os porquês da escolha dessa UOp, firmar acordos, e apresentar o TCLE para a assinatura dos participantes. Especificamente sobre a apresentação do TCLE, os procedimentos foram os seguintes: i) fazer a entrega do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) (Apêndice C) aos voluntários e explaná-lo; ii) estabelecer acordos (Apêndice D) para os encontros e; iii) propor uma apresentação individual dos participantes. Como não houve tempo suficiente disponível, a última etapa – o

item iv) apresentar uma situação problema ao final, envolvendo atividade de trabalho policial – não foi realizada.

Sobre o TCLE, tive o cuidado de explicar ponto a ponto tudo o que estava descrito nesse termo. A ideia era minimizar quaisquer tipos de dúvidas naquele encontro. Quando iniciamos o segundo momento do encontro, ou seja, a definição do acordo (apêndice D), ressaltai que a proposta daquele contrato estabelecido por nós, o coletivo, estaria literalmente escrita em uma folha, sempre à mostra, a fim de relembrarmos o que fora acordado e, se for o caso, até mesmo alterar a proposta. Em termos práticos, pretendíamos regular alguns critérios para dar condições aos nossos encontros, sobretudo, a responsabilidade ética – de todos – com a pesquisa. Nesse acordo, quatro itens foram listados: 1º) Não gravar as falas; 2º) Respeitar o momento de falar do outro; 3º) Sigilo; 4º) Sem rima⁴². O primeiro item foi indicado pela pesquisadora para ser acrescentado no acordo, e já explicado nas páginas acima o porquê dessa proposição; o segundo item foi proposto pela segunda observadora; o terceiro e quarto itens pelos demais participantes.

Quando ressaltai sobre não gravar as falas dos policiais e, assim, deixá-los mais à vontade para usarem da fala, os comentários anotados pela segunda observadora foram: *“É pra falar mesmo? Então vamos falar!”* (Policial “H”); *“Acabou o efetivo da [...]”* (Policial “I”); *“Foi bom trabalhar com os senhores”* (Policial “J”) (diário de campo compartilhado em fev de 2019). Pelas frases, observa-se um misto de desconfiança sobre o uso que poderia ser feito em torno da fala deles e, ao mesmo tempo, a certeza que a fala dos policiais é tão potente que poderia determinar o desmantelamento daquele grupo de trabalho.

O terceiro encontro consistiu em provocar a fala dos policiais com o fito de acessar o plano da atividade a partir de uma ocorrência, em forma de situação-problema, envolvendo os policiais que no capítulo seguinte é explicado o porquê não deu certo. No quarto encontro, também foram trazidos à discussão fatos provenientes da

⁴² Optei por manter o 4º item para demonstrar que, de fato, anotamos todos os quatro pontos, relidos no início de cada encontro. Contudo, como o 4º item se tratava de um “trejeito militar”, uma fala envolvendo uma brincadeira entre os trabalhadores policiais capixabas, não me ative ao significado nesse contexto, porém a expliquei a segunda observadora, que ao final me questionou o que seria aquele item.

experiência de trabalho a partir de uma ocorrência vivenciada pelos participantes, servindo como disparador para se coletivizar a análise da atividade de trabalho. Por fim, o quinto encontro foi o momento de validação da pesquisa, em que pactuamos dar o retorno sobre as interpretações realizadas a partir dos dados produzidos, das análises e do referencial teórico escolhido, tudo situado em tempo e espaço.

Quanto ao quinto encontro, planejamos dar o retorno aos trabalhadores policiais e realizar a validação com eles sobre as conversas. Era importante demonstrar as impressões das pesquisadoras e buscar entender como compareceram a dos pesquisados, perpassadas nesse processo de pesquisa. Isso foi feito com o objetivo de não parecer que estávamos objetivando as falas dos trabalhadores como uma prova de descobertas que deveriam ser catalogadas e, ao mesmo tempo, que estávamos colocando a experiência das pesquisadoras como produto do conhecimento. Validar para quê? Buscávamos, junto aos saberes da profissão policial, à palavra falada do trabalhador, ao silêncio do grupo, às interjeições anasaladas, aos gestos corporais de negações, à teoria, às experiências compartilhadas e a outras tantas criações, interpretar, por pesquisadores-pesquisados, as reinvenções e as articulações realizadas naquele espaço.

A criação de algo novo, as possibilidades de renormatizar dos trabalhadores, expressos no dito e no não dito, movimentaram esta pesquisa e, portanto, validar o que fora feito afirma sua historicidade. Já ressaltavam Fonseca, Nascimento e Maraschin (2012, p. 110): “não existe ‘devolução’ aos sujeitos que participam da pesquisa, mas sim construção coletiva de vias de expressão e invenção de si”. É a isso que a pesquisa-intervenção se propõe, ou seja, ser capaz de produzir micropolíticas, na perspectiva de ser engendrada no dia-a-dia, no local de trabalho.

Para a primeira etapa desse quinto encontro, foram fornecidos trechos da dissertação ainda em andamento, no intuito de introduzir no debate o modo como as falas dos policiais, a teoria e as análises foram registradas. Sobre a escolha dos trechos, fizemos a opção de levar cinco apontamentos. Esses traziam em seu bojo três pontos a par das principais questões das análises contidas no capítulo sexto. Os cinco apontamentos foram levados e anotados para o encontro com os trabalhadores, de forma que em cada folha apresentasse um apontamento e um

espaço em branco para anotações (Apêndice F). As cinco folhas, com os respectivos apontamentos, ficaram com a pesquisadora, para orientação de nossa fala naquele encontro e, as cinco outras, com a aluna de psicologia. As anotações foram feitas pela segunda observadora. Dessas cinco questões, duas foram lidas por mim: uma que supunha ser a “reconstituição” da ocorrência que vitimou o policial daquele grupo; e outra que tratava sobre o grupo de apresentação-convite. As demais questões serviram de orientação para minha fala de retorno aos participantes, apesar de não as ter lido *ipsis litteris*. A cada apontamento, os participantes foram perguntado, de algum modo, se aquilo que estava sendo falado por mim fazia ou não algum sentido. Como resultado, muitas falas foram realizadas nesse encontro, inclusive a produção de outros dados.

Sobre o momento de avaliação dos encontros, ao final dos apontamentos, questionamos aos participantes sobre como eles se sentiram ao colaborar para aquela pesquisa. Feito isso, abrimos um espaço para eles nos perguntarem (a mim e a aluna de psicologia) sobre algo que eles gostariam. Por fim, utilizamos uma folha avaliação, contendo três questões, para que também ficasse registrado por escrito o que eles apontaram. Para tanto, foram impressas e entregues a cada um várias cópias (Apêndice G) com as seguintes questões: i) Qual a sua avaliação sobre os encontros?; ii) Quais os pontos negativos?; iii) Quais os pontos positivos?. A fim de deixá-los mais à vontade no momento de redigir as próprias respostas, eu e a aluna saímos da sala e aguardamos do lado de fora. À medida que eles terminavam de responder, eles colocavam as folhas uma sobre a outra, sobre a carteira que eu estava sentada, mantendo o conteúdo virado para baixo. Eu e a graduanda retornamos para a sala e fizemos uma fala de encerramento. Com isso, finalizamos o quarto encontro com mais um café compartilhado.

Antes mesmo de realizar o nosso percurso, deu-se como pertinente provocar ações aparentemente corriqueiras, como um simples café compartilhado, para favorecer os contatos entre os participantes e, assim, o compartilhamento de valores. E isso foi feito em todos os encontros. Já dizia Faïta (2005, p. 26) que é nas situações mais corriqueiras do cotidiano compartilhadas entre as pessoas que essa interação pela comunicação fluía. Também Sampson *et al.* (1997 *apud* SILVA, 2004, p. 36)

ressaltavam que o “compartilhamento de valores e dos laços de solidariedade e de confiança entre as pessoas” decorriam da interação entre os sujeitos.

A importância dessa ação cotidiana para a interação fica evidente em uma frase de um policial participante dos encontros sobre o café que foi oferecido: “não pode faltar o café nos próximos encontros”. Nossa aposta com o café e o momento de interação estavam postos. Foi inclusive nesse momento de refeição compartilhada que observei a inclusão da segunda observadora naquele grupo. Tal fato também foi apontado por ela mesma: “ao final, no café, percebi os policiais interagindo mais comigo [a segunda observadora], brincaram sobre os meus gostos pessoais, já que naquele dia foi o dia em que me apresentei”. Nesse contexto, os policiais buscaram outras conversas com ela, trocaram informações sobre contas de redes sociais, tudo bem perceptível pelos presentes.

Outro momento em que o café pareceu uma questão para a continuidade desta pesquisa foi quando, no segundo dia de encontro, logo no início dos trabalhos, fui notificada da limitação do tempo daquele encontro. Fui informada pelo policial mais antigo daquele grupo de que os militares precisariam sair antes do combinado, em razão de uma demanda da unidade em que eles estariam envolvidos. O encontro foi encerrado 15 minutos antes do previsto. Não houve tanto prejuízo ao andamento da pesquisa, apenas o lanche não foi compartilhado naquele final por todos nós, pois eles precisaram sair às pressas. Mas, ao saírem, eles pediram para que o lanche fosse deixado disponível, pois, em seguida, voltariam para comer. Inclusive, eles ligaram, depois, para saber se eu havia deixado a mesa do café para eles.

Em continuidade as estratégias, projetou-se utilizar como ferramenta de pesquisa as conversas sobre a atividade de trabalho policial, pois se tratava, conforme cita Schwartz (2011, p. 27), “de um apelo à memória seletiva” e a “capacidade de escolher” daqueles trabalhadores sobre o que eles julgavam pertinente ao falar da atividade de trabalho. Nessa perspectiva, a fala não é vista como menor ou menos importante do que outras estratégias utilizadas para se fomentar uma pesquisa acadêmica. Afinal, nesta pesquisa, essa fala é um espaço produtor, em que juntos, pesquisados e pesquisadora, em campo, experimentam o fazer policial de outro modo, diverso daquele encontrado no ambiente de trabalho operacional

policial, isto é, aquele que é efetivado na rua, junto à comunidade. A possibilidade de trazer essas conversas para uma sala de aula, em que a discussão fosse aberta a todos, apresentava-se como mais acertada para se coletivizar essas experiências. Logo, o papel orientado por ergoformação era facilitar a “verbalização e o diálogo sobre a matéria assim registrada” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016, p. 222).

Buscou-se encorajar o trabalhador, nos encontros, para que eles ancorassem o “apelo à inteligência” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016, p. 218) à situação falada do momento. Tanto no acompanhamento na rua, quanto nas conversas em grupo, cada um de nós faz o “uso de si” (Schwartz, 2011, p. 27), em que os saberes aderentes são também frutos daquele encontro, temporal e situado. Assim, os saberes nunca serão os mesmos em outros momentos, nem perfeitamente iguais aos precedentes. Sob o mesmo ponto de vista, reforçam Schwartz e Durrive (2016, p. 58) que “nenhum momento de nossa vida é semelhante a outro”, por isso que se fez a opção de seguir os encontros em grupo, numa espécie de conversas, de modo que pudessem suscitar as renormatizações da atividade de trabalho.

Sobre as conversas com o grupo de policiais participantes, havíamos proposto realizá-las durante o período de um mês. De pronto, como as demandas da unidade interferiram nessa programação, não seguimos a sequência semanal para os quatro encontros. Os encontros iniciaram-se em fevereiro de 2019 e finalizaram-se na primeira semana de abril deste ano. Entre um encontro e outro foram realizadas as análises, pois precisávamos aproveitar ao máximo o momento posterior aos encontros, mas ainda iminente daquelas conversas, a fim de trazer os fatos considerados mais relevantes para a pesquisa, sem perder o que denomino “momento da análise”.

Uma ressalva a ser feita é que, até antes da última decisão sobre o uso da ferramenta de pesquisa e o como produzir as análises, havíamos pensado em transcrever as falas dos policiais; para tanto, gravaríamos as conversas. Todavia, numa decisão final, um dia antes de se efetivarem os encontros – fato que também nos fez pensar questões apontadas no item confiança analisado no capítulo seguinte –, optamos por não utilizar esse recurso de gravação. Por diversas vezes, fica evidente como a confiança comparece como uma questão nesta pesquisa. Ter as

falas dos policiais gravadas poderia parecer um “meio de prova” contra os próprios trabalhadores. Infere-se esse fato também das informações recebidas a partir de respostas às “folhas de participação” (apêndice B), em que alguns policiais indicavam que jamais participariam de uma pesquisa se o pesquisador fosse um oficial de polícia.

Em se tratando de um trabalho em uma unidade da PMES, que possui turnos de serviço diferenciados, optou-se por não delimitar um critério rígido de inclusão dos possíveis participantes. Havia, como já mencionado, uma preocupação anterior de que, se fosse delimitados de forma incontestável os participantes, não restaria profissionais a quem convidar. Dessa forma, a própria unidade organizou sua chamada de efetivo e disponibilizou os que ela, administrativamente, planejara. Porém, desde o início da escrituração do projeto de qualificação havíamos decidido pelo trabalho com o efetivo do serviço operacional, isto é, aqueles policiais que trabalham no dia-a-dia em contato com a rua, com a comunidade, fato esse que ficou evidente no momento da fala com o comandante da unidade.

Apostamos nesse percurso metodológico no uso das conversas sobre a atividade de trabalho como disparador de análises que facilitassem o acesso à atividade de trabalho policial militar. No mesmo sentido, indicamos um lugar possível para inclusão de outras estratégias metodológicas, como a participação de um olhar estrangeiro, a construção de um diário de campo compartilhado e o café compartilhado, que, na ocasião, pareciam imprescindíveis para se pesquisar sobre a atividade de trabalho policial junto aos trabalhadores e por trabalhadores.

Por fim, os efeitos desse processo de construção um campo de pesquisa subsidiaram as análises e os resultados do “encontro de encontros”, os quais são apontados no capítulo seguinte como possibilidade de criação de uma metodologia situada e de um contexto de transformação da própria atividade de trabalho policial.

6 “ENCONTRO DE ENCONTROS”: conversas sobre a atividade de trabalho policial militar capixaba

Durante o processo de construção do campo, mais especificamente na produção dos dados, por meio do espaço que chamamos de “encontro de encontros” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016, p. 355), muitos saberes, frutos da atividade policial militar, foram visibilizados. Esse foi também um momento de reflexão sobre outras normas de vida que compõem a condição de PM. Além disso, muitas escolhas imediatas precisaram ser feitas, certas brechas foram percebidas e outros imprevistos surgiram, pois tudo se reconfigurava no aqui e agora. As experiências compartilhadas na situação real e diante das configurações locais trouxeram elementos singulares em cada encontro. É por isso que se fez a escolha de denominá-lo “encontro de encontros”, isto é, para marcar essa singularidade em cada um dos cinco dias de reunião com os trabalhadores policiais e trazer elementos para nossa análise. No vocabulário de Ergologia, Schwartz e Durrive (2016, p. 383) diferenciam encontro de protocolo. Nas palavras dos autores,

Toda situação é para o homem em atividade em parte protocolo e em parte encontro. O protocolo é um conjunto de regras a observar, comparável a um processo experimental que antecipa os procedimentos a implementar a fim de testar hipóteses ou colocar em evidência uma lei física. Um encontro é um cruzamento de acontecimentos que dizem respeito a um objeto material, uma organização ou um ser humano. Falamos de encontro de encontros para designar as trajetórias que se recortam: assim, uma pessoa que tem uma história encontra uma máquina que tem uma história – uma máquina sendo uma combinação de processos protocolizados.

É, portanto, a partir desses conceitos de protocolo e encontro, ou seja, considerando o que se configurou no momento deste estudo, bem como as falas dos policiais inseridas nos diários de campo e os apontamentos desses trabalhadores escritos nas folhas de avaliação (Apêndice G), que analisamos os dados imprescindíveis para produção desta história.

À medida que o campo de pesquisa era construído, alguns elementos destacaram-se como categorias para uma análise mais detida. Por isso, escolhemos debruçar-nos sobre alguns desses dados que dialogavam mais diretamente com o objetivo principal deste estudo, qual seja, compreender como os saberes produzidos no dia-a-dia policial balizam a gestão da vida desses trabalhadores. Também foi preciso

considerar que os lugares ocupados pela pesquisadora e policial produziram uma reflexão sobre “o pesquisar a polícia pela própria polícia”. Nesse sentido, também foram pauta de discussão as implicações de pesquisar a Polícia pela via da Ergologia, considerando dois elementos de análise: i) o exercício da hierarquia em meio a comunicação necessária para se pesquisar a Polícia, e ii) a confiança como uma norma para esta pesquisa. Esses pontos de análise surgiram com a construção do campo de pesquisa e dizem respeito ao momento e à situação de trabalho policial militar capixaba em estudo.

Diante deste quadro, o subitem a seguir contém uma discussão sobre o que envolveu “pesquisar a polícia”, trazendo os dois elementos mencionados, a hierarquia e a confiança, sob pontos de análise que se complementam. Na sequência, discutimos o ponto que analisa a construção dos saberes produzidos a partir da atividade policial militar como gestão da vida desses trabalhadores.

6.1 PESQUISAR COM A POLÍCIA MILITAR: UMA ANÁLISE SOBRE A PRODUÇÃO DO SABER POLICIAL

Como pesquisar uma instituição que tem sido particularmente apontada como fechada? Foucault (1999, p. 177) já dizia sobre as “instituições fechadas da disciplina” como o exército e, por semelhança, as polícias militares. Esse “fechar-se” se coaduna com o exercício do controle, da disciplina, do poder sobre as condutas dos sujeitos suscetíveis aos regulamentos da corporação, gerando impactos sobre uma vida que se realiza no “intramuros” dos quartéis.

Acessar esse espaço por meio da pesquisa e permitir conhecer esse território e os meandros em torno dessa instituição que se protege constantemente ainda tem sido um desafio. É preciso entender que questões peculiares ao serviço policial militar e que dizem respeito à forma com que as relações de trabalho são produzidas nessa organização criam um mundo de trabalho diferenciado. Há questões produzidas no dia-a-dia de trabalho desses sujeitos que, diferentemente de outros ofícios, suscitam do pesquisador um esforço adicional para adentrar esse espaço. É por isso que aludimos ao viés ergológico de análise coletiva da atividade. Construída nesse

território policial militar, a pesquisa compõe uma proposta de produzir “com”, a partir do conhecimento mais aprofundado desse mundo de trabalho.

Uma dos fatores que diferenciam esse mundo de trabalho de outras profissões é o modelo fortemente hierárquico instaurado nas relações entre os policiais. A depender do uso feito desse pilar, algumas relações produzidas podem protocolizar espaços de “calar”. Entendemos, conforme Faïta (2005, p. 20), que a pequena possibilidade de se expressar sobre o trabalho acaba sendo comparada à rara iniciativa concedida àqueles que “executam a tarefa”. Essa crítica indica que as barreiras provenientes da estratificação hierárquica sobrepõem um bloqueio à comunicação daqueles que desenvolvem a atividade, portanto, foram oportunas e necessárias as estratégias e técnicas construídas no campo para a abertura da fala com os participantes e, assim, a realização da pesquisa.

Ao se pensar uma pesquisa com a Polícia, estamos “abrindo” a atividade de trabalho policial à análise. Por esse caminho é que fazemos o uso da perspectiva ergológica como mola propulsora de análises, além de uma aposta que nos auxiliou a construir o campo de pesquisa e a mim, como pesquisadora-policial. Diante disso, cabe destacar que as singularidades desse campo de pesquisa poder-se-iam entrecruzar de três modos: pelos valores reforçados pela instituição, pelos modos hierárquicos que ditam as relações internas e pela forma com que a vida dos trabalhadores se conformam. Entre tantas questões a serem interpretadas em relação a essa profissão, desanuviar o olhar do pesquisador sobre essa tríade já permite compreender melhor a atividade de trabalho policial.

Com tantas peculiaridades desse ente e dados os fatores de proteção criados no seio desse órgão, entre outras barreiras impostas pelos próprios trabalhadores, ressaltamos que a dificuldade de se pesquisar a Polícia perpassa a figura do pesquisador. Isso precisa ser sublinhado porque houve desafios nesta pesquisa em certa medida ocasionados pelo fato de a pesquisadora não apenas ser trabalhadora policial, mas uma trabalhadora policial hierarquicamente superior aos participantes. Em virtude desse jogo hierárquico e das circunstâncias que apontamos como empecilhos à comunicação no seio dessa instituição foi efetuada a discussão a

seguir, marcada pelo contexto de se pesquisar a Polícia, que, apesar das questões apresentadas, se abriu ao pesquisar.

6.1.1 O exercício da hierarquia e a comunicação necessária para se pesquisar a Polícia

Como a hierarquia age de forma tão potente sobre a comunicação entre os policiais? Conforme previsto no estatuto da PM, a hierarquia – ordenação dos níveis em graduações e postos – baliza a interação e a comunicação entre os policiais de acordo com os círculos hierárquicos existentes na PMES. Tal marco, escrito nos protocolos, tem um condão de restringir a comunicação entre os policiais de acordo com tais níveis hierárquicos. Essa restrição está adstrita à forma com que a organização do trabalho define os seus diversos níveis hierárquicos. Segundo o escalonamento da PMES, há duas divisões basilares: o círculo de oficiais e o círculo das praças. Neste último, convivem soldados, cabos, sargentos e subtenentes, porém há outras subdivisões nesta mesma categoria. Soldados e cabos se situam em um subgrupo específico do círculo das praças, enquanto sargentos e subtenentes pertencem a outro subgrupo dentro do mesmo círculo. O mesmo ocorre no círculo dos oficiais. Há três subdivisões na carreira do oficialato, sendo uma de oficiais subalternos, em que participam os segundos-tenentes e os primeiros-tenentes; outro de oficiais intermediários, subgrupo em que se situam os capitães e; por fim, o subgrupo dos oficiais superiores, sendo este composto por majores, tenentes-coronéis e coronéis (POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO, 1978).

Essa hierarquização produz um estrato social segmentado que acaba por, além de restringir, gerar um bloqueio à interação e à comunicação entre círculos diferentes, a depender do uso que é feito dessa ordenação. Se se considerar o aspecto dessa restrição da comunicação entre os círculos hierárquicos como taxativo, há um grande entrave à abertura de um espaço de fala entre os policiais.

Por outro lado, na atividade diária policial, os usos que são feitos desses círculos hierárquicos acabam tomando outras projeções, até mesmo menos restritivas, nos

aspectos da comunicação. Para que a própria atividade ocorra, os sujeitos acabam se articulando e criando espaços de fala entre eles. É como se a característica “subversiva” da atividade, citada por Schwartz e Durrive (2016, p. 63), comparecesse e provocasse um processo de renormatização diante dos critérios hierárquicos que restringem a comunicação entre os trabalhadores e assim movesse a atividade e permitisse que ela fosse realizada. Pela dinâmica da atividade é impossível pensar um trabalho capaz de seguir à risca o prescrito. Logo, a própria restrição na comunicação imposta no estatuto policial militar não se mantém na atividade real. Por mais que sejam taxativamente ordenadas as prescrições de um regulamento policial, há sempre um fluxo de trabalho que se realiza no aqui e agora. Mesmo que em alguns desses casos seja realizado com mais dificuldades, com entraves, conforme diriam Schwartz e Durrive (2016, p. 375), há sempre uma produção não tão formalizada que acaba por conceber e realizar o trabalho.

O modo como a organização do trabalho realiza suas próprias atividades, explorando as diferenças hierárquicas, produziu alguns entraves no momento de busca por voluntários que pudessem participar desta pesquisa. Rosa e Brito (2010) e Magalhães (2015) indicam que os mecanismos hierárquicos utilizados na polícia são estratégias que organizam e orientam o funcionamento dessa estrutura organizacional. Nesse tocante, alguns desses mecanismos operam de forma pouco flexível, até mesmo para estabelecer e manter seus arranjos em questão. De acordo com a fala do Policial “A”, o que vem sendo produzido é um reforço sobre o modo inflexível dessa constituição hierárquica que imprime poder de mando a um grupo e obediência a outro: “quem manda na PM são os oficiais. Desculpa falar desse jeito, mas é um desabafo” (Policial “A” – diário de campo em março de 2019).

Quando se considera as diferenças empíricas construídas por cada integrante de cada círculo, oficiais e praças, percebe-se que os saberes construídos por eles, decorrentes das experiências atinentes às funções e encargos profissionais, ou, como diria Monjardet (2012, p. 71), “consequência da diversidade das carreiras”, tendem a não ser coletivizados. De fato, eles sequer têm sido compartilhados entre esses dois círculos. Permanece a tônica de uma organização do trabalho que reforça os entraves diante dessas diferenças hierárquicas.

Pensar a produção desta pesquisa reconhecendo os entraves marcados por essa organização de trabalho exigiu o emprego de algumas estratégias para que pesquisadora e sujeitos PM's pudessem compartilhar as suas experiências. Os policiais capixabas não estão acostumados a receberem a visita de uma pesquisadora, sequer são voluntários para participarem de pesquisas no seu próprio ambiente de trabalho, posto que a maioria desconhece esse modelo acadêmico de pesquisar. Na maioria das pesquisas realizadas na própria instituição policial⁴³, os militares não são convidados, mas sim convocados a participar, sem serem perguntados se seriam voluntários ou não para comporem o estudo.

Até o momento de realização desta pesquisa, eu mesma, como trabalhadora, não havia percebido tão claramente esse fato, ou seja, que participávamos de pesquisa de modo obrigatório. É uma prática comum na forma de pesquisar na PM utilizar-se de um instrumento, sobretudo de um questionário, para “obtenção” de dados. Nesses casos, sequer é perguntado aos policiais se esses são voluntários para responderem ao questionário. Tal fato se soma à ausência dos pesquisadores no momento da entrega desse instrumento de “coleta de dados”⁴⁴ aos participantes.

De modo geral, os questionários são depositados nas Companhias e o oficial de serviço do dia fica incumbido de entregar as papeladas aos policiais durante a preleção à tropa; ao final, recolhe-se todo o material. Assim, os policiais respondem aos quesitos dos questionários como se fosse uma tarefa do seu dia de serviço, porém uma tarefa que se coloca mais entrelaçada, principalmente quando questionamos o modo utilizado para “coletar os dados” de pesquisa. Talvez também por isso, isto é, pela forma como a maioria das pesquisas tem sido conduzidas no meio policial, que se fortalecem os entraves à comunicação e colocam-se barreiras ao pesquisar. Já concluíam Passos, Kastrup e Tedesco (2016, p. 67-68) que:

Os sentidos adquiridos pela pesquisa dependem dos modos como o seu processo é incorporado, isto é, dos modos de sentir e agir mobilizados. Os

⁴³ Como mencionado anteriormente em nota, há pesquisas de monografia do CFO e do CAO, entre outros projetos efetuados durante a formação continuada da PMES

⁴⁴ A expressão “coleta de dados” pressupõe que o pesquisador é neutro, assim, ele não deve interferir na produção dos dados. É justamente por pautar-se nessa premissa positivista que esse modo de conduzir a pesquisa torna-se autoritário, sem sentido para os participantes e afastado das dramáticas do trabalho.

procedimentos utilizados por uma pesquisa podem reforçar frustrações e dificuldades, podem mobilizar experiências que não são compartilhadas e, ao mantê-las isoladas, não contribuem para que sejam encarnadas em modos de ação mais potentes.

E, se não faz tanto sentido para os trabalhadores policiais, em termos práticos, responder uma pesquisa, por que, então, receber essas pesquisas que sequer consideram a voluntariedade como um fator de participação? Esse questionamento foi indicado por um dos policiais participantes do grupo de encontros ao dizer que muitas vezes responde a esses questionários de pesquisa que surgem na PMES com um “sim” ou um “não”, sem mais justificativas. De acordo com o Policial “B” (diário de campo em fevereiro de 2019): “Esses dias teve uma pesquisa aí para responder, respondi o que o pesquisador queria ouvir” (Policial B - diário de campo em abril de 2019). Infere-se da frase do policial que, de fato, os trabalhadores acabam não compartilhando a pesquisa, uma vez que ela se coloca exterior a eles de antemão, ou seja, quando ela não se consolida nesse meio de trabalho como uma aposta nos sujeitos como copartícipes desse processo de se pesquisar. Feita esta constatação, parece ser suficiente um “sim” e um “não” como resposta.

As partir dessa percepção, fez-se necessário apresentar algumas justificativas para a realização de pesquisa naquele espaço de trabalho. Já dizia Bizerra (2002, p. 246) que “os estudos e as pesquisas feitos na instituição policial e por ela são uma forma privilegiada de explicar as práticas profissionais, articulando a teoria e prática, ensino e experiência aos fundamentos científicos”. Todavia, muitas das pesquisas sobre a Polícia têm sido realizadas por pesquisadores que não são trabalhadores policiais, pois ainda são poucas aquelas realizadas pelos PM's. Como indicativo consequente, há pouca prática de pesquisa sendo investida nas corporações policiais. Ademais, como a instituição policial militar por muitos anos se fechou à comunidade, poucas são as produções científicas realizadas sobre esse mundo de trabalho, asseverando uma desconfiança sobre o modo de produzi-las. Como resultado, os trabalhadores policiais não dão devida importância à realização de pesquisas nem por pesquisadores não policiais, nem pelos próprios policiais.

Uma situação que comprova esse fato ocorreu no primeiro encontro com o grupo. Diante da pergunta “Você acha importante novos conhecimentos científicos

considerarem o saber das praças? Você teria sugestão?” - um dos policiais respondeu “sim”, sem considerar mais nada na questão. Ao escrever o “sim” sem acrescentar algo novo na resposta, surgiu uma curiosidade de tentar entender o que viria após esse “sim”. Ao retomar esse ponto em outro momento de encontro, uma das respostas obtidas foi: “Extremamente importante ter uma pesquisa dentro da PMES, levando em consideração uma perspectiva externa” (Policial “C” - diário de campo em abril de 2019). O que mais chama atenção nesse caso não é o policial ter considerado importante tornar científico o conhecimento intramuros, mas de ele atribuir importância maior a um olhar de fora da corporação, ou seja, àquelas pesquisas realizadas por outras pessoas que não pertencem a corporação.

Cabe, nesse contexto, o questionamento: O que se subjetiva a partir da fala do policial que o faz apontar como importante realizar uma pesquisa a partir de uma perspectiva externa se, na ocasião, esta pesquisa estava sendo realizada por uma trabalhadora policial? Se o policial reconhece esta pesquisa a partir do que ele chama de “perspectiva externa”, talvez a pesquisadora, mesmo sendo policial, estivesse sendo vista de um modo diferente daquele que dizia respeito à sua condição hierárquica. Aqui observamos esse efeito como um sinal de confiança em nossa pesquisa. Como Passos, Kastrup e Tedesco (2016, p. 77) inferiram, a partir de uma história contada sobre a reformulação dos modos de manejar um grupo de mães de crianças cegas, o “lugar hierarquizado de especialistas” por vezes seria diluído em uma pesquisa engajada e potente ao compartilhamento de experiências, “pois os pesquisadores passavam a ser considerados como parte integrante, mesmo que ocupando um lugar diferenciado”.

Diante disso, recorro de um apontamento da aluna de psicologia, registrada no nosso diário de campo compartilhado, quanto a minha insistência em expressar, em um dos encontros, que a minha estada naquele campo era como pesquisadora e não como oficial de polícia. Escreveu a aluna de psicologia sobre minha fala: “eu preciso que vocês entendam que eu estou aqui como pesquisadora e não como tenente”, “É difícil tirar esta casca de Policial Militar”. Esta última frase dita por mim me fez repensar o lugar que ocupo como pesquisadora e trabalhadora policial militar. De fato, eu não tiraria nenhuma “casca” de policial militar para que a pesquisadora sobre-existisse. Mesmo usando a expressão “casca” de forma

conotativa, a ideia colocada, ou seja, a de retirar algo ou de “deixar de lado” não era pertinente.

Essa afirmação foi um equívoco do ponto de vista que estou policial, do mesmo modo que estou pesquisadora, portanto a policial não se retira para a pesquisadora entrar. Todavia, era preciso a todo o momento colocar em análise esse lugar de pesquisadora policial. Afinal, o lugar de policial não poderia suplantar o de pesquisadora e vice-versa. Era preciso considerar que a posição de policial/oficial veio antes da pesquisadora, por isso era importante, sim, colocar tal perspectiva em permanente análise, para eu perceber questões como essas. Em última instância, talvez a minha insistência em tal separação tenha provocado, posteriormente, o que foi notado na frase do Policial “C”, cuja a interpretação demonstra que em certo momento eu posso ter sido vista por ele com uma “perspectiva externa”, não como superior hierárquico e sequer como trabalhadora policial militar.

Em ato contínuo, outras falas complementares surgiram, dando a entender que os policiais participantes internalizaram o processo de pesquisar e, de certa forma, reconheceram a importância dessa construção de saberes. Exemplos disso são seguintes afirmações: “A psicóloga contou a experiência dela no CHS e em outro lugar, isso fez a gente entender um pouco como seria a pesquisa” (Policial “D” – diário de campo em abril de 2019); “Foi importante passar a visão policial do serviço e também, mesmo que indiretamente, uma visão social nesses encontros” (Policial “E” – diário de campo em abril de 2019). “Foi importante nos encontros falar sobre as dificuldades do trabalho e poder ser ouvido e ter uma visão de fora, de tudo o que nos cerca” (Policial “F” – diário de campo em abril de 2019). Há de se asseverar, pelas colocações dos Policiais “E” e “F”, que falar sobre a atividade de trabalho deles proporcionou mais significado e sentido ao ato de “pesquisar a PM”. Portanto, a partir do que foi construído com eles nos encontros, percebe-se que pesquisas na PM fazem sentido quando há o interesse (que se inicia com o voluntariado) e o engajamento dos sujeitos. Trata-se, conforme citam Schwartz e Durrive (2016), de uma produção lateralizada de saberes, da análise coletiva da atividade.

De fato, existem questões na organização do trabalho da PM que acabam por dificultar a abertura para pesquisá-la. Entraves mais globais nessa relação entre a

instituição e os policiais perpassam, por exemplo, as transgressões relativas às regras sobre discussões, manifestações, divulgações e publicações de matérias sem a devida autorização do Órgão, itens que estão capitulados no regulamento disciplinar da PMES. Em primeiro lugar, as prescrições organizacionais que regulam as formas de manifestação sobre esse órgão se aplicam inclusive à fala. Em segundo, não se pode recusar que há, nesse modo de se “fechar” para a pesquisa, questões que dizem respeito ao trabalhador, cujos modos de ação estão pautados pelos valores e disciplina da instituição. Uma dessas questões, que já apontávamos, é o silenciamento, ou seja, não falar para a pesquisa, como “estratégia defensiva”. De acordo com Dejours (2004, p. 101),

O homem que está engajado em estratégias defensivas para lutar contra o sofrimento no trabalho não abandona seu funcionamento psíquico no vestiário. Ao contrário, leva suas contrariedades mentais consigo e necessita da cooperação de seu círculo de relações mais íntimas para manter suas defesas em estado de funcionamento para o momento de regresso ao trabalho.

Era necessário, assim, desentruar a comunicação na PM. Por isso, não pareceu ser suficiente, para alcançar o primeiro intento sobre a realização do estudo, um simples convite encaminhado aos policiais daquele campo de pesquisa, ou seja, era necessário ter voluntários interessados, que se dispusessem a falar sobre a atividade de trabalho policial. Pensar uma estratégia capaz de levar à construção da metodologia perquirida caminhava no sentido de tentar ampliar esses canais de comunicação entre todos os atores envolvidos.

Como tentativa de abertura de comunicação para esta pesquisa optou-se, conforme mencionado no percurso metodológico, pela realização de um primeiro encontro com a temática “O viver enquanto policial militar: desafios e conflitos do trabalho”. Tal proposta foi o ato precursor de nossa pesquisa, pois ela inaugurou o espaço de fala que pretendíamos, bem como situou a pesquisa, a pesquisadora e os participantes naquele campo, ampliando os canais de comunicação. Em parte, essa foi também uma estratégia para indicar que a fala seria imprescindível para se conhecer a atividade de trabalho policial militar. Essa ideia teve sequência no segundo encontro, quando se buscou estreitar ainda mais esse espaço de fala. Era preciso reforçar a abertura para a conversa nos encontros com os voluntários

participantes da pesquisa e, assim, acessar o “algo a mais” das situações de trabalho desses sujeitos.

Ainda aludindo aos entraves da comunicação atravessados pelos usos feitos da hierarquia da PM, uma das perguntas feitas na “folha de participação” trouxe a seguinte resposta: “Desde a formação, as praças e oficiais tem uma diferenciação no seu pensamento, gerando até um desprezo sobre os inferiores hierárquicos. Há uma grande diferença entre hierarquia e saber, a qual nunca foi analisada” (Policial “G” – diário de campo em fevereiro de 2019). Durante minha leitura solitária, quando notei essa frase na folha de participação, o que me pareceu mais ululante foi a expressão “inferiores hierárquicos”. No momento, cheguei a questionar se o nosso estatuto – lei 3.196/78 – fazia essa menção e de alguma forma influenciara naquela escrita. Utilizei então o recurso “Ctrl+L” do teclado do computador para confirmar que não estava escrito, no estatuto, nada sobre inferior, nem no singular, nem no plural.

A expressão “inferior hierárquico” não estava descrita, porém o vocábulo “subordinado” sim. Ambas definem posições sobre as quais são impostas outras hierarquias. A expressão “inferior hierárquico”, todavia, não significa estar desprovido de saber. E esse foi o ponto de incômodo do Policial “G”, sobretudo porque o desprezo mencionado parecia ser direcionado pelos oficiais às praças. Existem saberes diferentes produzidos por cada uma dessas categorias, assim, a hierarquia não determina o saber. Há uma crítica feita por Monjardet (2012) que sintetiza essa ideia, ou seja, de que o grau hierárquico e o prestígio do posto ocupado por determinadas categorias não representam a qualificação desse trabalhador.

[...] tanto o jovem oficial que acaba de sair da escola como o cabo-chefe deslocado das CRS, ambos de início desprovidos da experiência concreta do trabalho no corpo urbano e de qualquer conhecimento que seja de sua circunscrição, diante de subordinados que detêm ambas as coisas, e não estão necessariamente inclinados a facilitar sua aprendizagem. [...] o discurso interno da instituição policial ser tão prolixo e crítico em relação a traços burocráticos da organização hierárquica, ao peso da “papelada inútil” e às formas muito disciplinares da autoridade, provavelmente, é porque esses mesmos traços são o recurso obrigatório de uma autoridade hierárquica formalmente conferida (e sancionada pelo grau e pelo *status*), mas não necessariamente fundada na qualificação operacional superior à dos subordinados (MONJARDET, 2012, p. 71).

Ao fazer análise sobre minhas implicações e sobre o incômodo descrito no trecho acima, percebi que eu, por oito anos, havia sido praça da PMES e não me considerava inferior, por isso a minha inquietação imediata. Tinha consciência da minha subordinação sobre vários “superiores hierárquicos” (essa sim, expressão existente no estatuto), mas isso não me remetia a uma condição de valor negativo de inferioridade. Contudo, também é preciso sopesar que a expressão “inferiores hierárquicos” pode exprimir uma série de sentimentos e subjetivar várias questões em nós trabalhadores que vivemos sob a égide de uma hierarquia fortemente verticalizada, o que inclui sensações diferentes da que eu tive. Nesse contexto, importa ressaltar uma palavra que veio expressa antes e dita pelo Policial “G”: desprezo. Tal desprezo, como sinônimo de um “não saber”, foi atribuído aos subordinados, aqueles que estão na base da pirâmide hierárquica.

Neste trabalho, critico essa postura de permanente segregação do saber, esse jogo dito por nós policiais em que um conhecimento é mais valorizado do que o outro, em que um saber prático (aquele do serviço operacional), por exemplo, é mais reconhecido do que outro saberes dessa profissão. Essa hierarquização dos postos e graduações produz, portanto, também uma classificação de saberes e produz uma dicotomia que dificulta o diálogo e a análise coletiva da atividade na PM. Ou seja, se quisermos mais bem compreender o trabalho da PM do ponto de vista da atividade é primordial colocar os modos de hierarquização sempre em análise.

Um fato curioso ocorrido durante os encontros provocou uma reflexão sobre como a hierarquia no contexto militar pode estar sendo vista por aqueles que não são trabalhadores policiais. O acontecimento girou em torno de um policial que chegou atrasado e da forma com que ele reagiu diante da reprimenda do tenente para que aquele cumprimentasse a pesquisadora. Aqui deve-se ressaltar que a pesquisadora era hierarquicamente superior a todos os demais policiais que estavam naquele ambiente, inclusive ao tenente, comandante daquele grupo. O tenente, naquele contexto, quis seguir o regulamento, pois seria uma atitude disciplinar e hierárquica esperar que o policial, ao chegar, fosse cumprimentar o mais antigo do local. Seguindo a ordem do tenente, o policial se aproximou da policial pesquisadora e realizou o cumprimento com um gesto de continência. A minha resposta a ele foi: “Ei, boa tarde, tudo bem? Pode se sentar”.

Em se tratando de hierarquia, ele (o policial) cumpriu um protocolo. Para a pesquisadora, todavia, tamanha reverência não era necessária. Na ocasião, diferentemente dos policiais que estavam todos fardados, eu estava à paisana⁴⁵ e fora da situação de serviço. A cena foi percebida pela estudante de psicologia que acompanhava as reuniões com certo estranhamento em relação a minha resposta ao cumprimento daquele policial. Visto pelo olhar estrangeiro, parecia que a continência conferida a mim deveria ter sido respondida com outro gesto protocolar. Porém, o protocolo se quebrou pelo aceno mais natural feito por mim. Entretanto, é preciso considerar que o estranhamento possui razão de ser, se considerarmos o que é prescrito como ideal pelo estatuto da PMES, a lei nº 3.196/78. Diz-se no §3º do art. 11 que “a disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos em todas as circunstâncias da vida, entre policiais militares da ativa, da reserva remunerada e reformados”.

A disciplina é de tal forma imperativa no contexto militar que, na mesma situação, outro formalismo pode ser notado: o policial mais antigo do grupo (o outro tenente) considerou a minha precedência⁴⁶, insistindo para que o cumprimento fosse deferido a mim. Tendo em vista o aspecto mais rigoroso dos estatutos hierárquicos, o policial mais antigo daquele grupo, ao notificar o outro policial sobre minha presença, tornou-se isento de qualquer responsabilização, ou seja, não seria passível de advertência ou comunicação disciplinar. Talvez tenha sido isso que o mais antigo considerou naquele momento: o temor reverencial a um cargo de hierarquia maior do que o dele também presente ali.

Lidar com essas questões no dia-a-dia policial, porém, não é tão simples assim. Talvez a naturalidade da minha resposta ao policial que havia acabado de chegar tenha provocado estranhamento na estudante de psicologia em razão de certa imagem que é construída pelos órgãos militares de uma postura institucional rigorosa, apoiada sobre os pilares da hierarquia e da disciplina. Afirimo, todavia, que

⁴⁵ À paisana é uma expressão usada para designar o policial que está em trajes civis, ou seja, não está fardado.

⁴⁶ Primazia para efeito de continência e sinais de respeito militares (ESPÍRITO SANTO, POLÍCIA MILITAR, 1978, p. 7).

a atividade de trabalho policial também requer outras formas de se relacionar, nem sempre balizadas com tantas formalidades, com tantas subordinações.

Se, por um lado, houve uma atitude mais prescritiva do tenente perante essa situação, por outro, os próprios policiais admitiram que, no dia-a-dia de trabalho, as ações deles não são tão taxativas pelo viés hierárquico, cabendo espaço para renormatizar protocolos. Exemplo de que isso ocorre foi a afirmação de um dos policiais, participante dos encontros, que explicou que o seu comandante permite aos demais que façam a escolha dos parceiros de viatura e de patrulha. Disse o policial “X” (diário de campo em abril de 2019): “O tenente escolhe o seu motorista e acaba dando autonomia às demais equipes para elas também comporem suas viaturas. Da mesma forma, quando vamos subir nas patrulhas⁴⁷ a decisão é bem democrática. Conhecimento, segurança e confiança se resolvem na prática”.

Mesmo que as questões hierárquicas da organização e dos indivíduos colocassem em xeque a comunicação, atravessando os processos de pesquisar a Polícia, não obstamos em prosseguir com estratégias e técnicas de análise da atividade policial. Nesse contexto, vale reforçar que os processos de comunicação não se dão exclusivamente pela via falada. Acreditar nisso seria o mesmo que forçar uma ideia de que os processos de atividade de trabalho do policial militar se dão apenas pelas regras e orientações previamente descritas. De forma análoga, seria como se o trabalhador policial militar ao se limitar apenas aos ensinamentos abstratos da própria formação não se permitisse “produzir grande coisa” (FAÏTA, 2005, p. 23). Portanto, era preciso abrir o canal para além do falar.

Relembro, aqui, uma interjeição expressa por um dos policiais no encontro de apresentação com aquele grupo, quando lhes fora questionado se eles falariam sobre a atividade de trabalho para uma pesquisadora. A resposta seguiu com um “hum” acenado com uma negativa de cabeça. Em ato seguinte, foi perguntado: “e se essa pesquisadora fosse oficial de polícia?” (fala da Psicóloga). A resposta veio a reboque com outro aceno negativo de cabeça, um “hum” anasalado mais forte e a

⁴⁷ “Subir nas patrulhas” é uma expressão utilizada no meio policial para exprimir uma atuação policial composta de, no mínimo, três militares que se deslocarão a pé, utilizando das técnicas de patrulha, para, por exemplo, incursionar em um morro.

expressão “pior ainda” (Policial “H” – diário de campo em fevereiro de 2019), acompanhada de uma virada de cabeça para o lado. A adoção de um comportamento recheado de interjeições e acenos, sem exigir outra estrutura linguística verbal, já expressava a não participação de alguns policiais. Sem embargo, eu também entendia que estava posta uma questão anterior: a confiança, ou – diria melhor – a não confiabilidade no outro, proponente da pesquisa, policial e oficial. Tal desconfiança é fruto de uma divisão entre praças e oficiais cujas/os relações/ usos de poder, pessoalizadas pela hierarquia e disciplina, dificultam a comunicação, a fala, a expressão e a produção de relações de confiança.

6.1.2 Confiança: uma questão de normatividade para a pesquisa com a PM

Partindo das duas estratégias apontadas no capítulo anterior, quais sejam: a) trazer para o primeiro encontro uma psicóloga e doutoranda com conhecimentos sobre a condição policial militar; e b) convidar uma graduanda em Psicologia para ser o olhar estrangeiro sobre essa pesquisa e, assim, acompanhar a pesquisadora nesse percurso dos encontros, intentou-se abrir um espaço de comunicação entre os participantes. Com isso, apontávamos os encontros como um dispositivo para a troca de experiências, elemento imprescindível para a realização desta pesquisa, a partir dos vínculos de confiança que foram construídos. Indicam Passos, Kastrup e Tedesco (2016, p. 11 e 12) que a confiança implica a promoção da experiência compartilhada na pesquisa e também o engajamento de seus participantes.

Destarte, frente ao surgimento de questões hierárquicas entre participantes e pesquisadora, algo que dificultaria a concepção da confiança – quiçá se esse lugar ocupado pela pesquisadora fosse um senão à participação daqueles –, também era preciso colocar em análise o olhar policial, demarcado por uma “condição inexoravelmente histórica e social” (FONSECA; NASCIMENTO; MARASCHIN, 2012), até mesmo para “desanuviar” (Ibid., p. 171) esse modo de perceber a realidade apenas por um lado, isto é, pelo ponto de vista de uma condição policial militar. Acolhidas as estratégias propostas e construídas as análises do lugar de pesquisadora e oficial de polícia, indicavam-se pistas para fomentar confiança na pesquisa e entre os participantes. Como afirmam Passos, Kastrup e Tedesco (2016,

p. 68), o processo de construção de vínculos com os participantes implica a “abertura aos efeitos dos encontros que ali se estabelecem”, isto é, permitir que as experiências, os interesses, as concepções e as avaliações surgidas, mesmo sobre olhares diferentes, possam ser compartilhados como possibilidade de transformar sujeitos, e mundos.

Quando, no transcurso desta pesquisa, visualizamos a dificuldade de conseguir acessar a fala dos participantes – pois tínhamos até mesmo dúvidas se haveria voluntários –, entendemos que muitas dessas inquietações também implicavam certa desconfiança sobre esse lugar agora ocupado como pesquisadora. Estávamos incertos de que esse lugar de pesquisadora estava bem situado. Ademais, muitas das frases escritas pelos policiais na folha de participação, distribuída no primeiro encontro, indicavam desconfiança. Alguns que não aceitaram participar da pesquisa justificaram que: “não tenho liberdade para falar” (Policial “I”); “acho o trabalho sensacional, mas não é o momento” (Policial “J”); “... depois do que passei em 2017 não confio em ninguém mais na PMES” (Policial “K”); “não consigo confiar” (Policial “L”); “acho importante o trabalho (se referiu à pesquisa), mas feito por polícia? Ainda mais oficial, Deus me livre” (Policial “M”) – (trechos extraídos do diário de campo em fevereiro de 2019).

Para aquele grupo de trabalhadores, o lugar ocupado pela pesquisadora era substancial para se construir a pesquisa. Falávamos de um lugar também ocupado por uma policial/oficial. Por isso insistimos na construção de algumas estratégias para o compartilhamento desta pesquisa. Mas como construir dispositivos que comportassem o elemento de confiança já que o canal de comunicação parecia estar entravado? Essa questão perpassou cada encontro, o que nos auxiliou a reconfigurar lugares e, ao mesmo tempo, construir nosso campo de pesquisa.

As justificativas daqueles policiais que não foram voluntários para a pesquisa também contribuíram para que outras estratégias fossem criadas. Por exemplo, buscamos criar alternativas para que o lugar de pesquisadora-policial, sobretudo o lugar de pesquisadora que eles não conheciam, fosse construído com os participantes. Era preciso fiar com esses policiais, oportunizando um vínculo de confiança capaz de abrir espaços para o compartilhamento das experiências na

pesquisa, que provocassem a coparticipação e análise coletiva da atividade de trabalho.

Em estudos e reuniões que antecederam o primeiro encontro com o grupo de policiais, alguns tópicos foram anotados como importantes para ampliar o vínculo de confiança. Ficou acertado, por exemplo, que era preciso falar da mulher, policial e oficial, pois era necessário colocarmo-nos lado a lado com os participantes. Era preciso dizer que a trabalhadora policial inaugurava esse lugar de pesquisadora. Era preciso enfatizar que a aposta naquele grupo de praças era importante para a pesquisa, pois, dada a experiência de trabalho da pesquisadora, que também havia sido praça, acreditava-se que aquele grupo proporcionaria o acesso a diversas experiências reais de atividade operacional dos policiais. Compartilhadas, essas experiências eram, de igual forma, potentes para provocar novas normatizações de vida no trabalho policial. Era nisto que se apostava: em um grupo que tinha a experiência da atividade de trabalho operacional da PMES, que construiu diversos saberes no cotidiano ostensivo, os quais, ao serem colocados em debate, poderiam produzir outras normas, bem como formas de fazer e “engenhosidades aderentes” (SCHWARTZ, 2008, p. 27). Nesse mesmo sentido, ao construir essa análise coletiva da atividade, objetivávamos que esses trabalhadores fossem capazes de questionar prescrições e normas que dificultam a vida do pm.

Também anuímos que naquele primeiro encontro, ou seja, no grupo de apresentação-convite, a psicóloga doutoranda traria a própria experiência de “pesquisar a Polícia” para ser compartilhada com aqueles trabalhadores, pois se tratava de um saber produzido por uma pesquisadora não militar acerca da realidade policial. Por isso, uma parte da pesquisa dessa autora, sob o título “Entre amarras e possíveis: atividade de trabalho e modos de viver dos policiais militares capixabas em análise” (MAGALHÃES, 2015), já citada no segundo capítulo desta dissertação, foi apresentado ao grupo de policiais, para que eles visualisassem como é realizada uma pesquisa acadêmica a partir de encontro de grupos e para demonstrar como as falas dos policiais poderiam ser apresentadas em uma pesquisa, mormente, garantindo o anonimato dos participantes. Mesmo diante dessa preparação, alguns policiais indicaram na folha apresentação que: “não estou preparado e me sentindo

seguro para participar dessa pesquisa” (Policial “M”); ou “não me sinto bem em ser interrogado” (Policial “N” - diário de campo em fevereiro de 2019).

Conforme apontam Passos, Kastrup e Tedesco (2016, p. 71), em pesquisas baseadas no compartilhamento de experiências pelos participantes também comparece um “regime de suspeita em relação à experiência, no qual toda a dimensão de vínculo é tratada sob a égide do controle e do juízo”. Diante disso, a percepção do Policial “M” supracitado, que demonstrou insegurança diante da produção de pesquisa, faz parte de um sentido que também é produzido no próprio trabalho militar. No dia-a-dia policial, a dúvida, o olhar de suspeição sobre o outro, a postura imparcial exigida desse trabalhador diante dos conflitos, o controle disciplinar sobre as suas ações, tudo isso, produto de uma atividade, exige posicionamentos muitas vezes imediatos, que acabam gerando insegurança para esse sujeito.

Tais acontecimentos precisam ser geridos por um saber policial que ocorre na atividade real, um saber que está para além do prescrito, mas que, pela imprevisibilidade dos fatos, termina por causar, nesse coletivo, uma sensação de insegurança sobre as ações produzidas e sobre no que confiar. Entre os policiais, a confiança representa um trabalho calcado por um “espírito de corpo”, uma camaradagem, um “ombro a ombro”, que requerem tempo para serem construídos. Também pela confiança perpassam outras ações dessa atividade como, por exemplo, a escolha do parceiro para enfrentar uma situação violenta, a determinação de quem será a dupla de trabalho em uma viatura, a opção da equipe sobre o policial que manuseará um armamento que requer maior destreza e habilidade, o acordo de quem será o motorista da guarnição, a preferência de quem confeccionará a ocorrência a ser entregue na delegacia, enfim, uma série de ações que atravessam a atividade de trabalho desses sujeitos.

A percepção do Policial “N” anteriormente citada também aponta para uma atividade em que determinadas expressões produzem um mundo de dramáticas para esses trabalhadores. Exemplo disso é a palavra interrogar. *Grosso modo*, as ações policiais margeiam uma tentativa de entender as verdades dos fatos e elucidar os imperativos criminosos, como se uma atividade investigativa perpassasse o trabalho

desses sujeitos. De outra forma, as ações policiais são regradas por regulamentos que implicam numa condição de sujeitos trabalhadores que são também constantemente investigados diante das ações que eles produzem. Desse modo, esses trabalhadores são atravessados por questões institucionais que, ao colocá-los em um lugar de “investigado/acusado”, alimentam a sensação coletiva de desconfiança. Há um temor nesses sujeitos em relação aos atos correccionais, aos quais são submetidos mormente em virtude de suas ações operacionais, pois podem implicar a perda de uma carreira. Já ressaltava Magalhães (2015) o cuidado entre os policiais para não serem sancionados com punições que os impeçam de ascender em suas promoções hierárquicas. Por isso, a vigilância e a insegurança fazem parte desse trabalho, acentuando ainda mais questões como a desconfiança sobre o falar, inclusive sobre falar da atividade de trabalho em uma pesquisa.

Como o confiar é uma questão cara para essa atividade de trabalho, o anonimato é um dispositivo útil para garantir a livre expressão entre os participantes. Apesar da crítica de Despret (2011) sobre o uso dessa estratégia em pesquisas em ciências humanas, em que ela afirma ser criado o “efeito sem nome”⁴⁸ e o sujeito “alvo passivo das ações do pesquisador”, ainda apoiamo-nos nessa possibilidade de zelar pelo anonimato como uma forma de preservar cada participante que fala também em nome da instituição. Ainda, garantir o anonimato em uma pesquisa envolvendo a Polícia Militar, e mais, em uma pesquisa que remetia a uma autorização prévia dessa instituição antes mesmo da autorização dos sujeitos, deve ser considerado um compromisso ético com o trabalhador policial militar. Trata-se de um cuidado necessário em um contexto cujos sujeitos estão atravessados pelos valores – mormente prescritos – da própria instituição, como a disciplina e a hierarquia. Por ser atravessado pelas questões dessa instituição, o sujeito fala em nome dela, ou pelo menos a partir da perspectiva dela, assim como sofre, todo o tempo, os

⁴⁸ Vinciane Despret é doutora em Filosofia e Letras da Universidade de Liège Place du XX Liège, Bélgica. Na segunda parte do seu texto intitulado “Leitura etnopsicológica do segredo” a autora faz uma discussão sobre a imposição do anonimato como um dispositivo utilizado em pesquisas em ciências humanas. Para Despret o anonimato provoca o que ela denomina de “efeito sem nome”, provocando uma distribuição assimétrica de papéis na pesquisa. Nesse sentido “impede que o sujeito anônimo (sujeitado) da pesquisa se torne, de fato, um participante, e que o pesquisador desinteressado se torne alguém envolvido no processo” (PASSOS; KASTRUP; TEDESCO, 2016, p. 82).

impactos dessa relação estabelecida no e com o trabalho (ANCHIETA *et al.*, 2011; MINAYO, ASSIS, OLIVEIRA, 2011).

Como previamente indicado, existem questões da organização desse trabalho que restringem a comunicação, inclusive imprimindo sanções àqueles que se expressam sem autorização formal da própria instituição. Portanto, acreditávamos no dispositivo do anonimato para fortalecer a confiança no outro, no que se pode falar e para quem se pode falar. Considerando o olhar da pesquisadora e o olhar dos trabalhadores atravessados por questões afetas ao coletivo dessa instituição, buscávamos zelar pelo cuidado com o trabalhador. Portanto, nesse mundo de trabalho tão verticalizado da Polícia Militar, manter o anonimato poderia ser entendido pelos trabalhadores como um lugar que possibilitasse a fala, mesmo com o risco de produzir algumas interpretações recheadas de valores, fato também criticado por Despret (2011, p. 21). Por mais que fosse inevitável o surgimento de alguns julgamentos nas falas dos participantes, é esse sujeito, que ocupa esse posto de trabalho, que se insere nesse tempo, envolvido pelos fatores econômicos políticos e sociais, o mais importante para essa pesquisa. Assim, apostávamos na fala de um sujeito participante, na fala de um trabalhador tão atravessada por tantas instituições⁴⁹.

As questões em torno do anonimato foram tão recorrentes que um dos policiais questionou se a pesquisadora conseguiria garantir o sigilo da participação: “Ednéia, com toda essa trajetória que você fez, como irá garantir o anonimato?” (Policial “O” – diário de campo em março de 2019). Por essa fala, inferi, em primeiro lugar, que a ideia absorvida por aquele que questionara era de que, ao manter o sigilo, existiria a possibilidade de contribuir com o estabelecimento de vínculos de confiança entre os sujeitos da pesquisa. Em segunda instância, é possível perceber que o policial entendia que, por eu ter realizado toda uma trajetória interna para receber autorização para a pesquisa, assim sendo, os documentos encaminhados, desde os informes oficiais que foram feitos aos superiores hierárquicos até o envio, de fato, do texto de qualificação à DEIP, talvez pudessem, de alguma forma, revelar qual grupo eu havia pesquisado e, por conseguinte, desvelar os participantes.

⁴⁹ Pela análise institucional, a instituição não é uma coisa a ser observada, mas uma dinâmica contraditória, construindo-se na história ou tempo. Toma-se instituição no dinamismo, jamais como imobilidade (RODRIGUES, 2013).

Não se podia negar que a DEIP tinha o conhecimento que eu iria realizar a pesquisa em uma unidade policial. Também não se podia negar que, ao ter o contato com o campo de pesquisa, o comandante, o chefe da seção de serviço instrução responsável pela cessão do espaço em que se deram os encontros e outras pessoas que percebessem a minha presença ali pudessem intuir sobre o grupo que eu iria pesquisar. Para o primeiro caso, escolhi a unidade consoante com os meus objetivos de pesquisa. No segundo caso, o grupo de participantes me fora apresentado conforme as demandas da unidade. No terceiro, outros trabalhadores daquela unidade durante os cinco encontros perceberiam a presença, naquele espaço, da pesquisadora e da segunda observadora, algo que não pude esconder. Assim, não escolhi o grupo, mas apenas a unidade a ser pesquisada. Era preciso ser bem honesta com os policiais participantes em relação ao fato de que, em algum momento anterior, haveria de ser falado qual seria o campo de pesquisa, ainda que não necessariamente os participantes. Sem revelar o campo, não teríamos autorização da própria PM para efetivar a pesquisa, afinal, ela (a PM) é o órgão autorizador para adentrarmos o campo de pesquisa. A questão levantada pelo policial foi assim respondida, portanto, a todos, mas como pesquisadora emendei que há modos para reportar a fala dos participantes sem que isso os exponha.

Essa questão em torno do anonimato causou outras questões naquele grupo. Após minha resposta ao primeiro questionamento, outro policial acrescentou:

Ao mesmo tempo, dizer quem somos pode ser bom. Talvez um policial lá fora que esteja precisando de ajuda se reconheça com nossas experiências. No geral a gente sabe que a tropa está meio doente, porque hoje em dia ninguém quer fazer [o policial estava se referindo a realizar atividades operacionais como, por exemplo, realizar o patrulhamento a pé nos morros], então acho que tem que ser a gente mesmo (Policial “P” – diário de campo em março de 2019).

Durante esse mesmo diálogo, esse policial ainda ressaltou que talvez seria motivo de orgulho para eles dizerem quem eles eram e o que estavam produzindo como policiais naquela ocasião, para além disso, talvez pudesse também “trazer coisas boas” para outros policiais que precisavam. Importa dizer que, na ocasião, ele lembrava sobre alguns policiais que ficaram transtornados psicologicamente com todos os acontecimentos em torno da crise de 2017 na segurança pública capixaba. Em relação a tal assunto, recordo do exemplo citado por Despret (2011, p. 19-20)

sobre a história de um senhor de 60 anos que, após conceder a entrevista à pesquisadora, inicialmente uma entrevista anônima, tomou a caneta da mão desta e assinou na folha da entrevista o seu nome Jahija Smajié, deixando de ser um “sujeito anônimo” para se transformar em participante. Pontuo, também, que ambos posicionamentos desses trabalhadores, mesmo divergentes, foram importantes na definição de um canal de confiança, que se estabelece não apenas quando se produz um sentido único, mas também quando as diferenças comparecem e são articuladas em uma pesquisa engajada (PASSOS; KASTRUP; TEDESCO, 2016, p. 68).

Os dispositivos usados e as estratégias diante dos imprevistos favoreciam uma relação entre os participantes da pesquisa, que se ancorou nos vínculos de confiança estabelecidos. Conforme ressaltam Passos, Kastrup e Tedesco (2016, p. 84), tais vínculos permitem a troca de experiências e o engajamento desses trabalhadores na pesquisa.

Em um dos encontros que se sucedeu o questionamento sobre o anonimato, algumas pistas de confiança compareceram na fala dos policiais. Em dado momento, fui inquirida por um participante recém-chegado ao grupo que me disse o seguinte: “tenente, eu não vim no encontro anterior, mas, após ouvir os colegas eu quis participar” (Policial “Q” – diário de campo em março de 2019). Foi permitida a inclusão de participantes ao longo dos encontros. Já não eram dez participantes, eram treze. Isso ocorreu porque alguns militares estavam de folga no dia do encontro anterior, mas quiseram participar dos encontros subsequentes assim que retornaram. Fato semelhante ocorreu no último dia de encontro, em que um dos policiais, presente pela primeira vez, acrescentou, quando ressaltávamos sobre o TCLE: “se eles (referiu-se aos colegas de trabalho) estão aqui até hoje, se participaram de todos esses encontros e se assinaram o termo é porque tem valido a pena, então, eu confio” (Policial “R” – diário de campo em abril de 2019). Ao fim dos encontros, o número de participantes havia aumentado para 19.

Tanto o crescimento do número de participantes quanto as falas dos trabalhadores policiais sinalizaram a confiança que foi construída ao longo dos encontros. Esses policiais que entraram praticamente nos últimos encontros e assinaram o termo pela

primeira vez declaravam considerar a participação no grupo como fundamental, porém foi a permanência dos outros até o fim dos encontros que demonstrou que eles confiavam nas relações estabelecidas durante o processo de pesquisa. Percebíamos, conforme apontavam Passos, Kastrup e Tedesco (2016, p. 84), o engajamento dos participantes com essa construção da confiança. Ressaltavam tais autores que a “confiança demanda tempo, temporalidade na qual se estabelece a sintonia afetiva e o engajamento que nela se baseiam, o que põe em questão a regulação dos vínculos na pesquisa” (PASSOS; KASTRUP; TEDESCO, 2016, p. 85).

A entrada de novos participantes no grupo revelou um discurso que estava sendo produzido nos corredores daquela unidade policial de que os encontros não eram da “tenente nos investigando”, mas um momento para “expressar e trocar ideias sobre a nossa rotina de trabalho” (Policial “S” – diário de campo em abril de 2019). Tivemos indícios disso quando, em uma das ocasiões, antes de iniciarmos as conversas, um policial que sempre era o primeiro a entrar na sala – e em todos os encontros foi assim – afirmou haver ali mais seis colegas seus, que não tinham estado presentes nos encontros anteriores, mas que queriam participar. Prontamente respondi que sim e fui estender o convite a eles, que pareciam me esperar no corredor. Todos entraram.

Desse grupo, um dos policiais estivera presente no primeiro dia de encontro, aquele que chamamos de apresentação-convite. Naquela ocasião, ele preencheu a folha de participação, mas logo em seguida amassou-a e solicitou outra. Esse policial havia sido o último a entregar a folha e nos abordou (eu, a aluna de psicologia e a Psicóloga) dizendo que entendia o trabalho proposto, mas ele, por estar passando por um momento delicado, não iria participar. O retorno dele e o aparecimento de novos policiais indicaram que algo estava sendo comentado a respeito das atividades realizadas, favorecendo algumas apropriações e, como ressaltam Passos, Kastrup e Tedesco (2016, p. 77), a “construção de uma grupalidade” em que alegrias e questões cotidianas passam a ser compartilhadas num clima de maior leveza e descontração, espaço em que inclusive se acolhe o sofrimento do outro. Talvez participar daquele grupo de pesquisa também fosse uma forma desse conjunto de policiais se verem incluídos “em grupo”.

Sobre a assinatura do TCLE, foi dada a eles a opção de assinar o documento nos encontros subsequentes. Seguíamos na aposta de que a assinatura desse acordo fosse resultado da confiança, “isto é, da construção da confiança por parte dos participantes na experiência da pesquisa” (PASSOS; KASTRUP; TEDESCO, 2016, p. 86). Assim, o policial poderia, a qualquer tempo, ser um participante voluntário. Nesse sentido, observamos um aumento do número de participantes durante os encontros. Ao mesmo tempo, acordamos que a assinatura do TCLE fosse estabelecida como um acordo de constituição e articulação com a pesquisa. Conforme nos alertavam Passos, Kastrup e Tedesco (2016, p. 87) “a mera assinatura de um contrato como o TCLE não assegura a participação”, porém, o manejo na forma de “fazer junto”, num regime de contratação em parceria, significava definir alguns encaminhamentos compartilhados com os participantes, “gerando experiências de pertencimento e cultivando a confiança” (PASSOS; KASTRUP; TEDESCO, 2016, p. 87).

Em virtude da entrada de novos participantes, estabelecemos com o grupo que, no início de nossas conversas, de forma breve, seria retomada a questão do voluntariado e dos acordos, incluindo o TCLE. Esse manejo, porém, foi simplificado por um dos participantes, no último encontro, como um ponto negativo da pesquisa. Disse o Policial “S” (diário de campo em abril de 2019): “ponto negativo: falar do TCLE em todos os encontros”. Nesse caso, não falamos *simplificar* para tornar menor a questão que ele apresentou, mas acreditamos que ele tomou como base não todo o processo de pesquisa, mas um componente, para dizer que a insistência sobre falar do TCLE em todos os encontros fora, no mínimo, cansativa; em segundo lugar, a avaliação desse policial chama a atenção e coloca em análise o fato de que assinar o TCLE talvez pudesse estar sendo visto como um ato de obediência e não de consentimento para os participantes. A obediência na atividade policial traz uma leitura de uma aceitação de ordens “de cima para baixo”, desconsiderando as opiniões dos envolvidos no processo e reforçando relações de poder daquele que manda sobre aquele que obedece (MAGALHÃES, 2015, p. 68). De certa forma, a contestação daquele policial soava para nós como uma demonstração e reforço de que estabelecer um laço de confiança com a pesquisa estava para além da “aceitação literal” de qualquer acordo, referendando as acepções de Passos, Kastrup e Tedesco (2016, p. 87) sobre a importância de que as regras de

funcionamento de uma pesquisa devem ser continuamente redefinidas em sintonia com as singularidades do campo.

As conversas no “encontro de encontros”, as estratégias e dispositivos tomados, os cuidados solicitados, e os compartilhamentos com esse processo de pesquisa reforçam, portanto, que a construção da confiança é, na organização militar, parte de uma norma da atividade de trabalho e, ao mesmo tempo, requer contínua renormatização, reconfigurando os espaços de saber policial. Nos momentos promovidos pela realização da pesquisa, experiências foram compartilhadas entre os trabalhadores e pesquisadoras, numa aposta a partir de uma organização de espaços que pudessem despertar um canal de comunicação para os “diálogos implícitos” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016, p. 225), colaborando com a construção de saberes policiais diante de tantas singularidades do campo.

Essas singularidades vão sendo observadas *in loco* e trazidas ao debate. Desse modo, questões imprevistas, surgidas com a pesquisa, como essa norma de vida chamada confiança, foram consideradas, uma vez que buscamos atingir os trabalhadores de forma que eles fossem “participantes interessados e confiantes no processo” (PASSOS; KASTRUP; TEDESCO, 2016, p. 88). A potência desses encontros foi levada a diante, indicando outras questões, a serem analisadas no próximo subcapítulo, que discute o trabalho policial, os conhecimentos prescritos, e os saberes produzidos diante de tantas histórias de vida.

6.2 ATIVIDADE DE TRABALHO POLICIAL MILITAR: CONHECIMENTOS PRESCRITOS, EXPERIÊNCIAS COMPARTILHADAS, “HISTÓRIAS RENORMATIZADAS”

O serviço policial se ancora em uma série de normas constituídas por uma parte formal e protocolizada, como o RDME – uma prescrição sancionatória e calcada em regras disciplinares –, e outra parte informal – “normas que não são escritas” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016, p. 39). Ambas auxiliam na construção de valores e saberes que se atualizam na atividade de trabalho policial. Analisar a atividade de trabalho policial como meio de produção de saber é considerar essas dimensões

formal e informal que se reconfiguram na atividade real. Ademais, é reconhecer outra face do trabalho, que não só a produção: os trabalhadores e seus saberes (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016, p. 289), apostando em tornar visíveis tais saberes como possibilidade para renormatizar a vida no trabalho.

Para acessar o plano de experiências dos trabalhadores e analisar coletivamente a atividade, as conversas em grupo foram o elemento fundamental. Durante tais diálogos, abrimos um momento para “falar de si”, um espaço para “falar de uma condição policial militar”, e, por fim, um período para falar da tarefa de policial, o que nomeamos de “falar da atividade de trabalho”. Os encontros foram didaticamente⁵⁰ distribuídos dessa forma para direcionar as intervenções, mas os assuntos se entrecortavam nos encontros. É preciso sublinhar que as questões supracitadas serviram de plano de fundo para instaurar outros argumentos que eram enunciados pelos participantes, como a formação policial e os saberes produzidos por eles na realização das tarefas diuturnas. De início, cada participante foi convidado para falar onde mora, idade, o que faz no momento de lazer e folga ou algo inusitado que pudesse ser compartilhado coletivamente. Como uma das tentativas de provocar a fala, o momento de “falar de si” foi encorajado pela pesquisadora para que os policiais se apresentassem a partir do primeiro nome. Isso é um fator importante porque, no mundo de trabalho militar, é comum os policiais se apresentarem a partir do seu “nome de guerra”⁵¹, identificados nas tarjetas afixadas sobre os bolsos da gandola⁵² do fardamento.

Como dito anteriormente, este “falar de si” foi atravessado por questões em torno do trabalho realizado na instituição Polícia Militar, o que inclui também um perfil de “não falar” que paira sobre essa mesma atividade. Naquele momento de apresentação, apenas um dos participantes, após dizer o primeiro nome, finalizou com a frase: “eu não gosto de falar” (Policial “T” – diário de campo em março de 2019). Como dito no

⁵⁰ Sabemos que falar de si não pode ser dissociado de falar da atividade, apenas fizemos uma distribuição didática para instrumentalizar nosso planejamento metodológico e para configurar as propostas a cada encontro com o grupo.

⁵¹ Nome de guerra é uma expressão militar para identificar um nome identificador de cada integrante da corporação, geralmente o nome de guerra é o sobrenome do policial militar.

⁵² Gandola é a parte do fardamento que se sobrepõe à camisa de manga curta. Nela são afixadas as tarjetas com os “nomes de guerra” dos policiais, as insígnias distintivas de postos e graduações, além de outros símbolos, como as condecorações militares.

primeiro tópico deste capítulo, o “padrão” policial é, de certa forma, falar pouco, talvez como uma tática de sobrevivência. De outro modo, porém, o calar também decorre de um padrão de servidão instalado diante da organização verticalizada. Já indicava Spode (2004, p. 133) que a dificuldade de ter espaços de fala e discussão no seio policial militar era ainda mais aumentada em decorrência de uma estratificação hierárquica e de outras formas que colocavam barreiras nos modos de organização do trabalho dessa classe.

Um fato ocorrido nesse dia de apresentação ressalta uma postura dessa organização que contribui para “calar o outro”. Durante o encontro, descuidei-me da apresentação da aluna de psicologia. O fato foi que seguíamos uma sequência de apresentação e, quando o policial ao lado da aluna concluiu a fala, eu, automaticamente, olhei para o policial que estava do outro lado dela, chamei-o pelo nome e este seguiu a apresentação. Como resultado disso, ao finalizar o encontro a estudante de psicologia me questionou o seguinte: “Você não me disse que eu fazia parte do grupo, então porque me pulou?”

Considerando que “a atividade de pesquisa produz o pesquisador e o campo” (PASSOS; KASTRUP; TEDESCO, 2016, p. 131), esse incidente provocou a análise da minha própria atividade de pesquisar. O desconforto causado pelo questionamento da aluna de psicologia que me acompanhava tornou-se uma questão a ser observada nesta pesquisa, quando percebemos que os lugares nomeados entre os participantes também delimitavam relações de poder entre eles. Depois desse episódio, minha percepção indicou que existem outros lugares em que a hierarquia é colocada e operada, asseverando relações de poder por meio de outras instituições. Tais relações são tão imbricadas que beiram práticas muito naturalizadas, fortalecendo, por exemplo, o “calar o outro”.

Schwartz e Durrive (2016, p. 152) afirmam que um inforto é experimentado diante de situações em que supostamente um que sabe se dirige a outro que, supostamente, não sabe. Esse é um “inforto intelectual” que, segundo eles (Schwartz e Durrive (2016, p.152), “significa se deixar perturbar por uma questão lancinante”. Portanto, esse inforto nos faz repensar sobre o que é produzido em um processo de trabalho quando se ignora a atividade do outro.

Superado esse não falar, o desafio que se seguia em conjunto era provocar que a atividade policial militar fosse compartilhada como uma experiência de trabalho. Sobretudo, urgia acessar aquilo que provém da “experiência ignorada” (FAÏTA, 2005, p. 20). Para tanto, trouxemos uma situação-problema que foi apresentada aos participantes. O intuito era compartilhar experiências dos policiais sobre sua atividade no “aqui e agora”, entendendo como eles realizam suas tarefas diante dos imprevistos do serviço. A ideia era sinalizar de uma forma prática como esses saberes fazem parte do dia-a-dia policial e que, muitas vezes, os trabalhadores não percebem, conscientemente, que esse cotidiano, recheado de experiências, compõe um conjunto de normas que os auxiliam a viver. Porém, como afirmam Schwartz e Durrive (2016, p. 323), também entendemos que “esse reconhecimento não é auto evidente”, portanto requer uma discussão coletiva que o provoque.

A estratégia de propor a situação-problema, todavia, acabou não contribuindo para a abertura de um debate. Ao que parece, a proposta, apesar de apresentar um exemplo com características semelhantes ao que o policial vive na rua, foi muito similar às formas prescritas utilizadas nas instruções policiais. Percebendo que a situação-problema não produziu a discussão sobre a atividade de trabalho dos participantes. Aproveitamos uma questão descrita nessa mesma situação, que tratava dos riscos da profissão policial, para fazer uma análise de dois comentários falados pelos participantes: “Essa é a graça do jogo, a gente nunca sabe” (Policial “U”); “meu serviço não é como uma empresa” (Policial “V” – diário de campo em fevereiro de 2019).

É indispensável esclarecer que essa atividade real do policial, tão marcada pelos riscos, acaba por projetar nesse sujeito uma espécie de “mito do herói”, uma alusão à figura do super-homem. Essa representação provém de um discurso característico de uma etapa de formação inicial, mas que é fortalecido ao longo da carreira. É como se o policial militar saísse de seu lugar de conforto, enfrentasse os desafios, superasse as dificuldades e retornasse transformado em herói. Por conseguinte, parece que é desconsiderado que, nesse caminho, há sacrifícios, renúncias, esforços e desprendimentos que são exigidos pela corporação, o que faz com que o policial se sinta vocacionado para tal missão, mas que também pode estar contribuindo com adoecimento desses sujeitos. Afinal, a figura mitológica do herói

cria a falsa ideia de que o sujeito está sempre ou deve estar sempre no controle total de sua atividade, da sua vida e das dos outros. Tal condição é impossível ao humano e ao trabalho.

Sobre a fala do Policial “V” repousa uma ideia de que a profissão policial é vista de forma diferente dos outros ofícios. Segundo Monjardet (2012, p. 185), essa é uma projeção feita pelos policiais, reivindicando uma identidade própria, diferente de outras profissões, tanto que a ele (ao policial) é atribuída uma missão e não um emprego, como seria instituído aos trabalhadores de uma empresa. Com essa diferenciação, a relação com o outro passa a ser vista também de modo diferente, o que pode estar contribuindo para uma divisão entre “a gente” e “eles” (MAGALHÃES, 2015, p. 25), entre os policiais e os não-policiais, respectivamente. Tal cisão reforça ainda mais o “fechamento frente ao exterior” (MONJARDET, 2012, p. 187).

Como a proposta da situação-problema não havia provocado uma discussão profícua sobre a atividade policial, buscamos outras direções. Fizemos a aposta de acessar o plano de experiências dos policiais e iniciar as conversas sobre a atividade dos pm’s a partir de um acontecimento ocorrido com aquele grupo dias após o segundo encontro: um policial da equipe havia sido alvejado na cabeça durante um confronto armado. Muitas questões em torno da atividade de trabalho compareceram diante daquele fato recém-ocorrido. Tive o cuidado de verificar se o policial diretamente envolvido aceitava falar sobre o ocorrido, até porque ele foi diretamente exposto ao perigo e estava afastado das atividades, sob cuidados médicos.

Nesse caso, tentávamos investir em uma força oponente para que os encontros que se sucedessem a partir daquela circunstância pudessem ser momentos de trocas suscetíveis de enriquecer o saber sobre a atividade de trabalho policial. Isto é, a experiência não notada do sujeito que polícia era imprescindível para conhecer essa atividade de trabalho. O relato das experiências dos policiais indicou o que Schwartz e Durrive (2016, p. 212) dizem sobre o “retorno da atividade”, ou seja, compartilhamos momentos em que a palavra era usada sem limite, em que as

experiências não eram antecipadamente circunscritas pelo que era importante; elas, de forma singular, simplesmente aconteceram.

Tendo em vista o fato compartilhado por eles – a ocorrência supracitada –, observamos que começava a ser tensionada ali uma troca de saberes das experiências dos pm's. Ao contarem suas histórias, os policiais narram o que entendem sobre exercer a função de “polícia ostensiva”. Nessa atribuição, o contato com o outro é sempre preenchido de novidades que nunca a prescrição será capaz de antecipar totalmente. A atividade de trabalho policial militar congrega singularidades que advém de “microcriações de homens e mulheres” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016, p. 353) capazes de fazer gestão desse trabalho. Ao se perceberem como gestores desse processo, os policiais “deixam de ser objetos”, ainda que situados nesse meio militar que permanentemente os exige ao cumprimento da tarefa, para se identificarem como “sujeitos em um meio de organização” (CANGUILHEM, 2015, p. 116). Isso, porém, não é nada fácil de ser apercebido, principalmente quando nesse meio de trabalho enxergamos os trabalhadores como máquinas.

6.2.1 Formação policial militar: entre o prescrito e o real

São tantas imprevisibilidades do dia-a-dia do ofício policial que, para cumprir com a missão constitucional de policiador, criam-se muitos outros modos de agir, bem mais complexos do que é ensinado nas academias de formação. As questões em torno de um conhecimento anterior, aquele apreendido no momento em que o indivíduo adentra o mundo militar, em um simbólico “rito de passagem” (SILVA, 2011), foram apresentadas pelos participantes em diversos ciclos de conversa, indicando que a “transmissão” dos conteúdos, crítica de Freire (1987) sobre a instrução bancária, é insuficiente para formar o policial militar.

Ao mesmo tempo em que as críticas dos policiais em relação à formação eram disparadas, percebemos como esse coletivo, de alguma forma, tentava solucionar essas lacunas entre o prescrito e o real, dando outros significados aos termos que lhe são apresentados pelos “saberes constituídos” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007,

p. 273). Exemplo disso é a expressão “policimento ostensivo”, utilizada pelos participantes para tentar explicar o significado de “polícia ostensiva”.

A expressão “polícia ostensiva” tem uma extensão analítica maior do que a expressão “policimento ostensivo”. Para melhor exemplificar, o termo “policimento ostensivo” é, conforme o art. 2º do Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R-200) (BRASIL, 1983), uma ação policial em que o agente ou a fração de tropa empenhada sejam de pronto identificados, “quer pela farda, quer pelo equipamento, ou viatura”. De forma semelhante, Minayo, Sousa e Constantino (2008) apontam que o policimento ostensivo remete a toda carga de simbolismos que torna visível a presença policial, seja por meio de viaturas caracterizadas, fardamentos ou outros signos. Se as atuações das Polícias Militares fossem apenas o policimento ostensivo, não poderia se falar, por exemplo, nas ações do ramo de inteligência dessa organização, cujos agentes, policiais, não fazem uso da farda e não atuam de forma ostensiva. Nesse exemplo, a atividade de trabalho policial segue outras formas de ação que não do policimento ostensivo, porém fazem parte dessa missão ampla denominada “polícia ostensiva”.

A partir das alocações dos policiais participantes, foi possível perceber uma crítica sobre a formação inicial aos quais são submetidos no sentido de culpabilizá-la por ser incapaz de ensinar o que o policial encontrará na rua. Os policiais ressaltaram que: “nada do que fazemos tem a ver com a formação” (Policial “X”); “não ensinam a gente o que fazer na rua” (Policial “Y” – diário de campo em março de 2019). Diante disso, parece que os trabalhadores compreendem que há outros “saberes processados e reprocessados na atividade” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 274) que fazem parte do trabalho policial.

Ao escutar desses sujeitos que parte de sua prática é aprendida na rua e não na formação, estamos entendendo que essa lacuna dita por eles – o mesmo que o “vazio de normas” para a ergologia – é a brecha necessária para a gestão da atividade, dimensão do trabalho do PM que a hierarquia e a obediência cega não podem determinar. A perspectiva ergológica ensina que é preciso conhecer a atividade de trabalho para que os protocolos sejam reescritos de forma a se aproximar da realidade do trabalhador, quiçá, antecipar em parte o que eles

encontrarão em suas jornadas. Não se trata de protocolizar as habilidades realizadas do aqui e agora dos trabalhadores, mas sim de reconhecer a dimensão prescritiva como parte do trabalho técnico que normatiza a tarefa de policiamento. Em diversas chances, os participantes denunciavam o modo técnico da formação como incapaz de solucionar os imprevistos da atividade policial; de outro ponto de vista, eles indicavam que o dia-a-dia de trabalho acabava ensinando muito mais. Apesar da crítica, os policiais não desconsideram o período de sua formação; pelo contrário, a formação é vista como fundamental. É nesse momento que a organização do trabalho considera haver uma espécie de passagem da vida civil para a vida militar, processo de muitas mudanças e rico de conhecimentos da especificidade de PM. É ainda um período em que o conhecimento formal está mais presente como conteúdo de ensino, ao mesmo tempo que se compartilham outros saberes não tão formais, mas que são constituídos por essa organização do trabalho.

Se se considerar que esses policiais não apenas percebem haver saberes outros na atividade de trabalho, mas também os valoram como mais importantes do que a própria formação inicial, e que esse “saber da rua”, da atividade operacional, é que faz com que eles se sintam policiais de fato, então, analisar esses saberes coletivamente pode ser um importante instrumento para se conhecer o trabalho da polícia, os sujeitos que trabalham e vislumbrar prescrições/formações mais próximas às realidades que os PM's vivenciam.

6.2.2 Uma bala na cabeça do policial: “também morre quem atira!”

Para a compreensão do fazer a tarefa de policial, discutimos no grupo a ocorrência que envolveu um disparo de arma de fogo que atingiu a cabeça de um dos policiais. Esse debate foi provocado para empreender as conversas sobre a atividade de trabalho daqueles policiais, que foram mobilizados perante as imprevisibilidades do ocorrido. Como esse era um incidente recentemente vivenciado, tivemos o cuidado para manejar aquele encontro, a fim de buscar os detalhes sobre a atividade realizada e, como tentativa, trazer as sensações engendradas por esses sujeitos diante dos imprevistos daquela ocorrência. Sabíamos da sensibilidade gerada por

aquele evento que quase vitimou fatalmente o policial. Acolhemos algumas falas, mesmo carregadas de vitimização e consternação sobre a gravidade dos fatos, mas nos posicionamos por uma troca de experiências que significasse compartilhamento de saberes dessa atividade.

Nossas observações frente à comunicação do grupo buscavam entender como foram planejadas as ações naquele cenário em que um policial da patrulha havia sido alvejado, quais escolhas foram feitas após o pedido de “prioridade”, e se houve decisões contrárias de permanecer no ambiente do conflito após o deslocamento do policial ao hospital. Seguíamos algumas estratégias para mobilizar a fala sobre a dimensão da atividade policial. Os apontamentos e as indagações direcionadas não só ao policial alvejado, mas ao grupo como um todo, procuravam quebrar a ordem cronológica dos fatos e compartilhar as tarefas, como diziam Schwartz e Durrive (2016, p. 223), como parte da atividade real. Por isso, avocávamos questões a partir das falas dos policiais, tais como: como era tentar não fazer barulho numa incursão no morro? Por quantos membros era composta cada equipe? Quais as divisões das equipes? Por onde cada equipe seguiu? O caminho foi escolhido por quem? Era dia ou era noite? Enfim, várias questões, aparentemente insignificantes, contudo cheias de “valores em efervescência”, como diziam Schwartz e Durrive (2016, p. 223). Nesse debate, “coisas não ditas” sobre a atividade policial compareceram em um encontro de vários encontros.

Algumas respostas foram obtidas e, sobretudo, alguns compartilhamentos foram percebidos à medida que os policiais ressaltavam as muitas dificuldades encontradas naquela ocorrência. Alguns detalhes podem ser observados nas seguintes falas: “Não estava descendo com o fuzil engajado com medo de cair e também de fazer barulho”; “chamamos o local de *esquibunda* [referindo-se ao fato de que havia trechos em que só era possível descer escorregando]”; “A gente desce com duas coisas: querendo não fazer barulho e querendo não ser visto” (Policial “W” – diário de campo em março de 2019).

As falas dos policiais demonstravam que eles conheciam bem a região, que acumulavam uma série de experiências anteriores e que, necessariamente, convocavam essas “histórias renormatizadas” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016) para,

a partir delas, fazerem suas escolhas. Assim, racionalizavam ações, produziam outros tantos saberes, criavam outras formas de agir para cumprirem a missão, articulando suas práticas e compartilhando “os saberes procedentes da experiência” (SCHWARTZ, 2011, p. 26) que já estavam formalizados no corpus daquele grupo.

Quando foram questionados sobre as escolhas feitas, sabendo de forma prévia que o local era de difícil acesso, e o porquê colocaram a vida deles em perigo alguns responderam algo similar ao que se segue: “Teve esse momento também que eu nem falo muito. A gente, mesmo sabendo do perigo, a gente se submete” (policial “Z” - diário de campo em março de 2019). Indistintamente questionamos: “E por que fazem isso?”. O policial respondeu: “Queria saber também”. Na sequência, os participantes fizeram uma série de afirmações, tentando explicar o porquê permanecem em uma profissão entre a vida e a morte. Dentre alguns apontamentos, reforçaram a motivação, a vontade, a vocação, o dom e a autocobrança, valores reforçados pela organização do trabalho policial e atravessados nesses sujeitos. Sobre a decisão de permanência, os policiais completavam:

Na Polícia Militar tem lugar para todo mundo; como na Polícia Militar tem lugar para todo mundo, quem está aqui é porque quer estar aqui; esse grupo aqui é vocacionado. Tem o dom para estar aqui. A minha maior motivação é não deixar aqui virar o Rio de Janeiro para que eu possa sair tranquilo com minha família. E é por isso que a gente faz, para os caras não ficarem ameaçando a PM. (Policial “J” – diário de campo em março de 2019).

De certa forma, eles afirmavam que “se quisessem” estariam em outro lugar na PM, servindo a outras causas, mas que escolheram estar e permanecer naquele grupo. As contrariedades e os conflitos admitidos que fazem esse policial se manter nessa atividade circunscrita de adversidades é vista como uma condição, enfatizada por Le Guillant (2006) nos estudos sobre trabalhadores, de PM que tenta se manter forte, viril, obediente e, até mesmo, herói. Existe uma série de questões postas, entre os policiais, na vida da caserna, que os levam ainda mais a reforçar esses discursos. O sentimento de pertencimento daquele grupo de trabalhadores tem seu espaço e foi perceptível também ali. A coesão foi reforçada naquele grupo que também se organiza e se identifica pelas ações coletivas, pelas ideias compartilhadas, e pelos modos de reação, conforme apontam Nogueira e Moreira (1999, p. 36-37).

Quando indaguei o grupo sobre a condição policial: “Como é isso? Nasce isso?”, eles responderam o seguinte: “a gente desenvolve esse dom” (Policial “C”); “nosso botão do medo é desligado” (Policial “D” – diário de campo em março de 2019). Em contrapartida, um dos policiais respondeu sobre outro viés. Disse ele: “Ao meu ver não é uma vocação... Eu me encontrei aqui. Eu acho que a gente se encontra aqui” (Policial “E” – diário de campo em março de 2019). Este policial reforçava que tinha iniciado a carreira como uma oportunidade de se efetivar em um cargo público e que com o tempo foi gostando do serviço. Em ato conseqüente, perguntei se eles, de alguma forma, eram cobrados por estarem naquele serviço ou se sentiam cobrados para executarem aquelas tarefas. Sobre isso, eles respondem que “não é nem cobrança, é motivação. A gente gosta” (Policial “F” – diário de campo em março de 2019), mas afirmaram se exigirem mutuamente: “a gente se cobra, existe uma competição velada aqui entre os grupos, uma competição sadia até” (Policial “G” – diário de campo em março de 2019).

Apesar das exigências de uma profissão tão fortemente hierarquizada e apesar de existirem entraves nesse serviço, como também existem em outros trabalhos, os policiais se situam nesse espaço, se veem nele e justificam a sua permanência, apoderando-se de uma válvula chamada “pertencimento”. Trata-se da constituição de um *ethos* policial fortalecido por uma coesão grupal que atravessa as outras instâncias da vida desses sujeitos. Assim, “entendendo que são um grupo, uma equipe”, também passam “a vigiar uns aos outros” (MAGALHÃES, 2015, p. 51).

Em outras ocasiões, os PM’s reforçaram a dificuldade que tiveram ao se aproximarem do local onde o policial estava baleado. Eles apontaram que, no lugar onde a operação havia sido realizada, era quase impossível alguém indicar o posicionamento de cada patrulha, pois não havia muitos pontos de referência a mencionar. Era um morro, muitos becos, ora mata, ora casas. Para um dos participantes da ação, “o complicado é passar a posição⁵³ para qualquer coisa naquele lugar, aí bate um desespero um pouco maior” (Policial “H” – diário de campo em março de 2019). Ele se referia ao fato de que quando o policial fora baleado,

⁵³ “Passar a posição” significa informar determinado local a outrem, por meio do rádio comunicador. Na ocasião, informar o local exato em que o policial fora alvejado, haja vista que as demais patrulhas estavam espalhadas pelo morro e precisavam se direcionar ao ponto para socorrer o ferido.

nenhum dos outros policiais que estavam com o ferido sabia dizer a localização exata no terreno, o que dificultou ainda mais o apoio da tropa. Naquela situação, quem indicou a posição no rádio comunicador foi o próprio policial baleado.

Mesmo baleado, esse trabalhador não deixou de seguir os procedimentos de segurança da equipe, pois se manteve no local, mesmo sabendo que o tempo de socorro pudesse determinar sua vida. Ele fez sua escolha, comunicou via rádio e aguardou apoio para ser socorrido com segurança. Nota-se, nesse caso, um *equilíbrio*, citado por Schwartz e Durrive (2016, p. 37) como questão de arbitragem entre uso de si pelos outros e as reformatizações que esse policial fez, considerando suas singularidades, o tempo e espaço que estava, mas também seus conhecimentos anteriores, as relações estabelecidas com esse mundo em que outras normas lhe foram apresentadas (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016, p. 40). Quantas dramáticas podem ser observadas aí, naquela equipe, nos demais que ouviram o pedido de ajuda via rádio.

A situação envolvendo esse episódio real nos leva a narrar parte do que fora lembrado durante esse encontro:

Este policial, após sentir o forte impacto contra o seu rosto, passou a mão na testa e sentiu o sangue escorrendo nas mãos. Falou com os outros dois policiais que o acompanhavam que achava que havia sido baleado, mas, como os outros não conheciam bem a região para indicar a localização deles, o policial baleado optou por tentar se comunicar no rádio. Ele ficou lúcido até ser socorrido ao hospital, por isso acreditou que o disparo contra ele fora de raspão, porém a munição de cal. 380 parou no osso do crânio. Para confirmar a perfuração e o projétil alojado na cabeça, o policial baleado, nesse terceiro encontro, pegou o celular dele, abriu no arquivo de fotografias e apresentou na tela do celular uma imagem da tomografia tirada no hospital em que ele fora socorrido, indicando onde e como a “bala” se alojou. Feito isso, esse policial solicitou que passassem de mão em mão o celular para que todos visualizassem a foto. Um dos militares ao pegar o celular do outro à sua direita, repassou ao da esquerda sem olhar para a tela, evitando a imagem, e fazendo sinal com o rosto de que parecia estar angustiado.

A angústia com o relato do policial também foi perceptível entre os policiais, grande parte do grupo que ali estava baixou a cabeça no momento que ouviam o relato. A reação do policial ao repassar o celular ao outro do lado, sem visualizar a tela, indicava certa negação diante dos fatos, pois parecia não querer ver repetido o fato diante dele. Será que teve medo o policial que recusou visualizar a imagem? Medo de demonstrar alguma emoção na frente daquele grupo? Não demonstrar fraqueza, “controlar os impulsos” (MAGALHÃES, 2015, p. 53) é uma norma processada por essa organização para que o policial consiga realizar seu trabalho diante da sombra do perigo iminente.

Ainda durante essa discussão, enquanto um policial mencionava certo fato ocorrido, outro policial proferiu de maneira evidente uma interjeição que soou como uma discordância. O primeiro militar lembrava com palavras e gesticulava para demonstrar a correta técnica utilizada por ele nas ações de fatiamento⁵⁴. O momento do *frisson* ficou registrado quando este policial expressou algo sobre “ser técnico” ao usar o correto fatiamento nas condutas de patrulha. Ele se referia tanto a si mesmo quanto ao grupo como capacitados tecnicamente para o correto emprego dos meios conhecidos e ensinados sobre doutrina de patrulhamento. Após a fala do policial, perguntei ao outro trabalhador que fez a interjeição sobre como ele entendia a execução do fatiamento. Havia, então, naquele contexto, uma atividade de trabalho policial vista de modos aparentemente dessemelhantes entre eles, o que pontuei como pertinente para o compartilhamento dos saberes da atividade policial militar. Em outras palavras, o policial que fizera a interjeição defendia que os policiais, na rua, não eram tão protocolares assim, e que outras escolhas são feitas a depender da situação. Para exemplificar a fala, este policial especificou sua ação no dia da ocorrência do policial baleado, disse ele:

Nem sempre eu uso a técnica correta na prática... quando eu ouvi o pedido de prioridade no rádio, falando que havia um policial baleado, eu, que era ponta dois da patrulha, corri com minha arma em punho, o mais rápido possível, junto com o policial que, até então, era o retaguarda da patrulha, em direção ao possível local que se encontrava o policial ferido. Nisso, o ponta um da patrulha ficou para trás, pois ele estava com um armamento longo que dificultava correr pelo terreno. Nos expusemos mais ao perigo

⁵⁴ Fatiamento é uma técnica policial utilizada com o emprego do armamento em que cada trecho (fatia) de um espaço físico, como um cômodo, um beco, é visualizado na tentativa de se antecipar a eventuais perigos que possam surgir.

diante da situação do amigo. (Policial “I” – diário de campo em março de 2019).

A questão que surgiu, de certo modo, foi: seremos protocolares e morreremos na rua? Ou, de outra forma, recusaremos o protocolo e morreremos na rua? Estamos entre a “cruz e a espada”? Nem um, nem outro.

Aqui, mais uma vez, falamos de uma instituição militar, rígida por seus ensinamentos, fechada em seu mundo de valores, restritiva no seu ato de se comunicar, mas cujos sujeitos inventam, a partir de seus atos industriais e diante das situações reais do trabalho, para que as renormatizações permitam a própria realização das tarefas (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016, p. 31). Inventar para que seu *mister* seja realizado; inventar por meio da própria atividade de trabalho policial militar; inventar para que se sobreviva; inventar para minimizar o perigo. Enfim, é inegável que, por mais disciplinar que seja a instituição, a invenção humana é utilizada como um recurso desse trabalhador para a (re)construção de normas, maneiras de ser, de viver, de sobreviver, como diriam Schwartz e Durrive (2016, p. 36).

6.2.3 O “corpo-si” PM: “o comer com olhos” e as economias do corpo

Algumas dessas formas de renormatizar a atividade de trabalho policial, como o “comer com os olhos” e as economias do corpo, foram problematizadas pelos participantes, mostrando que havia saberes produzidos por eles que se naturalizavam. Como exemplo, podemos citar o saber produzido com a ação de abordar. Em determinado momento do encontro, os policiais interviram para explicar o que é abordagem *stricto sensu*. Diante de uma dúvida da estudante que acompanhava os encontros, eles estabeleceram a diferença entre abordar e realizar uma busca pessoal. Narraram, ainda, que há uma recomendação jurídica⁵⁵ para que homens não façam a busca pessoal em mulheres e descreveram como é realizada as buscas pessoais nos abordados.

⁵⁵ A recomendação jurídica apontada pelos policiais refere-se ao teor do art.249 do Código de Processo Penal Brasileiro, o qual descreve que: “a busca em mulher será feita por outra mulher, se não importar retardamento ou prejuízo da diligência” (BRASIL, 1941).

Por meio de uma diversidade de outras falas, eles demonstraram que existe um saber sobre o ato de abordar para além do que fora prescrito. Os policiais explicaram, por exemplo, como abordam uma mulher sem tocar seu corpo ou expô-lo. Utilizaram para exemplificar as diversas ocasiões em que precisaram pedir às abordadas para que sacudissem a blusa, sem expor os seios ou outra parte íntima, a fim de tentarem identificar, pela observação, se havia com aquela abordada uma arma de fogo que pudesse colocá-los em situação de perigo. Também lembraram que já pediram às abordadas para que soltassem os cabelos, haja vista que já se depararam com mulheres prendendo entorpecentes no meio dos cabelos.

De outro modo, também há um compartilhamento entre os PMs de que é prudente evitar que suas parceiras policiais femininas abordem um homem durante o serviço. Eles ressaltam que não há nenhuma normativa que impeça esse ato. Mas, entre eles, há um pensamento compartilhado de que podem evitar maiores problemas, pois já vivenciaram situações em que uma policial feminina precisou realizar a busca pessoal em um homem e o abordado foi desrespeitoso com a policial.

Ainda sobre esse saber do abordar, os policiais descreveram com palavras e gestos a técnica da abordagem e da busca pessoal. Nesse processo, revelaram que nem sempre conseguem abordar corretamente, dadas peculiaridades de cada local em que estão trabalhando. Por exemplo, se o ambiente operacional tem pouco espaço, como um estreito “beco” que mal passa um policial com todo o equipamento ajustado ao corpo, eles não conseguem realizar a técnica conforme o prescrito, tendo que se “desdobrar” para se adequar à realidade.

Ao fazer análise desse ato de se “desdobrar” no ambiente operacional policial, relembremos o exemplo citado por Schwartz e Durrive (2007, p. 39) sobre o trabalho real de uma operadora da fábrica de montagem de televisores da década de 70. Mesmo diante de um esquema teoricamente definido e prescrito para a linha de montagem, a operária reorganizava permanentemente seu posto de trabalho. Os ergonomistas que estudavam aquela situação ressaltaram que não só ela, mas também as demais operadoras alteravam a sequência lógica de disposição das caixas (as quais continham elementos como resistências e capacitores a serem inseridos nas placas dos televisores), nunca sendo igual aos métodos teóricos

definidos pela fábrica; ao mesmo tempo, nunca sendo igual aos que elas mesmas redefiniram em outro momento. Essa atividade das operárias, produzida na distância entre o esquema teórico e o esquema real, sempre era ressingularizada, ou seja, reorganizada considerando cada sujeito em seu posto de trabalho. Nesse contexto, existe um elemento enigmático, que Schwartz e Durrive (2007, p. 44) chamam de “corpo si”, que atravessa a atividade de trabalho e que permite essas ressingularizações. Sobretudo, é preciso entender que esse atravessamento ocorre porque na atividade humana sempre existirá um sujeito de história, cujas características morfológicas, psicológicas, e culturais o levam a se “desdobrar”, para redesenhar seu esquema de trabalho. Diante de cada história particular, as escolhas sobre as formas de trabalho tendem a seguir um nível que Schwartz e Durrive (2007, p. 44) denominam de “economia do corpo”. Se o policial, diante dos imprevistos, semelhante às operárias, modifica sua postura corporal para reduzir seu espaço de trabalho, compreendemos o uso desse “corpo si” que permite ao sujeito deliberar sobre uma forma menos fatigante para realizar a tarefa.

No meio das conversas, observamos uma das falas do Policial “B” sobre o momento de abordagem, mais especificamente sobre a decisão de abordar um indivíduo ou outro. Disse o policial: “Na hora você saberá quem vai abordar, porque o cara balança, o cara se denuncia que está errado. Você tem que ‘comer o cara com os olhos’”. Essa expressão “comer com os olhos” define um modo de fazer policial que muito se relaciona com esse conceito de “economia do corpo”. Esse “comer o cara com os olhos” representa uma observação detalhada do policial sobre as pessoas que ele julga serem passíveis de abordagem. Trata-se de um olhar concentrado, um olhar analisador, um olhar que encara o outro. Diria que se trata de uma “força no olhar”, uma comunicação não verbal associada a uma postura policial que impõe certa dissuasão ao outro. Se ele consegue “comer o cara com os olhos”, a sensação produzida pelo policial pode, inclusive, desestimular uma reação violenta do outro. Nesse sentido, o policial não precisará, por exemplo, entrar em conflito estritamente corporal com o outro. Assim, o trabalhador faz gestão da atividade, evita uma abordagem verbal equivocada e/ou perigosa e economiza seu corpo no trabalho.

6.2.4 Um pouco de possível para ser vivível: atividade policial e saúde

A ergologia auxilia a entender que nos espaços onde a atividade encontra condições para ser repensada e renormatizada e onde os sujeitos são compreendidos pela organização do trabalho como corresponsáveis e coautores da realização da atividade, há tensionamento das normas no sentido da produção de saúde. Seja no ato de se “desdobrar” para reorganizar as prescrições do serviço, seja na “economia dos corpos”, há ações apreendidas pelos policiais que fazem desses sujeitos os protagonistas de seu próprio trabalho e que fazem dessa organização um campo aceitável para se promover saúde.

Canguilhem (2015) já aludia que a atividade humana é uma atividade normativa, portanto, lugar em que o sujeito é capaz de (re)criar normas e ampliar vias de promoção de saúde. Nesses encontros, em que o policial compreende que esse “desdobrar” é uma ação normativa que o permite, de fato, realizar a atividade, e, assim, aproximar-se da atividade real, entendemos que há um diálogo de um sujeito – diria de um sujeito normativo – construtor de história. Essa ação deliberada e recheada de escolhas atravessadas por esse emaranhado mundo singular dos sujeitos é promotora de saúde no trabalho.

Aqui falamos de um sujeito compreendido no seu mundo de trabalho como construtor/gestor de normas. Enquanto as experiências práticas do ofício de PM eram faladas, percebemos a construção de um espaço de normas que se desdobrava em produção de saber e valores instituídos para o enfrentamento de situações operacionais em prol de vida no trabalho. É por isso que o policial militar baleado não abre mão de sua segurança e escolhe esperar o apoio para, após isso, deslocar-se com segurança até a viatura. A permanência do policial nessa profissão entrecortada de riscos e situações de perigo tem razão de ser quando esse sujeito se sente capaz de enfrentar essas adversidades em defesa da própria saúde, saúde como norma de vida. Por isso, entendemos “o encontro de encontros” com os participantes policiais como troca de experiências, compartilhamento do cotidiano de valores, e cenário que propiciou acessar saberes que coadunam com práticas mais saudáveis no trabalho. Dizemos saudáveis pela via da normatividade, no sentido de recriar normas para lidar com as intercorrências que são diárias.

Por outro lado, não é possível negar que essa organização de trabalho também imprime exigências e constrangimento ao trabalhador, na medida em que reforça práticas que dificultam ao sujeito ser um homem/mulher protagonista da atividade, ou que geram entraves a realização das atividades policiais. Exemplo disso foram os reflexos da crise da segurança pública, em 2017, citados pelos participantes como gerador de entraves e impactos negativos na forma de agir no trabalho. Esse é um mundo que impede a produção do saber, que limita os sujeitos ao prescrito, que desconsidera os atos inteligentes impressos na atividade de trabalho como fruto da atividade humana, assevera um quadro de adoecimento e, talvez, por isso houve um recrudescimento de patologias de ordem psicológicas atribuído ao cenário de crise e ao pós-crise na PM. Ressaltam Araújo, Ferreira e Almeida (2015, p. 83) que “[...] quando o trabalho não contempla a sua função psicológica, quando ele se confunde com execução de procedimentos, constata-se vivências de impotência [...]”.

Não obstante, nesse contexto em que o indivíduo não se sente participante do processo de trabalho ainda é possível notar sujeitos fomentando um discurso de que só fazem o que lhe é pré-determinado. Ainda que muitas vezes imbuídos de uma crítica à organização do trabalho, esses indivíduos optam por não se moverem, por isso permanecem demasiadamente prescritos e hierarquizados. Acontece que essa restrição produz um cenário de impotência no ambiente de trabalho, diminuindo as alternativas de agir desses sujeitos, impedindo que eles produzam normas capazes de contornar as situações reais do serviço, gerando um ambiente de degradação que pode ser adoecedor para os demais a sua volta. Nesse tipo de cenário, compromete-se a realização da tarefa e coloca-se obstáculo ao desenvolvimento da atividade, anunciando quadros de extremos sofrimentos para esse indivíduo e para os outros. O enfraquecimento e a degradação da atividade colocam em risco a saúde dos trabalhadores. Conhecer essas restrições e entraves produzidos pela organização do trabalho na própria PM e pelos próprios sujeitos também é uma alternativa para compreender/transformar o cotidiano dessa vida laboriosa.

Se a PM, mesmo diante das exigências para que o policial realize as tarefas previstas – e qualquer organização de trabalho fará suas exigências sobre o trabalhador –, facilitar “o desdobrar”, pode haver uma oportuna mobilização para que

os policiais se sintam responsáveis pela construção de seu espaço de trabalho. Tal abertura pode contribuir com alguma sensação de autonomia sobre a gestão do trabalho desses sujeitos. Se essa ideia for experimentada pelos policiais, a sua vida no trabalho pode ser permanentemente renormatizada. Nesse passo, os PM's, de alguma forma, terão seus modos de agir afetados para experimentarem as adversidades sem se sentirem paralisados por elas. À vista disso, esse “desdobrar” perpassa como reorganização da própria atividade; é preservação de saúde no trabalho; é possibilidade desse sujeito se ver capaz de escolhas que lhe permitam viver.

Se não somos sujeitos fadados (e fardados também) apenas à adaptação ao meio, se queremos ampliar nossa vida, então, consoante Canguilhem (2015), precisamos ser reconhecidos e nos reconhecer como sujeitos normativos capazes de gerir vida no espaço em que permanecemos grande parte de nossa existência, ou seja, no trabalho. Por isso que compreender as dimensões singulares desses trabalhadores que sustentam a atividade real e conhecer esses sujeitos a partir do ponto de vista da atividade, torna-se importante para entender a gestão da saúde no trabalho.

Quanto mais aderentes aos processos de trabalho esses sujeitos se sentirem, quanto mais acesso aos saberes dessa atividade tiverem, quanto mais suporte organizacional para uma gestão do trabalho coparticipante lhe forem facilitadas, mais disponibilidade eles terão para enfrentar o real da atividade, pois estarão expostos a outras normas de vida para gerir as “infidelidades do meio” e ampliar a saúde (CANGUILHEM, 2015). Por isso, neste estudo, apostamos que o compartilhamento desses saberes policiais construídos em seu dia-a-dia é um importante viés para uma vida mais potente no trabalho, contribuindo para produzir saúde.

Cuidar do trabalho é cuidar do trabalhador policial, por conseguinte, é cuidar de sua saúde. Portanto, a análise coletiva sobre a atividade de trabalho pode auxiliar a reformular a vida desses sujeitos. Apostamos nessa ferramenta ergológica, ou seja, as conversas sobre a atividade de trabalho policial, para ampliar os diálogos a partir dos saberes do ofício desses participantes, visibilizando esses saberes e possibilitando escolhas e criação de outras normas. “Assim, não só ao trabalhar,

mas no próprio viver, ao experimentar a saúde, a questão da gestão está colocada como uma potencialidade humana, sem a qual não se vive” (SOUZA; ATHAYDE, 2011, p. 140).

6.2.5 O “tirocínio policial” como elemento da vida no trabalho

As intervenções, em cada encontro, simbolizavam o que Schwartz e Durrive (2016, p. 357) diziam sobre “capitalizar o encontro”. Os próprios trabalhadores, durante os momentos de conversa, articulavam o conjunto de normas de vida de si e do outro com os conhecimentos técnicos policiais, com sua vivência de mundo, com suas histórias, com suas escolhas. A lacuna apontada por eles entre a formação e a rua, uma lacuna cujo desafio era superar essa “cacofonia normativa” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016, p. 350), acabava sendo gerida por eles mesmos, até mesmo para darem conta de viver.

Já referendavam Schwartz e Durrive (2016, p. 154) que “o esforço de viver o incita a reinvestir os saberes se juntando ao específico, a reinscrevê-lo nos seus debates de valores, a fim de torná-los significativos para sua existência cotidiana”. Se reinventamos, acolhemos as normas antecedentes como “relativamente pertinentes” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016, p. 33). Se reinventamos, abrimos espaço para a criação humana. Se reinventamos, é porque somos capazes de produzir novos saberes. Portanto, conhecer a correta forma de execução do fatiamento e reinventar a partir desta é o que torna possível a atividade de trabalho policial. De forma efetiva, esse é o encontro dos saberes constituídos no universo científico com os saberes e valores instituídos na atividade, conforme citam Schwartz e Durrive (2007, p. 274).

Alguns dos temas discutidos pelos trabalhadores policiais também destacaram as singularidades de cada situação, algo que vai se somando às experiências. Muitas vezes, falar de segurança pública remete esse sujeito a um discurso “polícia *versus* criminoso”. Isso é perceptível quando o foco é colocado sobre os resultados, ou quando se visualiza implementação de políticas de segurança entrecortadas por um sentido de “enfretamento da criminalidade”. Nos encontros, alguns policiais

ressaltaram a importância de “pegar o bandido”, “dar cadeia no ladrão”. Entendemos que essas questões ditas parecem representar o resultado que aqueles policiais entendem como sentido de existir dessa corporação. Ou seja, a forma de policiar da PM deveria se voltar para que o produto mensurável dessa atividade fosse contabilizado pelos “enfretamentos”.

A avaliação da prestação de serviço policial vai portando se focalizar no domínio que pode parecer traduzir um resultado, uma eficácia, uma mobilização, isto é, no domínio repressivo. [...] Se alguém duvidava disso no seio da polícia, a administração se empenha em difundir quadros comparativos cujos indicadores não deixam aos chefes de serviço nenhuma dúvida sobre o que se espera deles: número de prisões preventivas por funcionário, número de prisões preventivas por habitante, taxa de elucidação etc. [...] O guarda que recebe uma carta de felicitações do diretor porque prendeu em flagrante delito um assaltante tem certeza de que não a teria recebido pelo trabalho paciente e invisível que tivesse prevenido – mas como estar seguro disso? – o assalto. Do grande golpe que traz notoriedade, medalha e promoção, até a caça à cabeça cotidiana, toda a profissão policial, assim, se convence – e é confirmada em sua convicção pela hierarquia, o ministro e a mídia -, que a repressão ao crime é sua tarefa prioritária, se não exclusiva. (MONJARDET, 2012, p. 159-160)

Diante dessa ótica do resultado, alguns participantes se queixaram da modalidade de policiamento em Ponto Base (PB)⁵⁶. Diziam que a manutenção de uma equipe fardada, com a viatura parada no espaço público, não surte nenhum resultado para o serviço de polícia. Esses trabalhadores, portanto, acreditam que um policial parado em um ponto base, com uma viatura estacionada, não é o modo mais adequado para se policiar. Para eles, o serviço de polícia está relacionado com a ação pós-crime, ou seja, “parados” esses policiais nunca iriam realizar as prisões dos criminosos. Um dos policiais ressaltou: “se uma pessoa for assaltada na rua de trás onde está aquela viatura parada, o policial nem vai ver. É um desperdício de recurso” (Policial “K” – diário de campo em abril de 2019).

De forma ambivalente, outros policiais contestavam, ressaltando que essa presença policial tem resultados sobre a segurança das pessoas. A discussão foi continuada e o discurso da maioria dos participantes evidenciava uma crença numa “polícia do

⁵⁶ O ponto base ou PB designa um procedimento de policiamento que consiste em manter uma viatura parada, com seus sinais luminosos acionados, em um local de grande circulação de pessoas. Da mesma forma, os policiais que compõem essa guarnição devem permanecer posicionados de forma a serem visualizados ao lado dessa viatura. A ideia do ponto base, portanto, é a ostensão, ou seja, garantir a presença policial fardada e, por essa ação, causar uma sensação de segurança àqueles que ali transitam, inclusive dissuadindo potenciais criminosos.

confronto”. Essa, porém, é uma discussão que pode estar sendo produzida por uma organização do trabalho cujas produções sociais ainda permanecem muito arraigadas em remediar conflitos. Se se considerar que a estrutura de segurança pública estadual está ligada a outras duas forças públicas, as quais possuem missões bem diversas da polícia militar, isto é, as polícias civis e os bombeiros militares, há um indicativo importante de que “segurança pública”⁵⁷ não é assunto apenas de polícia militar, muito menos de polícia *versus* criminoso.

Sobre a validade de permanecer ou não com a viatura parada em determinados pontos da cidade surgiu outra questão. Os policiais indicaram que quem planeja as ações policiais são os oficiais e responsabilizaram os superiores hierárquicos por manterem esse tipo de “policimento parado” do tipo “PB” que não traz resultados. Acrescentaram que esse modelo torna o serviço policial totalmente engessado e que cria uma falsa sensação de segurança para a sociedade. Essa modalidade de policiamento discutida no encontro serviu para indicar que os participantes veem com desconforto quando ações são planejadas pelos superiores sem considerar o saber do dia-a-dia de quem está na rua; nesse caso, as praças. Nessa conjuntura, autores como Minayo, Souza e Constantino (2008) salientam a separação entre o “pensar” e o “agir” na corporação, como se aqueles responsáveis pelos planejamentos das operações desconsiderassem as ações dos policiais frente às condições reais de trabalho. Isso acaba por provocar uma sensação de desvalorização daqueles que são o “ponta da lança” do serviço operacional.

Essa depreciação também é sentida pelo trabalhador policial quando seu ofício não é visto pela sociedade. Para Schwartz e Durrive (2007, p. 193 e 194) “um certo número de profissionais constata que sua atividade é desconhecida, às vezes em um tal grau, que eles devem defender seus pontos de vista e se afirmarem gestores de uma irreduzível variabilidade”. No Brasil, somos minimalistas quando atribuímos à segurança pública o “controle da criminalidade” – jamais seria possível esse controle. Falar de segurança pública neste Estado-nação tem sido o mesmo que restringir aos indicadores que aludem apenas ao crime e à violência. Talvez a

⁵⁷ De acordo com o art. 144 da CF 88, os órgãos que compõem o sistema de segurança pública são: a polícia federal, a polícia rodoviária federal, a polícia ferroviária federal (cargo em extinção), as polícias civis, as polícias militares e os corpos de bombeiros militares.

limitação desse conceito tenha sido asseverada no discurso de formação da própria Polícia. Disso subtraímos quão presentes são determinados valores que a própria tropa traz sobre modalidades diferentes de policiamento. Por exemplo, a presença policial em um ponto base não parece, para alguns policiais, atribuição de polícia; ou se for, está bem longe de alcançar o intento policial, era essa a expressão compartilhada por grande parte daqueles policiais.

Há um jargão comumente dito na PMES que retrata o seguinte: “o que é de todo mundo é de ninguém”. Em outros termos, afirmar que “segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos”⁵⁸ é responsabilizar o coletivo pela sua efetivação, ao mesmo tempo em que não parece ser responsabilidade de ninguém. Como apontada no texto constitucional, ela é de direito de todos, mas isso é diferente quando se pensa na prática. Quando o Estado atribui esse dever a ele mesmo e a outros não significa dizer que o processo de responsabilização seja atravessado por cada um de nós e pelos órgãos constituídos da forma como ele (Estado) pretendeu. Talvez a responsabilização vigore mais como um discurso retórico. Nesse sentido, o discurso de polícia *versus* criminoso não é só uma fala do policial, mas de toda a estrutura estatal que faz com que os índices de violência sejam taxados como sinônimo de (falta de) segurança pública.

Todavia, outros policiais reforçam que a PM sozinha não é capaz de sustentar uma noção tão ampliada de segurança pública. Sobre esse uso dos policiais que reconhecem *pari passu* a limitação de suas atribuições constitucionais, vale citar uma metáfora, a síndrome da rainha vermelha, que parece bem representar essa sensação que paira entre nós policiais de que, no que diz respeito a problemas mais generalizados e complexos, as ações de um órgão de segurança pública parecem não fazer qualquer avanço. De acordo com Santos (2006, p. 37),

Aproveitei essa sugestão para cunhar a expressão “síndrome da Rainha Vermelha” e empregá-la em outro contexto. [...] Os esforços policiais, mesmo quando desenvolvidos em sua intensidade máxima, costumam redundar em “lugar nenhum”, e o cotidiano de uma intervenção que se faz presente apenas e tão somente quando o crime já ocorreu parece oferecer

⁵⁸ Ao tratar da Segurança Pública, a CF 88 já apresentava, em seu art. 144, que a “segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”. (BRASIL, 1988).

aos policiais uma sensação sempre renovada de imobilidade e impotência. “Corre-se”, assim, para se permanecer onde está, diante das mesmas perplexidades e temores. (SOARES, 2006, p. 37)

As experiências trazidas dessa atividade e discutidas nos encontros contribuíram para se pensar o real da atividade de trabalho do policial militar do ponto de vista daquele ofício denominado “ponta da lança”. Concordo com a afirmação de Monjardet (2012, p. 95) quando diz que “a iniciativa, a ocorrência, o imprevisto, a decisão sensível, etc. emanam do mais baixo nível hierárquico” e acabam sendo decididos pelos policiais no “calor da situação”. Portanto, sob o propósito da perspectiva Ergológica, analisamos a atividade como um encontro em que os trabalhadores policiais são capazes de renormatizar suas vidas (SCHWARTZ, 2011, p. 320) e assim atuarem na construção da história.

Para tornar mais visível a atividade de trabalho em nossas conversas, apostamos também em compartilhar e coanalisar os saberes desse ofício, as questões do dia-a-dia não ditas e que passam despercebidas, como, por exemplo, a preparação de cada policial antes de assumir o serviço propriamente dito. Em meio a uma fala e outra, fomos questionando esse cotidiano. A partir desse ponto, um dos PM's, entendendo a amplitude do seu serviço, contou como ele fazia:

Antes, tenho que falar da minha vida, porque eu faço faculdade de manhã na UFES e eu assumo o serviço às 13h. Na noite anterior eu passo a farda, deixo ela pronta na bolsa para levar para o serviço. E também tem o coturno, preciso engraxá-lo. As outras peças do fardamento já ficam prontas na mochila para eu levar ao trabalho. Porque de manhã é muito corrido. Ao chegar no serviço, eu visto a farda no alojamento (Policial “L” – diário de campo em abril de 2019).

Ao trazer para análise partes desses relatos, percebo que os policiais paulatinamente identificam que outras dimensões do trabalho fazem parte da atividade, para além do que eles chamam de “fazer” policial. Tais elementos até então eram marginalizados na discussão, pois não eram vistos como parte dessa atividade de trabalho, o que inclui, por exemplo, a preparação do fardamento no dia anterior da realização do serviço.

De igual modo parece invisibilizado que a atividade de trabalho policial dispõe de um momento de “parada para comer”. Os policiais dizem que também “param” para

consumirem suas refeições. “Parar” no sentido de dispor de um momento em que possam se alimentar com um mínimo de segurança possível, até porque a atividade policial não para. Se for necessário realizar essas refeições durante a confecção de uma ocorrência, em uma delegacia, eles farão as duas coisas ao mesmo tempo. E talvez esse seja o único momento de “parada” em um turno de serviço.

A partir do momento em que o trabalhador policial se dispõe, nessas conversas sobre sua atividade laboral, a falar e a incluir o outro, ele se lança sempre em direção ao encontro entre as “normas antecedentes” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2016) e a peculiaridade da sua inventividade do aqui e agora. Esse é um fato perceptível nos encontros, mormente quando os participantes colocam em destaque algo aparentemente tão comum, mas sobre que ainda não tinham considerado parte do trabalho. São exemplos disso as pausas para refeições e a preparação prévia do fardamento supracitados, que são também, embora inicialmente não pareçam, parte da atividade de trabalho.

Como uma estratégia para que os policiais ampliassem o seu olhar sobre a atividade, suscitamos uma série de questões desse cotidiano esquecido. Dessa forma, fizemos perguntas sobre os procedimentos tomados quando o policial militar assume o serviço:

Estudante de Psicologia – Como é feita uma divisão de equipe de serviço? O que é equipar?

Policial “A” - Temos motorista e patrulheiros na equipe. Para se equipar é preciso ir ao andar onde está a seção de armamentos e solicitar ao armeiro o material que você quer no seu trabalho.

Estudante de Psicologia - Quem define o policial que será o motorista?

Policial “A” – Geralmente quem define é o chefe de guarnição. Aquele que comanda a viatura e senta na frente, do lado do motorista.

Estudante de Psicologia – Qualquer militar pode ser chefe da guarnição?

Policial “A” – Não, porque geralmente é função de cabo, sargento e oficial. Mas, se faltar algum desses, o soldado poderá assumir essa função.

Durante essa conversa, o Policial “A” explica passo a passo o procedimento. Ele afirma que todo policial ao entrar na viatura tem função específica e, a depender de cada uma delas, tem um lugar determinado para se posicionar, inclusive, sentar. Ele

informa também que o chefe da guarnição geralmente é o policial mais antigo daquele grupo e que o patrulheiro também executa outras tarefas, como anotar dados noticiados no rádio da viatura.

Estudante de Psicologia - Que tipos de anotações são feitas?

Policial "A" - Placas de veículos roubados/furtados, nome de pessoas, endereços de ocorrências, registros de materiais apreendidos, etc.

Estudante de Psicologia - Quando estão dentro da viatura, onde colocam as mãos?

Policial "A" - A mão? Então, você segura a arma.

Estudante de Psicologia - Qual arma que segura na mão?

Policial "A" - A arma de porte, pois a arma portátil (aquelas armas maiores) ficam ruins de manejar dentro de um espaço pequeno, como o interior de uma viatura.

Estudante de Psicologia – E vocês descem da viatura com a arma na mão?

Nesse momento, os policiais explicam que eles desembarcam da viatura com a atenção voltada para o perigo e a arma estará, na maioria das vezes, apontada para o(s) abordados(s). A estudante de psicologia então pergunta: – “E se o abordado estiver dentro de um veículo?”. Os policiais respondem que se aproximam do veículo, pedem aos passageiros para desembarcarem com as mãos na cabeça, ou outro local visível, e buscam um anteparo para servir de apoio aos abordados e, assim, os policiais realizarem a revista.

Os policiais relatam que, com o tempo, o próprio PM adquire uma expertise, o que eles chamam de “tirocínio policial”, isto é, conseguem identificar se esse “outro” está, por exemplo, armado, apenas pelo olhar. De onde surge esse tirocínio policial? Que saber é esse? O “tirocínio policial” é um saber produzido pelos policiais que está relacionada às experiências de vida, de trabalho, de resolução de ocorrências, enfim, do fazer policial. Trata-se de uma soma de elementos da atividade de trabalho que se subjetiva. É como se o policial estivesse antecipando suas ações a partir de experiências semelhantes já vividas ou ouvidas dos demais. Dessa forma, o trabalhador usufrui dessas “reservas de alternativas” para lidar com as situações de forma mais aproximada com a atividade real.

Diante desse quadro, mais uma vez convocamos a perspectiva ergológica para demonstrar que algo está sendo produzido nessa distância entre o real e o prescrito, um saber da atividade de trabalho policial que considera as experiências de mundo dos sujeitos, as singularidades e os valores da instituição. Há um mundo de trabalho imprimindo uma força sobre esses trabalhadores para que realizem o que é previsto. Da mesma forma, há um mundo de trabalho requerendo que esses indivíduos processem outros modos de ação sobre seu trabalho. Assim, a atividade é gerida e novas normas são produzidas. Entender esse tirocínio policial como fruto de um vazio de normas que, impulsionado pelo compartilhamento de mundos, exige do trabalhador essa articulação entre o que lhe foi ensinado na formação e a realidade cotidiana, é entender a atividade de trabalho policial como gestão de saberes que produz vida no trabalho.

Do conceito de atividade humana proposto por Schwartz e Durrive (2007, p. 46) faz parte a complexidade de experiências de mundo desses trabalhadores policiais. Nesse contexto, as experiências se inserem no trabalho policial militar, no entre o prescrito e o real. Nesse sentido, a aposta do trabalho ergológico em conhecer esse entremeio pode suscitar avanços significativos para a própria profissão policial.

As conversas possibilitaram que o trabalhador colocasse o seu ponto de vista em análise junto com seus pares. Por vezes, indo além do procedimental do que fazer e do que não fazer, a discussão implicou no confronto analítico ao apresentar, por exemplo, como deve ser uma abordagem e as diferenças existentes quando é feita a pessoas diversas, em lugares diferentes e por determinados policiais. No meio desse vazio de normas é que surgem os saberes do trabalho policial capazes de gerir a própria atividade, a vida.

Nesse exercício em que a atividade de trabalho policial foi debatida de forma coletiva, observamos a possibilidade de transformação das ditas certezas, tantas vezes instituídas no meio de trabalho policial, quando, por exemplo, os trabalhadores expressavam suas formas de ação e elas divergiam em relação às dos demais, mesmo diante de um único contexto. Esse foi, portanto, um momento de debate de normas em um mundo de valores que aproxima as experiências do coletivo em atividade de trabalho. Oliveira, Fonseca e Moehlecke (2016) apontam

que há modos de ser infindáveis, que não se restringem à pura execução da tarefa. Aqui reforçamos a crítica de que não há, no exercício do trabalho, apenas um indivíduo que executa, se fosse assim o “taylorismo continuaria gerindo todas as atividades de trabalho” (SCHWART; DURRIVE, 2016, p. 36). A multiplicidade própria do ato de se colocar no jogo da atividade de trabalho produz sujeitos, modos, formas, certezas e – por que não? – incertezas, outros modos, e novas produções de sujeitos.

É na formação contínua do policial, momento de reflexão sobre as variabilidades presentes na atividade do dia-a-dia, incluindo tantas incertezas e imprevistos, que se organiza este ofício e o modo de agir policial, que é pautado nos saberes produzidos pelos sujeitos que trabalham.

Finalizo ressaltando quão extraordinária foi a experiência de escrever sobre os trabalhadores policiais, tentando constantemente compreender as implicações da minha própria condição de policial militar. O objetivo foi sempre dar vista aos saberes policiais e tornar potente a gestão da atividade desses trabalhadores, inclusive a minha enquanto pesquisadora policial. Por fim, ficam algumas questões para que, quem sabe, sejam pensadas em outra oportunidade. Se não, que possam de alguma forma contribuir com uma melhor produção de vida no trabalho policial militar capixaba.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou apresentar, a partir da perspectiva ergológica, reflexões sobre os saberes dos trabalhadores que desenvolvem a atividade policial militar. O contexto desse estudo foi entrecortado por uma situação de colapso envolvendo a segurança pública, por isso, foi comum ouvir a palavra “crise” por várias vezes ao se lançar no desafio do encontro com os policiais. Invariavelmente, as histórias me afetaram tanto por ser eu a pesquisadora, quanto por ser também policial militar. Dessa maneira, o termo “crise” trouxe outras nuances: as próprias crises que estas vivências produziram ao se fazer o campo de pesquisa. A análise de implicação desses acontecimentos foi necessária antes, durante e, ousado considerar, depois dos encontros. As crises desestabilizam, mas também possibilitam novos olhares e exigem reformulação. Elas intercambiam novos encontros e fortalecem laços, assim como a própria atividade de trabalho. Mesmo normativa, tal atividade, como nos indica Canguilhem, pode contribuir tanto para a saúde quanto seu entrave pode gerar adoecimentos aos trabalhadores.

É, portanto, viável admitir que debater a saúde, sob o ponto de vista da atividade na Polícia Militar, é algo desafiador. Primeiramente, há um desconhecimento sobre essa via de estudo, o que acarreta desconfiança por parte dos trabalhadores sobre as formas de se pesquisar; em segundo lugar, o próprio espaço de trabalho dessa organização costuma se fechar para outras possibilidades de se pensar a saúde que não seja pelos aspectos biologicistas, muito utilizados como indicadores de saúde da população; em terceiro, a via acadêmica ainda constitui este como um território de difícil aproximação. Há, ainda, tantos outros motivos, históricos e culturais, que conformam estereótipos difíceis de serem abandonados em apenas um estudo.

Foi durante o processo de busca por facilitar a discussão que pretendíamos com o grupo, ou seja, na tentativa de produzir conversas sobre a atividade de trabalho policial militar, que inúmeras estratégias foram testadas. Ficou clara, então, a necessidade de pensar criteriosamente o método e enfrentar as incertezas que o campo apresentava. Tal trabalho criterioso gerou duas questões importantes para este estudo: o modo de se fazer pesquisas com a PM e a confiança necessária para a construção do campo. A partir desses dois tópicos, outros itens compareceram

como pontos de análise. Sem dúvida, o percurso adotado suscitou reflexões desta pesquisadora policial que não havia considerado que pesquisar a polícia pela própria polícia – ou, de outro modelo, o processo de pesquisas *com* – fosse algo tão singular.

Pesquisar com policiais fortaleceu a dimensão do compartilhamento, característica *sine qua non* de pesquisas que se enveredam pelas Clínicas do Trabalho. Vivenciar junto, mas pela perspectiva do estranhar um território conhecido, culminou na necessidade de elaborar e reelaborar alguns acordos e de convidar um olhar estrangeiro. Consideramos que incluir uma aluna de Psicologia no diálogo possibilitou uma nova ordem de discursos dos participantes para aquela que não conhecia, como atividade de trabalho, aquele viver. Foi ao explicar, ao acertar a fala, ao contar casos para aquela que desconhecia, que um novo modo de agir com a tenente-pesquisadora se desvelou. As anotações realizadas nos encontros permitiram criar um diário de campo compartilhado, fortalecendo mais uma dimensão do pesquisar e refletir “com”.

Nesse ínterim, nos tomava a questão: Como analisar os saberes policiais com os policiais, se era fundamental para tal a confiança? Para confiar não há uma receita de bolo; confiança é algo que se constrói. Neste ponto, coube analisar como o fator confiança é cabal para a realização de pesquisas com a polícia. O estar “ombro a ombro”, a camaradagem, o “espírito de corpo”, as inúmeras escolhas realizadas na atividade policial, desde a definição de quem irá trabalhar “lado a lado” em uma jornada de 12 horas em uma viatura a outras tantas escolhas, como o momento “mais seguro” para socorrer um agente ferido, tudo isso, para os policiais, é tratado a partir do que se considera ser confiança no outro e nos procedimentos de trabalho. Mas, até o momento deste estudo, eu não havia concebido que esse era um fator fundamental para se pesquisar a Polícia. Recordo-me da minha insistência, durante os primeiros encontros, sobre a assinatura do TCLE, como se esse instrumento, eticamente normatizado para servir como parâmetro de apresentação dos interesses do estudo, fosse suficiente para garantir a confiança necessária a esta pesquisa. De fato, os vínculos de confiança estabelecidos neste “encontro de encontros” foram construídos dia-a-dia, no contato, no compartilhamento de cada acontecimento, produzindo crises e, por isso, transformações.

Uma policial que aprende a ser pesquisadora! Policiais que estão vivenciando pesquisas que consideram seu próprio fazer... uma PM que passa a ser foco de estudos. Construir este estudo a partir da perspectiva ergológica, sem dúvida, ampliou o olhar sobre a atividade de trabalho policial. Trabalhar é também uma forma de existir, de dar sentido à vida. A “função psicológica” do trabalho alcança indivíduos, singularmente, mas, sobretudo, contribui para as formações de um coletivo e de uma história comum de trabalho. Por essas contribuições, as singularidades do ofício dos PM's são constituídas, os atravessam e somam-se às possibilidades para se transformar o trabalho. “Transformar”, aqui, é compreendido tanto no sentido dessa organização permitir que a atividade se realize com menos entraves e mais autonomia do trabalhador, quanto na perspectiva de que é no ínfimo do fazer que se pode perceber engenhosidades e ações criativas.

É, pois, no visibilizar os saberes, ao analisar coletivamente os atos industriais/engenhosos dos PM's, que se favorece a disponibilidade de um conjunto normativo para o enfrentamento das adversidades do dia-a-dia policial. Sobretudo, elegemos o compartilhamento dos saberes como um trabalho vivo de uma organização que, ao entender a importância de se recorrer às formas de agir dos sujeitos, ao mesmo tempo cria uma instância que permite se normatizar o trabalho, que se engendra o aspecto primordial para se produzir saúde.

Por mais fortemente hierarquizada que seja essa instituição, o estudo demonstrou que existe um lugar que a hierarquia opera com menos força: o saber policial. Opera com menos força ou é renormatizada esta mesma hierarquia? Há questionamentos que outros estudos poderão contribuir para ampliar as discussões. Longe de endemonizar práticas, de alocar em verdades pré-concebidas, esta aposta buscou disparar a conversa.

Quando se leva a sério o sentido da atividade, estamos diante de processos de trabalho que se preocupam com a saúde dos sujeitos, com a vida. Nesse contexto, a vida é entendida como uma atividade normativa cujos entraves podem afetar a saúde – saúde como norma de vida – desses PM's. Afinal, o saber nascido do dia-a-dia da profissão é o que mobiliza a atividade policial e, portanto, aumenta a

disponibilidade de recursos para se renormatizar no trabalho. Por outro lado, se os policiais não puderem ou não conseguirem reorganizar/rearticular seus diversos saberes profissionais, aqueles os quais são sempre antecedentes, organizados, fechados em si, normatizados em meio a lógica disciplinar e hierárquica, invariavelmente, o seu fazer diário se tornará limitado, desconsiderando, por conseguinte, a vida. Nesse passo, os entraves, ora impostos pela própria organização do trabalho, ora fomentados pelos policiais, dificultam e limitam a capacidade normativa desses sujeitos, o que poderá trazer, a reboque, a diminuição de suas possibilidades de vida e, até mesmo, quadros de adoecimento.

As análises indicam que a proposta para se coletivizar as experiências desses trabalhadores por meio do método ergológico se articula com os demais saberes parametrizados a partir do prescrito, isto é, do que fora normatizado nas formações policiais e nos treinamentos continuados desses trabalhadores. Importa notar que os processos de capacitação e atualização profissional foram, por vezes, lembrados pelos participantes como fatores de interferência sobre a atividade de trabalho, o que, por hora, trouxe uma discussão importante sobre o que é ensinado em treinamento e o que é realizado a partir desses conhecimentos prescritos.

Diante de todo o percurso metodológico, apostamos na construção de caminhos para pensar com os policiais e ampliar nosso olhar sobre a PM de modo a suscitar outras possibilidades para compreender as inúmeras particularidades envolvidas na atividade de trabalho policial militar, de uma tropa ordinária, em seu dia-a-dia.

Por tudo isso, alimento-me da convicção de que, ao analisar coletivamente a atividade de trabalho policial militar capixaba, a partir desse modo próprio do saber policial, estamos disponibilizando um pouco de possível para ser vivível. Da mesma forma, esse saber poderá ser debatido a partir de outras reflexões, incluindo o olhar sobre a atividade de trabalho pela própria perspectiva ergológica. Por conseguinte, enfatizamos, a partir do auxílio dessa perspectiva, a possibilidade de intervir e transformar as situações de trabalho junto com os trabalhadores, assim como de suscitar caminhos que contribuam com a aproximação polícia e sociedade, haja vista que estratégias situadas no trabalho que auxiliem os pm's a viver podem ser

levadas para outros âmbitos da vida, como renormatizar as relações com “os outros”.

8 REFERÊNCIAS

ALVES, E. (2004). **A face oculta do ensino policial militar e a formação do jovem policial**. (Dissertação de Mestrado). Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

AMADOR, Fernanda Spanier et. al. Por um programa preventivo em saúde do trabalhador na Brigada Militar. *Psicol. Cienc. Prof.*, Brasília, v. 22, n. 3, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932002000300009>. Acesso em: 03 ago. 2018.

AMADOR, F. S.; BARROS, M. E.B. de. Cartas a Foucault: em que estamos em vias de nos tornar em meio ao trabalho no contemporâneo? **Mnemosine**, Rio de Janeiro v. 7, n. 2, p. 17-31, 2011. Disponível em: <<http://www.mnemosine.com.br/ojs/index.php/mnemosine/article/view/226>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

AMADOR F. S.; BARROS, M. E.B.; FONSECA, Tania Mara Galli. (Orgs.) **Clínicas do trabalho e paradigma** estético. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

ANCHIETA, V.C.C. et. al. Trabalho e riscos de adoecimento: um estudo entre policiais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 27, n.2, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722011000200007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 15 fev. 2019.

ANDRADE, Edson Ribeiro de. Influência da auto-estima na saúde mental de policiais. **Revista LILACS/Index**, Rio de Janeiro, s.n, 2011, 149p. Disponível em: <<http://pesquisa.bvs.br/brasil/resource/pt/lil-605138>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

ARAÚJO, José Newton Garcia de; FERREIRA, Mário César; ALMEIDA, Cleverson Pereira de. (Orgs). **Trabalho e saúde: cenários, impasses e alternativas no contexto brasileiro**. 1. ed. Opção: São Paulo, 2015.

ATHAYDE, Milton; BRITO, Jussara. Um livro-ferramenta dialogo e seu uso na perspectiva Ergológica tecida entre nós. In: SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis. **Trabalho e ergologia**: conversas sobre a atividade humana. Niteroi, 2007. [p. 5-11].

BAYLEY. David. **Padrões de Policiamento**. São Paulo: EDUSP, 2001.

BECKER, G. Crime and Punishment: an Economic Approach. *Journal of Political Economy*. Vol. 76, n. 2, mar/1968.

BIZERRA, Maria da Conceição. Dimensão da Formação e Impactos Sociais: algumas conclusões. In: **Anais de políticas de segurança pública**, Recife, p 243-249, 2002.

BRASIL. Constituição (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891**. Rio de Janeiro: Congresso Nacional Constituinte, 1891. Fonte: Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 10 fev. 2019.

_____. Constituição (1946). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 1946**, de 18 de setembro de 1946. Rio de Janeiro: Assembleia Constituinte, 1946. Fonte: Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-republicacao-1-pl.html>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

_____. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 13 out. 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm>. Acesso em: 07 ago. 2019.

_____. Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983. Aprova o regulamento para as polícias militares e corpos de bombeiros militares (R-200). **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 04 out. 1983. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d88777.htm>. Acesso em: 11 set. 2018.

_____. Decreto nº 8.793, de 29 de junho de 2016. Fixa a Política Nacional de Inteligência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8793.htm>. Acesso em: 30 out. 2018.

_____. Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014. Disciplina o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública, em todo o território nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13060.htm>. Acesso em 24 out. 2018.

_____. Ministério Público do Trabalho. **Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho**. 2012-2017. Disponível em: <<https://observatoriosst.mpt.mp.br/>>. Acesso em: 16 abr. 2019.

BONOMO, M.; COLNAGO, B.; MAGALHÃES, J. do C. D.; SERRANO, E. V. Representações Sociais a partir do olhar policial militar capixaba: um cenário atual de transformação das relações sociais e de trabalho. **Revista Preleção**. Vitória, v. 15. 2019.

BURGESS, Ernest. The Growth of the City: An Introduction to a Research Project. *American of Sociological Review*. Vol. 18, 1923.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. Mulheres Policiais, relações de poder e de gênero da Polícia Militar de Minas Gerais. **Rev. Adm. Mackenzie**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 71-99, mai/jun. 2010.

CARNEIRO, L. “**Violência Urbana, Segurança Pessoal e Criminalidade**”. In “América Latina, Desafios da Democracia e do Desenvolvimento”. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: IFHC, 2009.

CLOT, Yves. **A função psicológica do trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

COELHO, Maria Thereza A. D.; FILHO, Naomar de Almeida. Normal-patológico, saúde-doença: revisitando Canguilhem. In: **Physis, Revista saúde coletiva**, Rio de Janeiro, 1999. p 13-36. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v9n1/02.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

COUTO, G.; BRITO, E.; VASCONCELOS-SILVA, A; LUCCHESI, R. Saúde mental do policial militar: relações interpessoais e estresse no exercício profissional. **Psicologia Argumento**, Porto Alegre, v. 30, n. 68, jan.mar. 2012. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/pa?dd1=5896&dd99=view&dd98=pb>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

DEJOURS, C. **Da Psicopatologia à Psicodinâmica do Trabalho**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

DELEUZE, G. **Lógica do sentido**. São Paulo: Ed Perspectiva, 1998.

DESPRET, Vinciane. *Leitura etnopsicológica do segredo*. **Fractal, Rev. Psicol.** [online]. 2011, vol.23, n.1, pp.05-28. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-02922011000100002&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: jun. 2019.

ESPÍRITO SANTO. Decreto nº 254-R, de 11 de agosto de 2000. Aprova o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Espírito Santo.

_____. Decreto nº 4070-R, de 01 de março de 2017. Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES) e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado do Espírito Santo**, Vitória, ES, 02 mar.2017.

_____. Lei nº 3.196, de 09 de janeiro de 1978. Dispõe sobre o Estatuto da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo. **Diário Oficial [do] Estado do Espírito Santo**, Vitória, ES, 24 fev. 1978. Disponível em: <<http://www.pm.es.gov.br/legislacao/legislacao.aspx>>. Acesso em: 06 jul. 2014.

_____. Portaria nº 508-R, de 19 de agosto de 2019. Aprova as Instruções Reguladoras dos Documentos Sanitários de Origem dos Militares Estaduais do Estado do Espírito Santo (IRDSO). Anexo ao BCG nº 033, de 19.08.2010.

_____. SESP. 2015.

_____. POLÍCIA MILITAR. Plano Estratégico da Polícia Militar do Espírito Santo - PMES (2018-2019). Vitória, 2019.

FAHNING, J. R. S. *et al.* **Manual de Operações de Choque**. Vitória: [s. n.], 2012.

FAÏTA, Daniel. **Análise Dialógica da Atividade Profissional**. Rio de Janeiro: Express Editora, 2005.

FERNANDES, J. A da C.; COSTA, J. C. **Segurança Pública: convergência, interconexão e interatividade social**. Vitória: Ed. do Autor, 2012.

FERREIRA, Daniela Karina da Silva. **Condições de saúde, de trabalho e modos de vida de policiais militares: estudo de caso na cidade do Recife-PE 2009**. 202f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, FIOCRUZ, PE, Recife, 2009.

FERREIRA, Heraldo Simões; SAMPAIO, José Jackson Coelho. Tendências e abordagens pedagógicas da Educação Física escolar e suas interfaces com a saúde. In: **Revista digital- EFDeportes.com**, Buenos Aires, ano 18, n.182, jul de 2013. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd182/tendencias-pedagogicas-da-educacao-fisica-escolar.htm>>. Acesso em: 24 jun. 2015.

FIGUEIREDO, Marcelo; ATHAYDE, Milton; BRITO, Jussara; ALVAREZ, Denise. (orgs) **Labirintos do trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FOLHAVITÓRIA. **Após dois anos de greve da PM, crise na segurança pública ainda gera reflexos**. Disponível em:

<<http://www.folhavoria.com.br/videos/2019/02/1549318922565211391.html>>.

Acesso em: 05 de fevereiro de 2019.

_____. **Mais de 2 mil militares ainda respondem processo por greve**.

Disponível em

<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjyJ_0pLTkAhV3lLkGHQH4DYoQtwlwAHoECAkQAQ&url=https%3A%2F%2Ffolhavoria.com.br%2Fvideos%2F2019%2F02%2F1549318922565211391.html&usq=AOvVaw3iUPNBijYJ5zfhJnGXu-8N>. Acesso em fev. 2017

_____. **PMS tem crise nervosa e lotam pronto-socorro do HPM em Vitória**.

Disponível em: <<https://www.folhavoria.com.br/policia/noticia/02/2017/pms-tem-crise-nervosa-e-lotam-pronto-socorro-do-hpm-em-vitoria>>. Acesso em: 03 fev. 2017.

FONSECA, T. M. G; NASCIMENTO, M. L do; MARASCHIN, Cleici. **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017**. São Paulo. Ano 11, 2017. Disponível em: <

[http://www.forumseguranca.org.br/wp-](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/01/ANUARIO_11_2017.pdf)

[content/uploads/2019/01/ANUARIO_11_2017.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/01/ANUARIO_11_2017.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018**. São Paulo. Ano 12, 2018. Disponível em: <

<http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Anuario-Brasileiro-de-Seguranca-Publica-2018.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

_____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1999.

GAZETAONLINE. **Os PMs estão desmotivados nas ruas**. Disponível em: <<https://www.gazetaonline.com.br/especiais/2017/08/os-pms-estao-desmotivados-nas-ruas--diz-presidente-da-assomes-1014086098.html>>. Acesso em: 04 ago. 2017.

_____. **Greve da PM deixou prejuízo bilionário na economia do Espírito Santo**. Disponível em: <<http://www.gazetaonline.com.br/especiais/2017/08/greve-da-pm-deixou-prejuizo-bilionario-na-economia-do-espírito-santo-1014086309.html>> Acesso em: 05 ago. 2017.

_____. **Investigação apura ligação de grupos de extermínio com mortes no ES, diz rádio**. Disponível em: <<https://www.gazetaonline.com.br/especiais/2017/08/analise-seria-o-retorno-dos-grupos-de-extermínio-no-espírito-santo-1014086334.html>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

G1. ESPÍRITO SANTO. **Força-tarefa investiga ligação de PMs em ataque a ônibus no ES**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2017/02/forca-tarefa-investiga-ligacao-de-pms-em-ataques-onibus-no-es.html>>. Acesso em fev. 2017.

KLEITSCH, Edward C.; WHITMAN, Thomas L.; SANTOS, John. *Increasing verbal interaction among elderly socially isolated mentally retarded adults: a group language training procedure*. In **journal of applied behavior analysis**. number 2, v. 16, 1983, p. 217-233. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1307877/pdf/jaba00036-0093.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2019.

LAZZARINI, Álvaro. A segurança Pública e o aperfeiçoamento da Polícia no Brasil. **Rev. Direito Administrativo**. Rio de Janeiro, v. 184, abr. jun 1991, p. 25-85.

_____. A ordem constitucional de 1988 e a ordem pública. **Rev. Inf. Legisl**, Brasília. Ano 29, n. 115, jul. set 1992, p. 275-294.

LE GUILLANT. L. Incidências psicopatológicas da condição de “empregada doméstica”. In: Lima, M. E. A. (Org.) **Escrito de Louis Le Guillant**: da ergoterapia à psicopatologia do trabalho. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

LESSA, Samiramis Baldotto Silva. **Suicídio**: uma avaliação histórica e sua abordagem pelos órgãos de segurança pública no Espírito Santo. 2018. 83 f. Monografia (Pós-graduação “lato sensu” em Segurança Pública) - Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar do Espírito Santo, Academia de Polícia Militar, Cariacica, 2018.

LOURAU, R. René Lourau na UERL: análise institucional e práticas de pesquisa. **Mnemosine**, v. 3, n.2, p. 1-120, 2007. Disponível em: <<http://mnemosine.com.br/>>. Acesso em: 30 set. 2016.

MAGALHÃES, J. do C. D. **Entre amarras e possíveis**: atividade de trabalho e modos de viver dos policiais militares capixabas em análise. 2015. 107f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

MAGALHÃES, Janice. do C. D.; SERRANO, Edneia Vieira. (2017). Iniciativa de cooperação entre pares: o desafio de produzir canais de diálogo na organização policial militar. **Congresso Brasileiro de Psicodinâmica e Clínica do Trabalho**, V (pp. 246-247). Brasília.

MAGALHÃES, Janice do C. D.; SERRANO, Ednéia Vieira. (2018). Programa Integrado do BME: capacitação profissional, saúde e qualidade de vida dos policiais de missões especiais. **Revista Científica da Polícia Militar do Paraná**. São José do Pinhais, v. 1, n. 1, p. 125-140, jun. 2018. Disponível em: < http://www.pmpr.pr.gov.br/arquivos/File/APMG/Revista_de_Ciencias_Policiais_da_APMG_n1.odt+%cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br >. Acesso em: 30 jun. 2018.

MAIA, Rodrigo. **Análise de estresse em policiais militares do Espírito Santo**. 2018. 64 f. Monografia (Pós-graduação “lato sensu” em Segurança Pública) - Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar do Espírito Santo, Academia de Polícia Militar, Cariacica, 2018.

MELLO, S. L. A violência urbana e a exclusão dos jovens. In B. B. Sawaia (Org.), **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 129-140.

MINAYO, M. C. S.; ADORNO, S. Risco e (in)segurança na missão policial. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000800002>. Acesso em: 04 mar. 2017.

MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; OLIVEIRA, R. V. C. Impactos das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 2199-2209, abr. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n4/v16n4a19.pdf>>. Acesso em 24 abr. 2019.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. de; CONSTANTINO, P. (Coord). **Missão Prevenir e Proteger**: condição de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

MINAYO; Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilza Ramos de (org). **Missão Investigar**: entre o ideal e a realidade de ser policial. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

MONJARDET, Dominique. **O que faz a Polícia**: sociologia da força pública. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

NEVES, Cícero Robson Coimbra; STREIFINGER, Marcello. Manual de direito penal militar. 4. Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

NOGUEIRA, G. E. G.; MOREIRA, A. L. C. As formações grupais e seus efeitos nas instituições policiais militares. **Revista de Psicologia – Saúde Mental e Segurança Pública**, Belo Horizonte, n.1, p. 35-39, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000112&pid=S1414-9893200200030000900017&lng=pt> Acesso em: 21 maio 2017.

OLIVEIRA, Andréia Machado; FONSECA, Tania Maria Galli; MOEHLECKE, V. Corpos que (se) trabalham: relações éticas na construção de se i do coletivo. In: AMADOR, Fernanda Spanier; BARROS, Maria Elizabeth de Barros e; FONSECA, Tania Maria Galli. **Clínicas do trabalho e paradigma estético**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 113-128.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Silvia. **Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

PAULINO, F. R.; LOURINHO, L. A. O Adoecimento Psicológico do Policial Militar do Ceará. **Revista Trabalho e Sociedade**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 58-77, dez. 2014. Disponível em: <<http://www.ratio.edu.br/dados/trabalhosociedade/revista0309/quatro.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

PLATT, Washington. **Produção de informações estratégicas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, Livraria Agir Editora, 1974.

POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO. **Manual Unificado de Policiamento Ostensivo Geral da PMES**. Vitória: Diretoria de Ensino Instrução e Pesquisa, 2014, 148f.

_____. **Missão, visão e valores**. Vitória, 2019. Disponível em: <<https://pm.es.gov.br/identidade-corporativa>> Acesso em: 31 de julho de 2019.

RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. “Sejamos realistas, tentemos o impossível!” Desencaminhando a psicologia através da análise institucional. In H. B. C Rodrigues, A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira, & F. T. Portugal (Orgs.), **História da psicologia: rumos e percursos**. Rio de Janeiro, 3 ed., p. 609-657, abr. 2013. Disponível em: <<https://topicospsicologiasociall.files.wordpress.com/2015/11/sejamos-realistas.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2019.

ROSA, A. R.; BRITO, M. J. de. “Corpo e alma” nas organizações: um estudo sobre dominação e construção social dos corpos na organização militar. **RAC**, Curitiba, v. 14, n. 2, p. 194-211, 2010.

SCHWARTZ, Y. A experiência é formadora? **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 35, n.1, p. 35-48, 2010.

_____. Intervenção, experiência e produção de saberes. **Revista Serviço Social & Saúde**. UNICAMP Campinas, v. X, n. 12, Dez. 2011. Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8634834/2753>>. Acesso em: 09 mar. 2019.

SCHWARTZ, Y. DURRIVE, L. (Org.) **Trabalho & Ergologia**: conversas sobre a atividade humana. Niterói: EdUFF, 2007.

SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis. **Trabalho e Ergologia II**: Diálogos sobre a atividade humana. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2016.

SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis. Revisões Temáticas: Glossário de ergologia. Tradução Liliana Cunha e Marianne Lacomblez. Revista Laboreal. V. IV, n. 1. p. 23-28, 2008.

SILVA, M. B. da; VIEIRA, S. B. O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 4, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/viewFile/7627/9153>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

SILVA, Robson Rodrigues da. **Entre a caserna e a rua**: o dilema do "pato" - uma análise antropológica da instituição policial militar a partir da academia de Polícia Militar D. Joao VI. Rio de Janeiro: EDUFF, 2011.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

SOUZA, Benedito Celso de. Uma questão de ordem. COPM em notícias. São Paulo, p.6, set. 1991.

SOUZA, E. R. de; MINAYO, M. C. de S.; SILVA, J. G.; PIRES, T. de O. Fatores associados ao sofrimento psíquico de policiais militares da cidade do Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 7, p. 1297-1311, jul. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2012000700008>. Acesso em: 04 mar. 2017.

SOUZA, Wladimir Ferreira de Souza; ATHAYDE, Milton. Com quantos gestos se faz uma gestão em saúde? **Tempus Actas de Saúde Coletiva**, Universidade de Brasília, v. 13, n. 2, p. 135-157, mar. 2019. Disponível em: <<http://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/923/933>>. Acesso em: 08 ago. 2019.

SPODE, C. B. **Ofício de oficial**: trabalho, subjetividade e saúde mental na Polícia Militar. 2004. 149f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5366/000424905.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

TEIXEIRA, Maria Cecília Sanches; PORTO, Maria do Rosário Silveira. Violência, insegurança e imaginário do medo. **Cadernos CEDES**. Campinas, v.19, n. 47, dez.1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000400005#back>. Acesso em: 21 nov. 2018.

TRINQUET, P. Trabalho e educação: o método ergológico. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, v. 10, n. 38e, p. 93-113, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639753>>. Acesso em: 24 abr. 2019.

WARREN, Ilse Sherer. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan/abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07.pdf>>. Acesso em 24 out. 2018.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1991 [1922].

WEBER, Max. **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1967.

ZANARDI, Teodoro Adriano Costa. Educação integral, tempo integral e Paulo Freire: os desafios da articulação conhecimento-tempo-território. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.14, n.01, p. 82 - 107 jan./mar. 2016. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>>. Acesso em: 20 abri. 2019.

APÊNDICE A – PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Proposta de Intervenção de Mestrado

Ao Batalhão da Polícia Militar do Espírito Santo (UOp de área)

Pesquisadora: Ednéia Vieira Serrano – mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGP / UFES)

Orientador: Ueberson Ribeiro Almeida

A seguinte proposta é parte da Dissertação de Mestrado intitulada Análise da atividade do trabalho policial militar: saberes da experiência operacional. O objetivo desta Dissertação, como já informado à Instituição, é compreender como os saberes produzidos por policiais ao trabalhar contribuem para gerir as diversas dimensões que conformam esta atividade. De maneira mais detida, intenta-se analisar como ocorrem as relações do trabalhador com as normas que lhe são exigidas a cumprir, as estratégias para lidar com as adversidades que o cotidiano policial militar pode significar, bem como entender o quê da atividade policial militar pode contribuir para aspectos da saúde para esses trabalhadores.

Metodologicamente, algumas alternativas para o alcance desses objetivos são lançadas mão: propõe-se que haja, um primeiro encontro, uma palestra – ministrada por psicóloga⁵⁹ ambientada ao cotidiano policial – com a discussão norteadora acerca da “condição de policial militar”. Esta condição versa sobre reflexões acerca das questões psicológicas e sociais que influem nesta classe de trabalhadores. Esta participação via palestra contribuirá no sentido de elucidar alguns dos conceitos e propostas que são partes desse projeto. Considera-se que essa palestra significará também um “quebra gelo” que, por vezes, a relação organizacional entre praças e oficiais pode ocasionar no imaginário dos policiais. A partir dessa tentativa, será ressaltada a participação voluntária de militares que atuam na perspectiva operacional.

Após o primeiro encontro, deverá haver a indicação voluntária dos participantes. Para isto, a alternativa será uma lista que ficará à disposição na unidade durante uma semana. Posteriormente, a partir do voluntariado, serão propostos mais 4 encontros de grupo. Propõe-se o uso de técnicas lúdicas para que os militares possam desenvolver a sua argumentação de acordo com as temáticas de cada encontro, bem como a elaboração do seu processo de trabalho. Neste sentido, organizou-se esse programa interventivo da seguinte maneira:

- 1º Encontro – Tema: Condição policial militar e modos de se fazer pesquisa;
- 2º Encontro – Tema: normas, acordos que orientam a pesquisa, apresentação pessoal e discussão sobre a situação problema proposta;
- 3º Encontro – Tema: Análise coletiva da atividade operacional e os saberes policiais;

⁵⁹ A temática da condição policial militar será discutida pela Psicóloga e Doutoranda em Psicologia, Janice do Carmo Demuner Magalhães. Esta profissional discute a atividade de trabalho dos policiais militares já há algum tempo e foi escolhida exatamente por contribuir na conscientização dos trabalhadores na importância de sua participação em estudos que busquem a produção do conhecimento.

4º Encontro – Tema: saberes da prática operacional;
5º Encontro – Tema: Validação da pesquisa.

Sugere-se que os encontros sejam realizados uma vez por semana, no período vespertino, com duração total de 2 horas. O local será indicado posteriormente levando-se em conta a maior proximidade ao espaço de trabalho dos participantes. Os encontros serão conduzidos pela militar e mestranda Ednéia Vieira Serrano, 1º tenente da Polícia Militar do Espírito Santo, e serão acompanhados pela segunda observadora e graduanda em Psicologia, Letícia Garcia Oliveira. A participação desta segunda observadora contribuirá como olhar estrangeiro ao cotidiano policial uma vez que esta será a única não policial presente nos grupos. Metodologicamente, essa estratégia do olhar estrangeiro contribui para que questões sejam suscitadas e melhor investigadas.

Após a realização da etapa dos encontros, os dados deverão ser tabulados e analisados à luz da teoria da Ergologia, área que discute o trabalho enquanto fundamental na constituição do sujeito e com função importante para a vida em sociedade. Posteriormente, deverá ocorrer a devolutiva do material produzido ao Batalhão.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Vitória, 22 de janeiro de 2019.

Comandante do Batalhão / PMES

Ednéia Vieira Serrano (Mestranda em Psicologia)

APÊNDICE B – FOLHA DE PARTICIPAÇÃO



PPGPSÍ

Programa de Pós-Graduação em
Psicologia Institucional
Universidade Federal do Espírito Santo



Você acha importante novos conhecimentos científicos considerarem o saber das praças?

Você teria sugestões?

Você aceitaria participar da pesquisa apresentada nesse encontro?

__ Sim

__ Não.

Caso tenha respondido “NÃO”, justifique:

Caso tenha respondido “SIM”, deixe seu nome e seu contato:

Desde já, agradecemos e nos colocamos a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Ednéia Vieira Serrano. Tel.: (27) 99803-0258 ou 98804-3648

Janice do Carmo D. Magalhães. Tel. (27) 99879-5778

APÊNDICE C – TCLE



PPGPSÍ

Programa de Pós-Graduação em
Psicologia Institucional
Universidade Federal do Espírito Santo



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado para participar, como voluntário, de uma pesquisa denominada: Análise da atividade do trabalho policial militar: saberes da experiência operacional

O objetivo do nosso estudo é compreender por meio da análise da atividade de trabalho como os saberes produzidos pelos trabalhadores policiais balizam a gestão do trabalho, da vida. O estudo justifica-se no sentido de visibilizar o conhecimento do trabalho produzido pelos próprios policiais, bem como criar estratégias reflexivas por parte desse coletivo em uma tentativa de ampliar a atuação da atividade policial de modo a valorizar a saúde desse trabalhador. Portanto, uma possibilidade de coletivizar o saber policial de forma analítica, difundindo parte do conhecimento dessa instituição responsável pela segurança pública estadual.

A qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. Além disso, informamos que você não terá despesa com a realização da pesquisa, mas, caso haja será ressarcido mediante comprovação. Informo também que não oferecemos remuneração pela participação nesta pesquisa.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder algumas perguntas em forma de conversas coletivas e individuais, com tempo médio estimado de 2h. As entrevistas não serão gravadas, apenas serão tomadas algumas anotações para que não haja esquecimento sobre o que será discutido. Não haverá divulgação dos participantes. Essas conversas serão realizadas em uma sala destinada a apenas este fim no 1º Batalhão da Polícia Militar do Espírito Santo. As informações obtidas por meio dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua

participação. Em caso de denúncia e/ou intercorrências na pesquisa o participante poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação.

Embora mínimos, os riscos podem ser perspectivados como a possibilidade de uma avaliação e/ou exposição negativa das informações prestadas pelo informante. Para evitar os danos que tais riscos podem causar, GARANTIREMOS O ANONIMATO DOS PARTICIPANTES, bem como compartilharemos e validaremos todos os dados e análises com os participantes da pesquisa antes de publicá-los. Essa medida garante que o participante tenha clareza de que não serão realizadas exposições negativas das suas informações. Todavia, explicitamos a garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, conforme Resolução nº 466 do Conselho Nacional de Saúde. Já os benefícios relacionados com a sua participação estão relacionados à possibilidade da abertura de debates entre os participantes envolvidos, bem como, a ampliação da produção teórica com possíveis reflexões no campo acadêmico e na atividade de trabalho dos policiais militares do ES.

Esse TCLE possui duas vias que serão assinadas e rubricadas em todas as páginas pelo pesquisador e participante. Uma via ficará em posse do pesquisador e você receberá uma via deste termo onde consta o telefone e o endereço institucional do pesquisador e do comitê de ética desta instituição, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou em qualquer momento.

Para qualquer tipo de esclarecimento entrar em contato com:

Pesquisador: Ednéia Vieira Serrano. Tel.: (27) 99803-0258. Polícia Militar do Espírito Santo – Quartel de Comando Geral da PMES, situado na Av Maruípe, 2111, São Cristovão CEP: 29.048-463 - Vitória / ES, Tel.: 3636 8707.

Pesquisador responsável: Dr. Ueberson Ribeiro Almeida. Tel.: (27) 4009-7676. Universidade Federal do Espírito Santo - Centro de Educação Física e Desportos - Laboratório de Estudos em Educação Física. Av. Fernando Ferrari, 514 *Campus* Universitário Goiabeiras Vitória – ES. CEP: 29075-810. Tel.: (27) 3335-7676 / (27) 4009-7676.

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, UFES/*Campus* de Goiabeiras:
Sala 07 do Prédio Administrativo do Centro de Ciências Humanas e Naturais,
Campus Universitário de Goiabeiras, Av. Fernando Ferrari, s/n, Vitória-ES, CEP
29.060-970, Telefone: 3145-9820, E-mail: cep.goiabeiras@gmail.com

Eu, _____, concordo em participar do estudo "Análise da atividade do trabalho policial militar: saberes da experiência operacional".

Fui devidamente informado e esclarecido pela pesquisadora Ednéia Vieira Serrano sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade para ambas partes.

Local e data _____, ____/____/_____

Nome: _____

Assinatura do participante ou responsável _____

Assinatura do pesquisador responsável _____

APÊNDICE D – ACORDO

ACORDO

1º → não gravar as falas;

2º → Respeitar o momento de fala do outro;

3º → Sigilo;

4º → Sem rima;

APÊNDICE E – DIÁRIO DE CAMPO COMPARTILHADO



PPGPSÍ

Programa de Pós-Graduação em
Psicologia Institucional

Universidade Federal do Espírito Santo



Referência: “Análise da atividade de trabalho policial militar: saberes da experiência operacional”

Data: 07/02/2019

Encontro: 01 (encontro/apresentação)

Temática do encontro: “O viver enquanto Policial Militar: desafios e conflitos do trabalho”

Palestrante: Doutoranda Janice do Carmo Demuner Magalhães

Presença: Pesquisadora Ednéia Vieira Serrano e aluna de psicologia Letícia Garcia Oliveira

Nº de participantes do encontro: 17 trabalhadores policiais não voluntários

Falas analisadoras/importantes:

Fizemos pontuações iniciais sobre algumas falas proferidas no encontro/apresentação. Ressalta-se que o momento foi estrategicamente planejado para ser uma “palestra”, realizada por uma pesquisadora e psicóloga, com conhecimentos específicos sobre a ‘condição policial militar capixaba’ em que pudessem ser apresentados o como fazer pesquisa e quem seria a pesquisadora daquele campo. No momento em que uma situação-problema fora proposta pela doutoranda conseguimos instigar a fala dos policiais sobre a experiência de atividade de trabalho deles. Dessas falas uma pequena discussão se abriu quando a palestrante questionou “*que trabalho é esse, é seguro ou não?*” - doutoranda.

Os policiais disseram: “*Essa é a graça do jogo, a gente nunca sabe*” - policial ‘a’;
“*meu serviço não é como uma empresa*” - policial ‘b’.

Noutro momento, quando a pesquisadora fez o uso da palavra reforçou algumas falas sobre o porquê da escolha de pesquisar os trabalhadores do serviço operacional da PMES, no caso, as praças. Assim disse:

“eu acredito no trabalho que é feito pela ponta da lança” - (pesquisadora)

Observações gerais:

A segunda observadora notou e pontuou que os policiais começam um pouco “travados”, inclusive, meio receosos. Fato expresso na fala de um deles ao questionar: “*está sendo filmado?*”, “*posso falar?*” - policial ‘c’.

Quando Janice fala da crise eles se retraem (movimento partilhado pelo grupo). Eles voltam a se soltar, a se envolver com o que está sendo dito e, assim, retomar a atenção na palestra quando são convocados a compartilhar sua experiência de trabalho.

Um dado interessante é que Janice fala bastante sobre o percurso acadêmico e de pesquisadora dela e isso faz com que, de certo modo, ela conquiste a confiança deles.

Ao serem perguntados sobre o que eles têm medo, a primeira resposta é: “*corregedoria*” (órgão correccional da Polícia Militar) - policial ‘d’.

Em determinado momento da palestra, um policial abre a porta e pede permissão para entrar na sala, a segunda observadora indica que a pesquisadora, sentada ao lado dela, apenas sorri. A questão levantada pela segunda observadora é: “Será que o fato de estar aqui neste espaço, que é um espaço reservado para militares, faz com que os militares achem que até os que não estão fardados aqui, também são militares?” - segunda observadora. Este cabo se senta próximo ao policial mais antigo daquele grupo, o cumprimenta e esse policial mais antigo ao receber o cumprimento diz: “olha a tenente Ednéia” - policial ‘e’; e o policial não entende (apesar dele estar do lado da Néia). O policial mais antigo daquele grupo repete mais uma vez: “a tenente Ednéia, não vai cumprimentá-la” - policial ‘e’; aí o policial faz uma postura corporal de surpresa/susto, se levanta e cumprimenta Néia. O que a segunda observadora aponta como curioso é que está tão naturalizado que Néia nem percebe esse movimento, apesar de tudo acontecer bem ao seu lado. Entretanto eu, pesquisadora, percebi cada movimento, desde a entrada do policial (já tinha sido informada pelo mais antigo daquele grupo que alguns policiais chegariam depois, haja vista que estavam em audiência judicial), o cumprimento do policial ao mais antigo daquele grupo, a insistência do mais antigo ressaltando aquele policial que eu estava no ambiente, o jeito meio desconcertado que o policial veio me cumprimentar, inclusive, a minha resposta ao cumprimento dele, finalizando para ele ficar à vontade. A questão para mim fora outra, ou seja, como as normas estão tão sedimentadas entre nós oficiais que requer do outro, subordinado, as mesmas deferências que somos cobrados.

Entre uma fala e outra a doutoranda falou sobre “ser psicólogo” e perguntou aos policiais o que eles pensavam quando um colega dissesse que iria à terapia. A resposta soou como se psicólogo aparecesse como um sinônimo de: “o cara tomou chifre” - policial ‘f’.

Outro dado apresentado pela segunda observadora foi o contexto e a análise feita quando eu, pesquisadora, disse: “*o que eu trago para os senhores*” - pesquisadora. Ela aponta o seguinte: Néia inicia sua fala falando do fato de referir a eles, como “senhoras e senhores”, como um problema. Néia diz: “geralmente eu me refiro a vocês como senhores” - pesquisadora. Percebo que isso é uma questão para ela, que a princípio ela tenta não tratá-los assim, mas no decorrer da conversa ela volta a utilizar estes termos. A segunda observadora ressalta de forma produtora esse ponto de vista, pois o lugar de oficial, policial segue colocado aqui e, sem dúvida, a questão está em como eu, a todo momento, sigo compelida para analisar esse lugar que ocupo e, no mesmo sentido, olhar como pesquisadora.

APÊNDICE F – FOLHA DE AVALIAÇÃO



PPGPSÍ

Programa de Pós-Graduação em
Psicologia Institucional
Universidade Federal do Espírito Santo



- i) *Qual a sua avaliação sobre os encontros?*
- ii) *Quais os pontos negativos?*
- iii) *Quais os pontos positivos.*